História Pública e Práticas Comunitárias

Fátima Moura Ferreira
Bruno Madeira
Andreia Nunes (Coord.)

Landscapes Heritage & Territory Collection

Coleção Paisagens Património & Território

HISTÓRIA PÚBLICA
E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS

Fátima Moura Ferreira
Bruno Madeira
Andreia Nunes (Coord.)

7 Introdução
Fátima Moura Ferreira, Bruno Madeira, Andreia Nunes

17 Archivos, historia pública y memoria ecológica en la Península Ibérica
Alberto Berzosa Camacho

29 "Entre a Terra e o Mar":
Abordagem exploratória a uma etnografia visual da cultura do sargaço na Comunidade Piscatória de Angeiras, Matosinhos
Filipa Santos

55 O "caminho do Oriente" e a catástrofe como possibilidade:
Contributos para o debate público sobre a recomposição do mundo
Fernando Bessa Ribeiro

73 A nomeação e a coisa:
Reflexões acerca da direita pós-fascista a partir do uso público dos conceitos políticos
Bruno Madeira

93 Ser ou não ser:
(Des)colonização e identidade(s) Portuguesa
Marília Gago

107 Ensino de história a jovens refugiados:
um estudo comparativo entre a Grécia e Portugal
Gloria Solé, Eleni Apostolidou

129 Do auxílio na guerra à participação militar:
o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas (1990-2020)
Andreia Nunes

155 Paisagem Portuguesa Portugal Possível
sobre dois livros em torno do espaço português
Álvaro Domingues, Duarte Belo

165 O Palácio-Processo,
no Bairro da Emboladoura, Guimarães
Cidália F. Silva, Mariana Carvalho, Gabriela Trevisan

180 Notas Biográficas

Introdução

O Seminário de Práticas Comunitárias e História Pública, promovido pelo Lab2PT, realizado em janeiro de 2022 e dirigido a investigadores e a estudantes de graduação e de pós-graduação, reuniu 22 intervenientes com percursos de trabalho marcados pelo cruzamento multidisciplinar nos domínios das humanidades, das ciências sociais, das ciências da educação, das artes e da arquitetura. O encontro partiu de três interrogações axiais: i) quais os limites do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais?; ii) que desafios e que potencialidades existem nas práticas pluridisciplinares?; iii) que caminhos e que potencialidades se oferecem às práticas comunitárias e à história pública? O eixo estruturador do seminário plasmou-se numa interrogação: é possível ultrapassar as barreiras entre categorias balizadas por conceitos como conhecimento, ciência, experiência, sentido (sensorial, corporal, estético)? Como trabalhar identidades, memórias e passados ora dialogantes ora conflituantes no contexto das guerras culturais que marcam o tempo presente e atravessam o espaço mediático e científico?

O seminário desdobrou-se em três dimensões transversais: reflexões teórico-metodológicas sobre a transdisciplinaridade e os horizontes colaborativos da história pública, apresentação de projetos de história pública e de práticas comunitárias já concluídos e discussão sobre percursos de investigação ainda em curso ou em fase exploratória. Assim, este seminário consistiu num espaço de problematização e de experimentação a partir de itinerários de investigação filiados em diferentes domínios do conhecimento, da ciência e da cultura no sentido de se articularem e produzirem novos objetos de estudo, ângulos de análise e abordagens teóricas, conceptuais e metodológicas à realidade social.

Neste sentido, torna-se essencial refletir sobre o conceito de história pública e analisar os seus significados e práticas. A *Nouvelle Histoire*, associada à *École des Annales*, começou a interessar-se por novos domínios da vida social que, até aí, vinham sendo desconsiderados pela historiografia, dando voz àqueles que haviam sido silenciados, marginalizados e oprimidos: as mulheres, os pobres e os operários, entre muitos outros subalternos do processo histórico europeu. De facto, este período é marcado por uma rutura historiográfica que promoveu o surgimento de novos métodos e novas abordagens – "novas formas de fazer e escrever história encontraram espaço na historiografia mundial: a história da memória, a história cultural, a história do quotidiano, a história das mulheres, a história vista de baixo, a história oral"

(Allier Montaño, 2018, p. 102). Thomas Cauvin (2016) indica que "a história oral proporcionou uma nova forma de estudar, transmitir e trabalhar com o público local". Na mesma linha, o desenvolvimento dos estudos de memória impulsionou também as investigações na área – "a nova pesquisa sobre memória é importante porque diz respeito ao público e procura averiguar a forma como as pessoas recebem informações e constroem memórias" (Cauvin, 2016, p. 16).

A Nova História foi fulcral para o desenvolvimento da história pública, porém não existe um consenso entre os historiadores sobre a sua definição e os seus limites. Jill Liddington, no artigo «What is public history? Publics and their pasts, meanings and practices», refere que "a história pública diz respeito ao trabalho dos historiadores e ao método histórico fora da academia" (Liddington, 2002, p. 85). Assim, Liddington e Cauvin referem que a história pública surge como oposição àquilo que se entende como tradição historiográfica académica:

> as ligações limitadas entre os historiadores e o público provêm, em parte, dos próprios historiadores, desde o século XIX, alguns historiadores profissionais consideram-se inteiramente dedicados à disciplina, [...] este isolamento das audiências populares com sistemas internos de revisão, conferências académicas e publicações em revistas académicas – significou uma presença limitada nos debates públicos. (Cauvin, 2016, p. 2)

Cauvin recorre ao conceito de «torre de marfim» para explorar a questão. Esta metáfora tem sido utilizada para caracterizar o meio intelectual desligado das preocupações práticas da vida quotidiana e das realidades vividas pela maioria da população não-académica. Isto é, o público académico tornou-se o público-alvo dos investigadores e "a elevada especialização dos tópicos de investigação, o sistema de revisão por pares e o estilo de escrita académica contribuíram para o desenvolvimento de um fosso entre os historiadores profissionais e o público popular" (Cauvin, 2016, p. 4), alimentando circularmente um processo de alienação face ao público e reforçando o carácter elitista do discurso científico. Contudo, definir a história pública em oposição à história académica representa um problema, pois "os historiadores públicos precisam recorrentemente de reafirmar os seus padrões e práticas profissionais" (Cauvin, 2016, p. 4). A questão não passa, portanto, por uma ruptura com a cientificidade do exercício histórico, mas com o arsenal teórico tradicional e com os objetos de estudo tidos como válidos e pertinentes pela historiografia académica. Por outro lado, a história pública pode também representar uma ruptura com as visões apologéticas de uma história oficial porque sempre construída a partir das fontes e do discurso forjados pela elite e pelos detentores do poder político,

social, económico e cultural. Considerar novas metodologias, fontes, epistemologia e estruturas narrativas para o exercício historiográfico implica deslocá-lo para um território em que a comunidade se reveja na história produzida, sentindo que esta lhe diz diretamente respeito e que não é apenas um repositório e um dispositivo narrativo da reprodução social das elites. Por fim, as preocupações trazidas pela história pública e pela história oral permitiram também sincronizar o exercício histórico com as transformações e as reivindicações que marcavam a sociedade do seu tempo, revestindo-o da articulação com o presente e com as esperanças e as expectativas coletivas em relação ao futuro.

Posto isto, é possível enumerar algumas questões: 1) o que é a história pública?; 2) o que fazem os historiadores que trabalham a história pública?; 3) quando é que podemos considerar que um investigador se torna um historiador público?. Em primeiro lugar, Thomas Cauvin identifica os Estados Unidos da América como os pioneiros no desenvolvimento de investigações no âmbito da história pública e que depois o campo subdisciplinar se estendeu progressivamente a outros países, tais como o Reino Unido, o Canadá e a Austrália – sendo, portanto, primeiro desenvolvido no universo da cultura anglo-saxónica. Em seguida, Jill Liddington explica que a "história pública se refere à apresentação popular do passado a uma variedade de públicos através de museus, do património cultural e de filmes" (Liddington, 2002, p. 84). Por sua vez, Marko Demantowsky (2018) considera que o investigador desempenha o papel de historiador público "quando participa de debates de identidade sobre o passado, seja à mesa com a família, num seminário, num livro, na televisão, numa manifestação ou quando investiga cientificamente as práticas correspondentes" (Demantowsky, 2018, p. 31).

Posteriormente, James Gardner e Paula Hamilton determinam que a "comunidade da história pública refere-se a uma série de profissionais que podem classificar-se como investigadores da área: historiadores, curadores de museus, investigadores ligados ao património e cineastas" (Gardner & Hamilton, 2017, p. 3). Thomas Cauvin acrescenta que "é possível encontrar historiadores públicos numa variedade significativa de locais, tais como: nos museus, em sociedades históricas, nas agências governamentais, nos arquivos, nas bibliotecas, nos jornais, [...] na televisão, no cinema, na rádio ou nas redes sociais" (Cauvin, 2016, p. 11). Jill Liddington considera que a história pública é colaborativa, "na medida em que lida com questões demasiado vastas para serem abordadas por um só académico e trabalhar em colaboração com profissionais de outras áreas científicas pode revelar-se uma vantagem –bibliotecários, arquivistas, jornalistas ou designers" (Liddington, 2002, p. 90).

Concluindo, Liddington acrescenta ainda que "a história pública é de importância real e urgente, dada a popularidade cada vez maior das representações do passado" (Liddington, 2002,

p. 90). Isto porque a história pública "é vista ou lida por um grande número de pessoas e tem sido direcionada para o 'público de massas': [...] pessoas de todas as idades, muitas das quais têm pouca escolaridade e não têm qualquer conhecimento sobre a história" (Cauvin, 2016, pp. 11–12). Por esse motivo, é crucial desenvolver técnicas e práticas que permitam "comunicar adequadamente com o 'público'" (Liddington, 2002, p. 90), pois não se trata de conseguir audiências mais vastas, mas sim de permitir que todos os públicos tenham acesso ao passado, democratizando-o enquanto conhecimento, dispositivo identitário e saber coletivamente construído criticamente.

Posto isto, dada a profundidade e a pertinência das intervenções e dos debates desenvolvidos no seminário, de forma a dar uma expressão mais duradoura e que possibilitasse a valorização dos temas, das análises e das reflexões apresentadas no encontro optou-se por editar este *ebook* com os textos de algumas das apresentações aó apresentadas. Este *ebook* reúne dez trabalhos de investigação filiados nas humanidades, artes e ciências sociais que, não esgotando o universo de intervenções apresentadas no seminário, oferece uma excelente amostra do que aí foi debatido.

Alberto Berzosa Camacho, através do estudo de arquivos ligados a movimentos sociais, sindicatos, coleções privadas de ativistas e artistas com um papel militante, propõe-se dar a conhecer as histórias dos movimentos sociais a partir das suas fontes primárias e, em particular, estudar os materiais arquivísticos do ponto de vista da cultura visual (fotografias, filmes, ilustrações, cartazes, propaganda política, etc.). Este artigo apresenta uma reflexão em torno dos movimentos ambientais na Península Ibérica, desenvolvido no âmbito do projeto Estética Fóssil (CSIC, Madrid), o qual se concentra no estudo dos arquivos ambientais espanhóis. Enquanto membro da Cost Action "Trace as a research agenda for climate change, technology studies, and social justice" (TRACTS), o autor procura expandir o estudo, em primeiro lugar, para o caso particular de Portugal e, em segundo lugar, para o espaço geopolítico do Sul da Europa. Neste texto partilha os objetivos alcançados durante a investigação, as metodologias de trabalho utilizadas e os desafios a curto e médio prazo.

Álvaro Domingues e Duarte Belo, num diálogo entre imagem e texto, apresentam neste capítulo dois livros, de autoria partilhada, sobre o território português: *Portugal Possível* e *Paisagem Portuguesa*. Na primeira proposta de leitura – *Portugal Possível* – os autores procuram, através da fotografia e da paisagem, criar um retrato do Portugal contemporâneo, focando-se nos aspetos extremos encontrados no do território português: a uma fotografia saturada com elementos de um povoamento humano denso, correspondia uma imagem onde estivessem tendencialmente ausentes vestígios de presença humana. Por sua vez, em *Paisagem Portuguesa*, os autores procuraram, também através da fotografia, cobrir e

mostrar a paisagem portuguesa num conjunto de 141 imagens, tendo-se escolhido fotografias entendidas como representativas dos diversos territórios que constituem Portugal. Este artigo centra-se na reflexão e interpretação da paisagem portuguesa, com base nestas duas propostas de leitura assentes em temas como o território, a geografia e a arquitetura.

Na mesma linha, Filipa Santos com recurso a uma metodologia etnográfica e visual de análise, reflete acerca do processo de construção identitária da comunidade piscatória de Angeiras (situada na freguesia de Lavra, Matosinhos) e do papel da prática sargaceira na dupla natureza agrícola e marítima das suas gentes. Enquanto elo entre o espaço terrestre e marítimo, a apanha do sargaço contribuiu significativamente para a formação e fixação de aglomerados costeiros no litoral Norte português ao longo dos séculos. Neste capítulo procura compreender o passado técnico, social e económico da comunidade de modo a tentar descodificar um modo de vida partilhado cujos hábitos, objetos, comportamentos, políticas de género, saberes e tradições contribuem, conjuntamente, para dar conta de processos específicos de apropriação prática e simbólica do "espaço" onde a comunidade interage.

Por sua vez, Cidália Silva apresenta o processo de concretização do Palácio da Imaginação, um projeto transdisciplinar de cocriação coletiva com os moradores do Bairro da Emboladoura (Guimarães), em especial com as suas crianças. Financiado pelo programa governamental Bairros Saudáveis, o projeto pretende responder às necessidades identificadas pelos moradores e instituições do bairro, colmatando a ausência de espaços públicos coletivos, nomeadamente cobertos, que possam albergar atividades de lazer diversas. A proposta apresentada surgiu de um trabalho no terreno que procurou escutar a população, com particular enfoque nas suas perspetivas sobre o espaço público, promovendo a participação das crianças e jovens ao longo do processo. Este texto pretende descrever e refletir sobre as conquistas, as dificuldades e o impacto deste projeto na comunidade em questão.

Glória Solé e Eleni Apostolidou apresentam um estudo comparativo realizado com estudantes de Educação Básica, futuros professores do ensino primário na Grécia (U. de Ioannina) e em Portugal (UMinho, Braga), realizado no início de 2020. O estudo teve como objetivo identificar as perceções dos estudantes sobre a disciplina de história e os padrões de consciência histórica procurando responder às questões: 1) a história como disciplina escolar facilitaria a adaptação dos filhos dos refugiados ao novo país? 2) Como é que "o aumento global de refugiados desafiaria o paradigma da educação" (Catarci *et al*, 2017) nesses dois países europeus e influenciaria as perceções dos futuros professores sobre a identidade nacional e o ensino em relação à história? Como conclusões deste estudo: os estudantes sugeriram temas da história

nacional da Grécia e de Portugal, mas com semelhanças com a história comum dos refugiados, enquadrando-se na categoria «empatia»; destacaram semelhanças entre o passado dos países de acolhimento e o presente dos imigrantes/refugiados; sugeriram que as semelhanças históricas poderiam ser transformadas em "ferramentas" de ensino.

Por sua vez, também na área de ensino de história, Marília Gago apresenta uma síntese analítica sobre o debate público (historiadores, jornalistas, políticos, ativistas) e as ideias que emergiram de estudos realizados entre professores, futuros professores de História e estudantes de História, sobre a (des) colonização portuguesa. A História Pública, materializada no modo como o passado é narrado publicamente, articula-se de formas diversas com a identidade e a memória individual e coletiva. Entre omissões e silêncios, vai-se assistindo a um debate público entre uma narrativa única/mito e narrativas perspetivadas. Portugal tem assistido ao debate acerca do restauro ou da demolição de marcas da expansão marítima e do colonialismo, promovidas pela arquitetura salazarista. Nesta conformidade, o capítulo levanta e reflete sobre as ideias que surgem entre os agentes educativos da História disciplinar e procura compreender como esta informa a história pública.

Bruno Madeira propõe uma reflexão sobre as categorias taxonómicas mobilizadas para a interpretação e a caracterização do crescimento, recrudescimento e conquista do poder por parte de partidos e movimentos de extrema-direita no século XXI. A mobilização de conceitos como os de populismo, nacional-populismo, ultradireita, direita radical, alt-right, direita conservadora, neofascismo ou pós-fascismo traduz, além da preocupação com as ideias e as formas de organização político-ideológicas, formas diferentes de equacionar a função social da história e do cientista social. É sobre esta multiplicidade de opções teórico-metodológicas e as suas consequências na esfera pública e nos usos públicos e políticos da história que o autor procura refletir.

Fernando Bessa Ribeiro discutiu, a partir de uma reflexão sobre as teorias do sistema-mundo, a atual fase do capitalismo, marcada por uma transição de hegemonia que poderá conduzir a uma nova relação de poder à escala global – a transição de poder, conhecimento e recursos para o Oriente, depois de seis séculos de domínio ocidental. Depois de analisar os principais fatos e dinâmicas que explicam o confronto entre os Estados Unidos da América e a China, procura situar e discutir a guerra na Ucrânia como expressão "quente" desta luta no contexto da recomposição do mundo. O autor procura também colocar em interação a história e a sociologia para participar no debate sobre a transição hegemónica e concomitante recomposição do mundo, guiada por uma perspetiva crítica e pública segundo o sentido que há muito

lhe foi dado pelos sociólogos públicos. Ou seja, uma história e uma sociologia comprometidas também com o diálogo entre quem pesquisa e produz ciência social e os mais diversos públicos interessados em compreender o presente e suas principais forças e dinâmicas.

Por último, Andreia Nunes apresenta uma reflexão acerca da integração da mulher nas Forças Armadas Portuguesas, procurando aferir o impacto da construção social do género na carreira militar feminina. Neste capítulo, a autora procura realizar uma contextualização histórica da participação militar feminina em Portugal, uma discussão sobre os impacto dos estereótipos de género na carreira militar da mulher e uma análise estatística e quantitativa da evolução dos efetivos militares femininos no contingente militar português. Este texto pretende também abordar os desafios e as potencialidades da abordagem metodológica ao objeto de estudo, refletir sobre a experiência de contacto e trabalho com as Forças Armadas Portuguesas e, posteriormente, analisar a importância que este estudo pode representar para a compreensão das questões de género no seio das Forças Armadas e que eventuais consequências pode suscitar na forma como a comunidade científica, a instituição militar portuguesa e a população encaram essas questões.

Como se inferirá da leitura dos dez capítulos que compõem esta obra, este seminário procurou ser um espaço de problematização e de experimentação a partir de itinerários de investigação transdisciplinares filiados nas humanidades, nas ciências sociais, nas ciências da educação, nas artes e na arquitetura. Independentemente da temática ou do objeto de estudo particulares, estes apresentam um denominador comum: uma aposta nas comunidades delineada segundo modalidades e contornos diversos – desde o envolvimento e implicação em experiências de investigação-ação até à criação de espaços de experiência e de sentido. Assim, este *ebook* consiste numa interpelação aos diferentes domínios do conhecimento, da ciência e da cultura no sentido de se articularem e produzirem novos objetos de estudos, ângulos de análise e abordagens teóricas, conceptuais e metodológicas à realidades sociais que partilham como campos de interesse, de investigação e de intervenção.

Fátima Moura Ferreira
Bruno Madeira
Andreia Nunes

ALBERTO BERZOSA CAMACHO *

Archivos, historia pública y memoria ecológica en la Península Ibérica

*
Instituto de Historia.
Consejo Superior de
Investigaciones Científicas

Este texto ha sido escrito en el marco de los proyectos de investigación PIE 202010E005 y PID2020-113272RA-I00 y de la COST Action CA20134.

Resumen Desde hace años exploro un camino de investigación que me lleva a trabajar en archivos vinculados a movimientos sociales, sindicatos, colecciones privadas de activistas y artistas con un papel militante con un doble objetivo: conocer las historias de los movimientos sociales a partir de fuentes primarias que no han tenido gran atención de la historiografía tradicional, como la producción gráfica de movimientos sociales y partidos políticos o el cine no profesional; y, por otro lado, pensar en formas de activar, difundir y pensar juntos, estos materiales a través de propuestas de comisariado de exposiciones. Actualmente desarrollo esta tarea en relación con los movimientos ecologistas en la Península Ibérica dentro del proyecto "Estética Fósil" (CSIC, Madrid), y como miembro de la Cost Action "TRACTS". En el presente texto comparto algunas claves de la evolución de estas investigaciones, las metodologías de trabajo desarrolladas y los objetivos alcanzados.

Palabras clave: archivos, ecologismo, cultura material, curaduría

Cada vez son más los procesos de recuperación de la memoria histórica de movimientos sociales o de procesos políticos de base que se implementan desde espacios académicos y que apuestan de un modo directo por el estudio de fuente documentales nuevas, menos ortodoxas desde los cánones oficiales de la historiografía, que han sido tradicionalmente infravaloradas por los investigadores e investigadoras, como por ejemplo las películas caseras hechas por los protagonistas de los conflictos sociales, la gráfica política hecha por agrupaciones y activistas particulares, la propaganda de los partidos políticos, o las piezas artísticas producidas de manera individual o colectiva por quienes acompañaron esas movilizaciones sociales. El empleo de estas y otras (en cierto modo nuevas) fuentes para repensar la historia pública reciente trae como resultado la renovación de enfoques, temas y metodologías de trabajo, permite explorar formas de innovación científica y plantear originales estrategias de transferencia del conocimiento. Una de las mayores complicaciones que conlleva el estudio de los procesos históricos a través de este tipo de fuentes alternativas es la dificultad de acceso a las mismas motivada por su dispersión, sus condiciones precarias de conservación y falta de profesionalización de quienes las custodian, ya que, en muchas ocasiones se encuentran en colecciones de particulares, archivos sin financiación, o en fondos de archivos más grandes y profesionalizados, pero que carecen de recursos suficientes para la correcta catalogación, preservación y habilitación para consulta de los distintos materiales. Una de las prioridades, por tanto, para poder trabajar desde el ángulo nuevo que prometen estas fuentes al margen de la doxa académica, es hacerlo en y con archivos y colecciones, rastrear cuáles contienen los contenidos que interesan a nuestra investigación, estudiar cómo están ordenados y cuáles son sus políticas de preservación y acceso a los fondos.

Desde hace varios años trabajo en procesos de recuperación de la memoria del movimiento ecologista, en España, y más recientemente en Portugal, a partir de aquellos materiales de especial valor desde el punto de vista de la cultura visual, es decir, películas, cartelería, fotografías, propagandas, fanzines, revistas, ilustraciones, adhesivos y demás documentos gráficos, que ha conllevado un intenso trabajo de campo a través de distintos archivos y colecciones. Los marcos institucionales que respaldan esta línea de investigación son el proyecto "Estética Fósil: una ecología política de la historia del arte, la cultura visual y los imaginarios culturales de la modernidad", radicado en el Consejo Superior de Investgaciones Cinetíficas (CSIC), en Madrid, y la Cost Action "Trace as a research agenda for climate change, technology studies, and social justice" (TRACTS) financiada por la Unión Europea. A continuación, se identificarán cuáles han sido los proyectos que han permitido el desarrollo de estas investigaciones, en qué han consistido y cuáles han sido las principales vías para la diseminación de los resultados obtenidos.

Mi trayectoria académica se ha desarrollado en una intersección entre los estudios de la cultura visual y la historia del arte crítica, la investigación en archivos de los movimientos sociales y la curaduría de exposiciones como espacio donde disputar los relatos históricos y experimentar con formas narrativas de la historia. Desde ese lugar preciso he realizado investigaciones centradas en los materiales gráficos producidos en paralelo a las movilizaciones de oposición al franquismo y por la construcción de un escenario político democrático postdictatorial en Madrid entre 1968 y 1982, que se concretó en una exposición llamada "Madrid Activismos (1968-1982)", celebrada en el centro cultural y social La Casa Encendida (Madrid, 2016). Eb la misma lógica estudié la cultura material y visual de la sexopolítica cinematográfica de los años 70 y 80 en España. Se trató de un espacio creativo marginal donde diversos cineastas, artistas y activistas por la liberación sexual inventaron y habitaron, entre 1975 y 1986, una escena de producción fílmica y experimentación biopolítica, que derivó en la exposición "Sexopolíticas del cine marginal, años 70 y 80", en el Institut Valenciá d'Art Modern (Valencia, 2019).

En ambos casos la investigación se canalizó a través de diversos archivos de movimientos sociales y colecciones particulares de coleccionistas y de protagonistas de aquellas movilizaciones, donde se identificaron y analizaros documentos gráficos del movimiento estudiantil, proletario, ciudadano, feminista, ecologista, de liberación sexual, antipsiquiatría, presos en lucha, cultura crítica, internacionalista y antiimperialista. El objetivo común de sendas experiencias fue activar la memoria de las movilizaciones sociales desde los espacios museísticos, a partir

de una tratamiento y una disposición en la sala de los materiales seleccionados que cuestionaba los modos de tratar los documentos en el espacio expositivo y los discursos curatoriales previos. También se contó para ello, en el caso de la muestra de Valencia, de un programa de actividades paralelo que consistió en un ciclo de cine, una serie de encuentros con especialistas y una intervención en la sala de exposiciones, que buscaba leer a contrapelo el relato curatorial planteado[1].

Con la intención de replicar estos procesos aumentando el nivel de experimentación con materiales de archivo, en el curso 2020-2021 participé como docente en el Programa de Estudios Independientes (PEI) del Centre de Estudis y Documentació (CED) del Museo d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA), cuando Pablo Martínez era Jefe de Programas y las ecologías críticas encontraron un terreno fértil para su revisión desde los postulados de la cultura visual. En este marco, Jaime Vindel y yo coordinamos un taller de "Ecologías culturales" con el objetivo de desarrollar una investigación con el alumnado del PEI a través de los archivos ecologistas del Estado español, que concluyera en una exposición. El proceso de investigación colectiva se condujo menos de lo previsto al inicio a través de entornos archiveros. No obstante, los documentos recuperados en ellos sirvieron para que, en la muestra, que se llamó "PLAGA" (MACBA, 2020-2021), se plantease un diálogo con piezas artísticas, películas de nueva creación y otros documentos contemporáneos que definieron una serie de reflexiones acerca de los imaginarios políticos de las plagas en el marco del capitalismo extractivista y postcolonial.

Estética Fósil

En base a esta experiencia, en 2021 comencé a trabajar en el proyecto de investigación "Estética Fósil", dirigido por Vindel en el CSIC, que tiene como horizonte teórico el estudio de las prácticas artísticas y de las lógicas que operan en el sistema del arte bajo el paradigma de la modernidad fósil, es decir, el periodo iniciado en el siglo XIX, de expansión económica y cultural basado en el uso de los combustibles fósiles, y el impacto que esa expansión ha tenido a la hora de configurar los imaginarios políticos y la producción artística hasta nuestros días. Las líneas de investigación que se abren bajo este paraguas son amplias, no obstante, de acuerdo con mi trayectoria, mi trabajo se ha centrado en el mapeo de los archivos españoles que contienen materiales interesantes para la reconstrucción de la historia histórica del movimiento ecologista. Y particularmente destacar cuáles tienen interés desde el punto de vista de la cultura visual. En el momento en que se escribe este texto, tras dos años de investigación puede darse por concluido un primer ciclo de búsqueda e identificación de archivos, cuyos

resultados ofrecen una lista de 34 archivos dispersos por distintas ciudades y pueblos del Estado[2].

Los casos estudiados identifican realidades archivísticas muy diversas, pero, a grandes rasgos, podemos distinguir dos tipos generales de archivos en base a su temática. En primer lugar, se han detectado trece archivos que en algún momento de los cincuenta años de historia del movimiento ecologista español se constituyeron como repositorios monográficos de materiales de agrupaciones ecologistas, ya sea a nivel estatal o regional. Se trata del Archivo Histórico de Ecologistas en Acción y los diferentes archivos de sus federaciones, como la de Andalucía, la madrileña, la navarra, la murciana y el Centro de Documentación Medioambiental Bizizaleak; cuatro pequeños archivos de la provincia de Ciudad Real, el Archivo Anchuras, el del Grupo Ecologista Cabañeros, el de ADREDA, y el Archivo de Anea de Villarrubia de los Ojos; el Archivo de Historia Ambiental de Aragón; el de la Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza (ADEGA), el de Unha Gran Burla Negra y el Fons de Documentació del Medi Ambient de la Casa Verda (FDMACV). A continuación, un breve comentario sobre estos archivos servirá para definir el perfil de cada uno y comprobar en términos generales el nivel de precariedad y la falta de sistematización en la conservación de la memoria ecologista.

El Archivo Histórico de Ecologistas en Acción sólo existe de manera virtual. Una parte de él es accesible en formato online, pero hay otra, mayoritaria, que está disgregada entre distintas agrupaciones de la organización Ecologistas en Acción. Entre ellas, las señaladas arriba tienen un volumen tal y una ordenación de sus contenidos tan avanzadas que podemos considerarlos como archivos independientes repartidos por distintos lugares del territorio español. El último de los archivos relacionados con Ecologistas en Acción, el de Bizizaleak, tiene una importancia particular debido al tamaño de sus fondos. Fue creado en los años 80 y cuando tuvo que cerrar el 2010 fue absorbido por el Archivo Histórico Foral de Bizkaia. Los archivos de Ciudad Real son todos colecciones pequeñas relacionadas con agrupaciones concretas que estuvieron operativas en la región en el pasado y se conservan en residencias de militantes ecologistas, salvo el de ADREDA, que está en el Archivo del Ayuntamiento de Daimiel. El Archivo de Historia Ambiental de Aragón, es en realidad una recopilación de materiales resultado de la acumulación de documentos por parte del investigador Pablo Corral Broto durante el proceso de investigación de su tesis doctoral sobre el movimiento ecologista en Zaragoza y está compuesto fundamentalmente por duplicados y copias. El Archivo de ADEGA es el fondo documental que la agrupación conserva en su sede de Santiago de Compostela y en él se conservan materiales desde mediados de los años 70 en delante de la evolución del movimiento en Galicia. Actualmente

el archivo está en proceso de digitalización de sus materiales. El archivo de Unha Gran Burla negra es el de más reciente creación (2017) y está centrado en los materiales producidos como parte de las respuestas populares tras el desastre del buque petrolero Prestige, con cuyo fondo, se ha compuesto la exposición “Sempre Máis” que se inauguró en el Auditorio Galicia de Santiago a inicios del año 2023. Por último, el Fons de Documentació de la Casa Verda fue el más grande del Estado. Sin embargo, tras 28 años operativo, sus fondos se depositaron en la Universitat de València, donde diferentes bibliotecas de facultades e institutos han ido absorbiéndolos e integrándolos, con la notable excepción de sus carteles.

En segundo lugar, aparte de los archivos consagrados de forma integral a la conservación del patrimonio ecologista, se ha estudiado el fondo de 22 archivos más que contienen materiales relativos al movimiento ecologista español como parte de un fondo más amplio. Generalmente se trata de las colecciones de partidos políticos, sindicados y sus fundaciones, o también de coleccionistas privados, que están temáticamente centradas en la historia política y social de España o de algún territorio en concreto. Pero también hay archivos, sobre todo de corte institucional, con un carácter más generalista, como es el caso de Filmoteca Española o el resto de archivos fílmicos del Estado. En todos los casos existe un pequeño fondo de materiales que tienen que ver con el movimiento ecologista que, dependiendo de las condiciones materiales de cada archivo (personal involucrado de manera profesional, dimensiones, recursos materiales para la clasificación), está más o menos visible, accesible e identificado.

El Fons de Documentació del Medi Ambient de la Casa Verda

Entre todos los archivos estudiados se ha prestado atención al caso del Fons de Documentació del Medi Ambient de La Casa Verda (FDMACV). La Casa Verda fue un espacio fundado en 1982 por el colectivo valenciano Acció Ecologista que se convirtió en el lugar de encuentro, debate e intercambio de ideas de personas y colectivos de distinto tipo dentro de la escena política alternativa de la región: feministas, activistas por la liberación sexual, objetores de conciencia, libertarios, miembros de la izquierda radical y ecologistas pasaron por allí. Desde el mismo año de la inauguración de La Casa Verda, los activistas Alejandro de la Cueva y Ferrán García organizaron un centro de documentación que, en un primer momento, surgió con una doble vocación: como espacio donde conservar los documentos generados por el movimiento ecologista, pero que contuviera al mismo tiempo, toda

la información técnica y práctica que le convirtiera en el lugar de referencia para los militantes ecologistas, a la hora de preparar de manera informada sus campañas políticas, y donde los técnicos, biólogos y científicos pudieran fundar también sus investigaciones.

Con el paso del tiempo el FDMACV se convirtió en una referencia a nivel estatal, como archivo y en su faceta de centro de documentación. A lo largo de su vida el archivo ha ido transfiriendo parte de sus fondos, fundamentalmente los bibliográficos, a diferentes bibliotecas de la Universitat de València. Cuando se cerró definitivamente en 2010 fue depositado en su totalidad en la universidad y entonces el proceso de asimilación por parte de los diversos institutos universitarios se sistematizó. La Biblioteca Historicomédica "Vicent Peset Llorca" fue la que se ocupó de recibir la mayor parte del fondo del archivo, que ha catalogado recientemente y que conserva casi de manera íntegra. Llama la atención en este proceso de depósito e integración, que haya quedado pendiente la catalogación y reubicación de la colección de carteles del archivo, que está compuesta por alrededor de 1300 ejemplares. Ante esta situación, desde el proyecto "Estética Fósil" nos propusimos el estudio de dicho fondo[3].

A tales efectos se llevó a cabo una revisión de la cartelería identificando tres tipos de poster diferentes: los provenientes del movimiento ecologista y sus alrededores (asociaciones de vecinos, artistas comprometidos, movimiento de objetores de conciencia, pacifistas, agrupaciones anti OTAN, y arquitectos y urbanistas críticos, entre otros), tanto valencianos, como procedentes del resto del Estado español e incluso a nivel internacional; piezas realizadas por instituciones gubernamentales, de tipo local (ayuntamientos y Generalitat Valenciana) o estatal, e incluso por entidades financieras y bancos; y una serie de cartelería de carácter didáctico e ilustrativo, como taxonomías ornitológicas y mapas, que debieron ser de uso habitual en cursos y talleres por parte de las agrupaciones ecologistas. Una vez explorado el fondo decidimos proceder únicamente al estudio de la parte producida por (y alrededor de) el activismo ecologista, pues son estas las fuentes primarias visuales para comprender el modo en que se configuraron y circularon los imaginarios de la protesta ecológica en Valencia y el resto del Estado.

El estudio del archivo de La Casa Verda y, en particular, de su colección de carteles, ha inspirado dos estrategias de transferencia fundamentales entre los resultados del proyecto de investigación "Estética Fósil", un repositorio digital y una exposición, y forma parte fundamental, a su vez, de una tercera vía que constituye mi principal contribución personal al proyecto, una publicación entre el ensayo y la descripción cartográfica de los archivos ecologistas en España, que llevará por título *Materiales para una utopía ecologista. Cartografía de archivos del movimiento ecologista en España* (Icaria, 2023)

El repositorio digital. Se trata de un espacio virtual que, en el momento en que se escriben estas líneas, está en proceso de preparación. Estará alojado en la página web de "Estética Fósil"[4], y en él se compartirá una selección de piezas de gráfica política del movimiento ecologista provenientes de los diversos archivos estudiados. El repositorio está concebido de modo que cada pieza esté contextualizada con los datos básicos de identificación, incluyendo información sobre su estado de conservación en el archivo del que proceda, y un comentario que lo sitúe dentro de la historia del movimiento ecologista. Además de las descripciones concretas, cada documento llevará asociadas unas categorías más generales a través de las que se puedan ir creando conexiones entre sí, en una suerte de constelación de materiales que en sus múltiples posibilidades relacionales ofrezca una imagen nebulosa de los imaginarios ecologistas en España desde los años 70 en adelante. Una vez terminado el diseño de la plataforma digital, los primeros documentos a compartir serán una selección de carteles de la colección del FDMACV, que ya han sido previamente escaneados.

La exposición. En línea con las propuestas curatoriales mencionadas más arriba y en particular con la línea inaugurada en PLAGA, Vindel y yo diseñamos una propuesta curatorial llamada "Archivo Ecologista Situado" con la que queremos dar a conocer los fondos del archivo de La Casa Verda, más allá de su colección de carteles. A partir de ahí, nuestro objetivo como comisarios es, por un lado, poner en contacto los materiales del Fons con los documentos ecologistas de otros espacios como el archivo autogestionado El Punt. Espai de lliure aprenentatge o La Filmoteca-Institut Valencià de Cultura, para convocar los imaginarios ecologistas de la región más allá de las distancias físicas provocadas por la dispersión material provocada, entre otras cosas, por el paso del tiempo y las dinámicas asociativas. Por el otro lado, queríamos atravesar las reflexiones sobre los imaginarios con las preocupaciones materiales que derivan de las condiciones de conservación y gestión patrimonial en esos archivos. Para ello se ha tratado de mostrar en el interior de la muestra los procesos de catalogación y preservación de los distintos repositorios. La muestra se llevará a cabo en 2024 como parte de la programación de un centro cultural de la ciudad de Valencia. La información al respecto será compartida en la página web de "Estética Fósil".

Nuestro trabajo de campo en la Universitat de València nos llevó a colaborar con los profesores José Ramón Bertomeu y Ximo Guillém, del Instituto Interuniversitario López Piñero (IILP), de la misma universidad, que fueron los encargados de gestionar la absorción, en términos de catalogación y reubicación, de los fondos documentales de La Casa Verda, y quienes, en última instancia, permitieron que pudiéramos trabajar con los carteles de Fons de Documentació. Dado el interés compartido por recuperar la memoria del FDMACV y del ecologismo y el

movimiento ambientalista en general co-organizamos en el IILP una Jornada de estudios sobre "Archivos y memoria histórica del ambientalismo en España". En ella contamos con el testimonio de diferentes investigadores que han trabajado en archivos ecologistas en España y otros países europeos, y con la experiencia de archiveros que gestionan fondos de historia ambiental, lo cual sirvió para evidenciar el estado de precariedad en que se encuentran estos archivos y las dificultades con que se encuentran las personas interesadas a la hora de acceder los documentos. Esta experiencia fue de especial relevancia, entre otras cosas, por los ecos que ha tenido y tendrá en futuros seminarios, como se verá a continuación.

TRACTS: las huellas del ecologismo más allá de España.

La plataforma Cost Action es una herramienta de la Unión Europea para la financiación de redes de investigación que, con un carácter transversal, tiene la posibilidad de aglutinar académicos de diferentes disciplinas, artistas, técnicos y activistas de varios países que trabajen alrededor de diferentes temas concretos. Las Cost Action son una suerte de proyecto de investigación a gran escala y con una organización de corte horizontal, que en lugar de estar gestioda por uno o dos Investigadores Principales, se rige por un Management Committee (MC), que diseña las actividades que año a año están orientadas a fortalecer el músculo de la Acción. Desde 2021, soy miembro del MC de la Cost Action "Trace as a research agenda for climate change, technology studies, and social justice" (TRACTS), que plantea el estudio de las huellas desde la antropología, la cultura visual, la sociología o la geología, entre otras disciplinas, en las áreas de la tecnología, el cambio climático y la justicia social. La actividad interna de la Acción se organiza a partir de cinco grupos de trabajo encargados de promover y coordinar su programación anual. Entre los distintos grupos, estoy encargado de coordinar, junto a Petr Gibas del Institute of Sociology de la Czech Academy of Sciences, el de Cambio Climático (WG3). Durante los dos años que lleva en marcha la Acción, desde el WG3 hemos realizado varias actividades entre las que destacan la Training School "Tracing and dwelling in post-anthropocentric landscapes", que tuvo lugar en Ralsko, y el seminario "Tracing (climate) crisis, visualizing change" celebrado en Madrid. Todos los eventos de la Acción están destinados a fortalecer la red. Pueden participar en ellos los miembros de TRACTS, y a la vez, suponen la oportunidad perfecta para la promoción de las líneas de trabajo de la Acción que pueda derivar

en la ampliación del número de participantes de la misma, dado que la red es abierta y tiene vocación expansiva[5].

Además, los miembros de la red pueden beneficiarse de varios tipos de becas que les permitirán conseguir financiación para participar en congresos (Dissemination Conference grant), reservando una partida económica especial para ayudas a investigadores de determinados países (Inclusiveness Target Country Conference grant), o desarrollar estancias cortas de investigación (Short Time Scientific Mission grant). En el marco de las becas STSM llevé a cabo una investigación con base en el Instituto de História Contempoânea de la Universidade Nova de Lisboa, bajo la supervisión de la Dra. Lee Douglas, en la que puede ampliar mi trabajo sobre los archivos del movimiento ecologista en España a una dimensión peninsular. Además de continuar con la identificación de lugares donde investigar con fuentes de tipo gráfico y audiovisual la historia de los movimientos sociales, al pasar la frontera nacional, la investigación permite identificar también dinámicas comunes en los modos de gestión de los recursos naturales, en los procesos de corrupción del medio ambiente, así como la posibilidad de visibilizar estrategias compartidas por el activismo ecologista a uno y otro lado de la Raya.

El estudio en Portugal se desarrolló básicamente a dos niveles. Un primer nivel de tipo cinematográfico, donde tuve ocasión de estudiar los fondos relacionados con el movimiento ecologista portugués en la Biblioteca de la Cinemateca Portuguesa, lo que, entre otros aspectos, me dio ocasión de conocer y recomponer la historia del Festival Internacional do filme agrícola e de temática rural de Santarém (1971-1989), como espacio cultural privilegiado por el que fluyeron de manera temprana los discursos del primer ecologismo portugués. Todavía relacionado con el nivel cinematográfico pude visitar el Arquivo Nacional das Imagens em Movimeinto (ANIM), y visionar la parte de su colección de películas documentales producidas alrededor del movimiento ecologista portugués durante los años 70 y primera mitad de los 80. Además, tuve la oportunidad de visitar el archivo de la asociación ecologista Campo Aberto en Porto, donde se conservan los documentos gráficos, fundamentalmente revistas, libros y posters, del ecologismo portugués desde finales de los 70. Aparte de conectar con las investigaciones llevadas a cabo en España anteriormente, la investigación en Portugal sirvió, por otro lado, como aportación a uno de los objetivos fundamentales de la Cost Action: la creación colectiva del TRACTS (Counter)Atlas. Se trata de una herramienta, que ha sido conceptualizada a modo de atlas a la contra, en la que se incorporarán conceptos, datos, documentos y casos de estudio sobre la cuestión de las huellas ecológicas, tecnológicas y vinculadas con casos de (in)justicia social a lo largo de la historia, que permitan visibilizar los silencios y las

distintas intensidades de los surcos que atraviesan cada una de estas áreas. Mi investigación en particular aportará, por medio de un informe donde se da cuenta de la huella del ecologismo en el cine portugués de los años 70, un caso de estudio de recuperación de la memoria histórica del ecologismo en Portugal. El (Counter) Atlas es una herramienta que tendrá forma de plataforma online, será navegable a través de la web de TRACTS y se podrá ampliar y modificar por los miembros de la acción y por gente interesada en ello.

Con la idea de plantear un estudio de los archivos del movimiento ecologista más ambicioso en términos geográficos desde el grupo de trabajo de Cambio Climático de TRATCS, y particularmente en colaboración con tres de sus miembros, Ximo Guillém y José Ramón Bertomeu, del IILP de la Universitat de València, y Alexandre Elsig, del Swiss Federal Institute of Technology (SFIT) de Lausana se ha organizado el seminario "From the Archive to the Atlas". Este encuentro, que tendrá lugar en el SFIT en junio de 2023, será un evento de dos días donde se dará espacio a profesionales archiveros a cargo de acervos de movimientos sociales, como los Archives Contestataires con base en Ginebra, investigadores de diferentes disciplinas que trabajen en este tipo de archivos o que reflexionen sobre las dimensiones ecológicas de la actividad archivera, y personas del mundo del arte, curadores o artistas, que trabajan imaginando formas de activar los fondos de los archivos ambientales. La idea es replicar la experiencia de la jornada de trabajo celebrada en Valencia a nivel europeo. Este encuentro estará dedicado a trabajar de un modo experimental y colectivo a fin de desarrollar unos principios metodológicos básicos para el estudio de documentos gráficos y audiovisuales del movimiento ecologista, y la activación de los fondos de los archivos con este tipo de materiales desde los espacios expositivos a través de modelos curatoriales innovadores.

Los dos círculos de investigación descritos desarrollan líneas de investigación se despliegan y cogen altura en el marco de esfuerzos colectivos para el estudio y diseminación de la historia del movimiento ecologista, y en términos más amplios de las movilizaciones sociales en general, a partir de aquellas fuentes alternativas que describimos al comienzo, efímeras y menos atendidas por la historiografía tradicional, como posters, propaganda, boletines, fanzines, piezas de carácter artístico, documentales militantes y cine no profesional. El acercamiento a estas fuentes en el curso de las líneas de investigación señaladas determina formas originales de transferencia de los resultados alcanzados en el proceso, como repositorios digitales, (Counter) Atlas, exposiciones, o cartografías, que implican a menudo un contacto directo con los espacios de producción de las mismas fuentes —en este caso los movimientos ecologistas— y formas nuevas de activar la memoria y ampliar el conocimiento de la

historia reciente. Se trata, en todo caso, de procesos muy abiertos y en evolución para los que resulta imprescindible hacerse visibles y someterse a discusión. Para ello se espera que el presente texto pueda ser de utilidad.

Notas

1. Para más información puede consultarse el enlace: https://ivam.es/es/noticias/dossier-de-prensa-sexopoliticas-del-cine-marginal-anos-70-80/ (Consultado el 8 de abril de 2023)
2. La lista completa de archivos estudiados es: Archivo Histórico de Ecologistas en Acción, Archivo de la Federación de EA-Andalucía, Archivo de la Federación de EA-Madrid, Archivo de la Federación de EA-Navarra, Archivo de la Federación de EA-Murcia, Centro de Documentación Medioambiental Bizizaleak (CDMB), Fons de Documentació del Medi Ambient de La Casa Verda, Archivo Anchuras, Archivo del Grupo Ecologista Cabañeros, Archivo de ADREDA, Archivo de Ana de Villarrubia de los Ojos, Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza, Unha Gran Burla Negra, El punt. Espai de lliure aprenentatge, Archivo Histórico del Partido Comunista de España, Archivo y Biblioteca de la Fundación Pablo Iglesias, Fundación Anselmo Lorenzo, Fundación Salvador Seguí, Archivo del Instituto Sindical de Trabajo, Salud y Ambiente de Comisiones Obreras, Archivo del Sindicato Labrego Galego – Comisións Labregas, Lazkaoko Beneditarren Fundazioa, Fundación Sancho el Sabio, Centre de Recursos per a l'Aprenentatge i la Investigació-Biblioteca del Pavelló de la República, Archivo de Historia Ambiental de Aragón, Archivo y Biblioteca del Museo do Pobo Galego, Fondo Documental Alejandro Molins, Archivo y Biblioteca de Propaganda Ramón Adell Argilés, Archivo Centro de Recuperación de Pegatinas, Filmoteca Española, La Filmoteca-Institut Valencià de Cultura, Filmoteca de Catalunya, Centro Galego de Artes da Imaxe-Filmoteca de Galicia, Filmoteca Vasca y La digitalizadora de la memoria colectiva.
3. En este el proceso fue clave el sociólogo Ernest López, que nos dio a conocer la existencia del archivo y abrió la vía de acceso al mismo.
4. www.esteticafosil.csic.es (Consultado el 28 de marzo de 2023)
5. Toda la información para formar parte de TRACTS está en el sitio web de la Acción: http://tractsnetwork.online/news/ (Consultado el 08 de abril de 2023).

FILIPA SANTOS *

“Entre a Terra e o Mar”: Abordagem exploratória a uma etnografia visual da cultura do sargaço na Comunidade Piscatória de Angeiras, Matosinhos

*
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo Este artigo surge na sequência de uma comunicação, em torno da minha dissertação final de mestrado, apresentada no Seminário de Práticas Comunitárias e História Pública, organizado pelo Laboratório de Paisagens, Património e Território, em Braga. O projeto de investigação teve como objeto central de estudo as dinâmicas culturais em torno da atividade sargaceira na comunidade piscatória de Angeiras, pertencente à freguesia de Lavra, Matosinhos.
Enquanto elemento de ligação entre o espaço terrestre e marítimo, a recolha de sargaço contribuiu significativamente para a formação e fixação de aglomerados costeiros no litoral Norte português ao longo dos séculos. Em Angeiras, a diversidade de perfis sociológicos que estão na sua origem contribuíram para a formação de uma comunidade sociologicamente híbrida, cuja identidade é indissociável das relações estabelecidas entre a terra e o mar.
Assim, com recurso a uma metodologia etnográfica e visual de análise, procurou-se compreender o seu passado técnico, social e económico de modo a tentar descodificar um modo de vida partilhado cujos hábitos, objetos, políticas de género, saberes e tradições contribuem para dar conta de processos específicos de apropriação prática e simbólica do “espaço” onde a comunidade interage e se desenvolve. Para além disso, na tentativa de contrariar o atual cenário de desperdício e inutilização do sargaço que abrange a costa portuguesa, exploram-se soluções alternativas e inovadoras para o seu destino, atendendo ao potencial de aplicação das macroalgas numa série de produtos e indústrias.

Palavras-chave: Angeiras; etnografia visual; património cultural; sargaço

Abstract This article follows a communication, around my final dissertation, presented at the Community Practices and Public History Seminar, organized by the Laboratory of Landscapes, Heritage and Territory, in Braga. The research project had as central object of study the cultural dynamics around the sargassum harvest in the fishing community of Angeiras, part of village of Lavra, in Matosinhos.
As a link between land and maritime space, the sargassum harvest contributed significantly to the formation and settlement of coastal agglomerations on the Portuguese North coast over the centuries. In Angeiras, the diversity of sociological profiles that are at its origin contributed to the formation of a sociologically hybrid community, whose identity is inseparable from the relations established between land and sea.
Thus, using an ethnographic and visual methodology of analysis, this research aims to reflect about its technical, social and economic past in order to try to decode a shared way of life whose habits, objects, gender policies, knowledge and traditions, which represent specific processes of practical and symbolic appropriation of the “space” where the community interacts and develops. Furthermore, in the attempt to counteract the current scenario of waste and unusability of the sargassum on the portuguese coast, alternatives and innovative solutions are explored for sargassum’s utility, analising potential application of macroalgae in several products and industries.

Keywords: Angeiras; cultural heritage; sargassum; visual etnography

Introdução

Desde os primórdios da sua existência que o Homem atua e se desenvolve em estreita relação com o espaço marítimo. Seja enquanto cenário de atuação profissional ou de recreação, o mar constitui uma fonte de recursos virtualmente inesgotável cujo potencial de aproveitamento incentivou (e incentiva) o movimento populacional e a formação de aglomerados costeiros.

Estes grupos, motivados pela procura de condições de vida mais favoráveis, em grande parte relacionada com a exploração dos recursos haliêuticos, vão-se fixando gradualmente junto à costa para aí se ocuparem das fainas agromarítimas. A comunidade piscatória de Angeiras, pertencente ao município de Matosinhos, enquanto território de interação permanente entre a terra e o mar, sempre se desenvolveu social e economicamente entre as duas atividades predominantes na zona: a pesca e a agricultura. Neste sentido, o sargaço surge enquanto elemento de ligação entre estas duas realidades, na medida em que a sua recolha constitui uma atividade imemorial que tem como objetivo principal a fertilização dos terrenos e a obtenção de melhores colheitas.

Tendo como objeto central de estudo as dinâmicas culturais em torno da atividade sargaceira, com um enfoque especial na comunidade piscatória de Angeiras, este projeto de investigação, enquadrado metodologicamente pela antropologia marítima e pela etnografia visual, pressupôs um período de trabalho de campo contínuo e prolongado com vista à recolha de testemunhos, memórias e experiências reveladores de um passado técnico, social e cultural essencial para a reflexão acerca de um modo de vida partilhado e de uma realidade sociocultural específica.

A etnografia dispõe de um quadro concetual proveniente da antropologia, procurando produzir conhecimento acerca do Homem em todas as suas dimensões, permitindo, durante a investigação, "ordenar" e interpretar a informação e a realidade que é observada (Figueroa, 2013, p. 25). Neste sentido, o desenvolvimento da investigação contou com o uso articulado de diferentes técnicas, nomeadamente a observação participante, a elaboração de entrevistas etnográficas e de um diário de campo, mas também a aplicação e a mobilização de fontes e metodologias visuais. A metodologia etnográfica aplicada implicou o cruzamento da informação recolhida de diversas fontes documentais com o testemunho e a vivência dos atores sociais acerca do seu próprio contexto. De facto, a observação participante permite ao investigador o acesso à informação relevante a partir de uma posição direta e privilegiada, obtendo conhecimento de causa relativamente às condutas, práticas e representações que orientam as vivências da comunidade (Restrepo, 2018, pp. 56-58).

De acordo com a componente de pesquisa visual, a investigação contará com o recurso a pequenos arquivos/álbuns fotográficos de indivíduos, famílias e instituições locais para tentar contextualizar histórica e socialmente a comunidade, tendo em conta o seu papel fulcral enquanto "fonte" de memória coletiva, capazes de reavivar memórias e sensações. Esses documentos visuais permitirão uma compreensão mais sólida dos contextos e das relações sociais/familiares inscritas nas fotografias para, a partir daí, «observar como elas se tornaram e como se projetam, no passado e no futuro, a partir desse "presente" congelado – não só as fotos, mas também

os objetos que as acompanham ou que elas mesmas revelam» (Figueroa, 2013, p. 60).

Posto isto, com o intuito de analisar as permanências, ruturas e transformações da cultura do sargaço em Angeiras, a investigação desenvolveu-se sob cinco dimensões-chave (Sargaço, Território, Memórias, Mulheres do Mar e Perspetivas futuras), entendidas como essenciais para compreender a evolução das práticas e contextualizar histórica e culturalmente a comunidade piscatória de Angeiras.

1. A apanha do sargaço e o processo de formação de comunidades marítimas

Os oceanos constituem 78% da superfície da Terra e é em seu torno que se desenvolve um conjunto de atividades essenciais ao progresso económico, social e cultural dos territórios (Ramos, 2016, p. 309) e à formação/consolidação de aglomerados populacionais costeiros que, geralmente, dependem, direta ou indiretamente, daquilo que o mar lhes oferece. Assumem-se, tendencialmente, como núcleos muito individualizados, constituídos por famílias numerosas, onde todos desempenham a sua função na faina agromarítima e cuja sobrevivência depende, maioritariamente, do dinamismo gerado pela pesca (Viegas & Tedim, 2012, p. 2).

Contudo, a sua relação com o 'espaço' implica um processo de 'apropriação' do território marítimo, onde se desenvolvem as principais atividades, mas também do território terrestre, o espaço partilhado pela comunidade e onde coabitam diferentes realidades sociais, económicas e culturais. Sendo o 'espaço' um lugar físico com uma estrutura de origem cultural que organiza a relação social (Hall, 1986), é a partir do território partilhado e dos lugares de sociabilidade que se torna possível identificar processos de apropriação, domesticação, distribuição e transmissão do espaço "vivido" (Escallier, 2018, p. 30).

No norte de Portugal, ao longo do século XIX, as populações rurais foram-se aproximando gradualmente da costa em busca de recursos que garantissem boas colheitas para os terrenos, mas também melhor qualidade de vida para as suas famílias. Tanto os descendentes de agricultores (que, de acordo com as leis fiscais e de transmissão de heranças vigentes, à exceção do mais velho, se viam obrigados a deixar a casa de família e a abandonar as terras), como outras populações pobres mais distantes, instalavam-se junto ao mar, em "barracos" de madeira ou nas próprias casas de

mar, anteriormente usadas pelos lavradores para guardarem os apetrechos das lides agrícolas e marítimas (Silva, 2020, p. 26).

Esta conjugação de diferentes perfis sociológicos viria a contribuir para a criação de núcleos piscatórios com um universo cultural próprio e um caráter socioprofissional híbrido, cujas relações sociais dependiam da articulação entre a terra e o mar. A conjugação, junto à praia, de alfaias agrícolas, redes, "ganhapões" ou pilhas de sargaço é expressiva da dupla natureza agrícola e marítima do processo de fixação da povoação costeira, sendo que poderia prevalecer uma feição mais agrícola ou marítima nessas comunidades (Oliveira & Galhano, 1958, p. 147). Na realidade, muitos destes aglomerados populacionais enraizaram-se no território e atualmente constituem núcleos habitacionais perfeitamente consolidados, maioritariamente localizados no Noroeste de Portugal (Oliveira et al., 1990, p. 15-16).

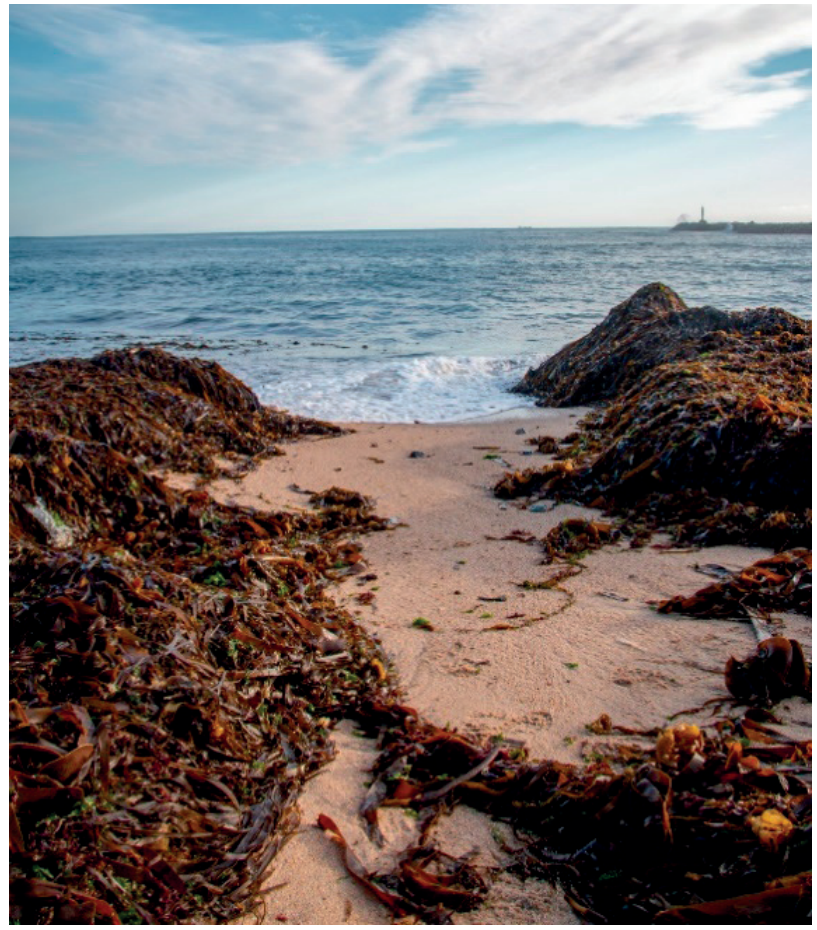
De facto, o potencial hídrico do país pressupõe, não só a prática de atividades marítimas específicas, mas também o aproveitamento complementar de certos recursos haliêuticos como é o caso da apanha do sargaço e do pilado para adubação dos terrenos, considerada por muitos como «a mais importante das fainas da lavoura que se situam no mar» (Oliveira & Galhano, 1958, p. 63).

O pilado é um pequeno caranguejo que surge em cardume, cujo último par de patas tem uma forma achatada. Muito apreciado pelos compradores e lavradores que o consumiam, servia, simultaneamente, de alimento e fertilizante orgânico. A sua apanha por arrasto fazia com que fosse recolhido, maioritariamente, em conjunto com o sargaço. Inicialmente, os próprios lavradores organizavam-se em "companhas" e faziam-se ao mar em grupos de quatro homens e de dois barcos para a apanha, sendo que o rendimento proveniente era dividido em dinheiro ou em produto (Sá et al., 1991, p. 23).

No que diz respeito à sua composição biológica, o sargaço constitui o resultado da acumulação de diversas macroalgas (*Laminaria, Fucus, Sargassum, Palmaria, Chondrus, Gelidium*, entre outras) que se desenvolvem nas plataformas continentais e se desprendem do fundo do mar com a agitação das águas (principalmente durante as marés vivas), sendo encaminhadas pelas correntes marítimas até à costa (Martins et al., 2020, p. 2).

O aproveitamento agrícola do sargaço justificou, durante vários séculos, o valor e a importância atribuídos à sua recolha, tendo em conta a fonte de riqueza nutritiva que constitui: para além da sua composição beneficiar de um conjunto de nutrientes e metabolitos (cal, potássio, ácido fosfórico, azoto, entre outros) que melhoram o sabor dos produtos e promovem o crescimento vegetal (Sharma et al., 2014 *apud* Martins et al., 2020, p. 5), certos constituintes das macroalgas contribuem para o aumento da resistência das culturas a doenças e potenciam solos mais arenosos ou, até, à partida, improdutivos.

Figura 1
Sargaço na Praia dos Pescadores, Angeiras, maio 2022
Fonte: autoria própria



Atividade de longa tradição, a apanha do sargaço surge, inicialmente, regulamentada na Póvoa de Varzim, no século XIV. Embora incipiente, a primeira abordagem ao assunto consta no Foral de D. Dinis, de 9 de maio de 1308, onde se declara que o rei atribui o sargaço daquela área aos seus moradores («todo o argaço que seja em termo da dieta pobra o aiam, os pobradores dela» (Oliveira & Galhano, 1958, p. 65)). Mais tarde, tendo em conta a importância económica e social atribuída ao sargaço, o foral manuelino de 1504 veio estabelecer um imposto real sobre o comércio das macroalgas. Daí em diante, tal como contemplado na dissertação, a apanha passou a ser documentada em diplomas regionais e locais de vários tipos para tentar gerir disputas e conflitos entre os lavradores e as autoridades/senhores locais acerca do legítimo usufruto do sargaço que o mar encaminhava para a costa (Oliveira et al., 1990, p. 24).

A incidência de sargaço no litoral Norte de Portugal e o seu aproveitamento agrícola intensivo como fertilizante natural para os campos justificavam a necessidade prévia de controlo e regulamentação por parte do rei e das autoridades locais, tendo



Figura 2
'Camas' de sargaço na praia da Boa Nova. Andrelino Fernandes, Matosinhos, anos 60
Fonte: Fotografia cedida pelo Arquivo Fotográfico Municipal de Matosinhos

em conta a abundância e frequência com que lavradores e "outras gentes" corriam para a praia quando sabiam, ou ouviam dizer, que havia sargaço na costa (Ramos, 1943, p. 280).

Muitos locais e vilas costeiras foram alvo de um conjunto de ordens e declarações que implementavam restrições à atividade ou multas pecuniárias por incumprimentos estabelecidos pela Igreja. Ao longo dos séculos XVIII e XIX ocorriam frequentemente as chamadas "visitações", onde uma autoridade delegada pelo bispo se dirigia às igrejas e paróquias a fim de fiscalizar e garantir o cumprimento dos deveres de padres e paroquianos – nomeadamente a sua assiduidade à missa, visto que a população ia apanhar sargaço independentemente de ser dia santo (Domingo) ou não. A manutenção dos altares e dos edifícios religiosos também era motivo de vistoria durante as visitações, assim como o cumprimento dos horários estipulados para o período da apanha e dos moldes em que esta podia ser praticada.

Tendo em conta as muitas e frequentes transgressões às medidas estabelecidas, houve necessidade, por parte da Igreja, de delegar em membros específicos da população para assumirem a função de *olheiros* (responsáveis por zelar pelo normal funcionamento da apanha do sargaço, no que diz respeito a quantidades, conduta, segurança ou controlo do espaço ocupado para secagem).

Todas estas regulamentações, punições e condicionantes documentadas em diversos escritos desde o século XIV refletem



Figura 3
Estado atual das Casas de Mar de Angeiras, abril 2022
Fonte: autoria própria

a importância económica e social que foi sendo dada à atividade sargaceira ao longo dos séculos, motivo de interesse, conflito e discórdia entre os interessados.

Inicialmente, assumiu-se como uma atividade maioritariamente praticada por gente da terra (lavradores/trabalhadores rurais) do litoral norte português, que se deslocavam das suas aldeias, mais interiores e caracteristicamente rurais, até à praia para recolher as algas para consumo próprio ou alguma venda local (Oliveira & Galhano, 1958, p. 106). Em muitos casos, a apanha do sargaço era feita pelos moços de mar das grandes casas rurais com terreno agrícola próprio, as designadas Casas de Lavoura, que se situavam em agregados populacionais interiores e pertenciam às famílias mais abastadas de lavradores. A necessidade de adubar os campos das Casas de Lavoura e a consequente vinda obrigatória à praia para apanhar sargaço justificou a construção de um conjunto de

Casas de Mar por toda a costa norte de Portugal. Estas consistiam em pequenas arrecadações junto à linha da praia que serviam para guardar o sargaço e o pilado, instrumentos agrícolas e, eventualmente, os apetrechos de pesca ou pequenas embarcações dos lavradores (Oliveira et al., 1990, p. 17).

Era, assim, uma prática essencialmente relacionada com um regime de exploração familiar de pequena propriedade e de cultura intensiva dos campos. Para auxiliar o trabalho contavam com alfaias do tipo agrícola, remetendo para o sistema de dentes (ancinhos (*incinhos*) ou gravetas) e para a feição rural da apanha do sargaço.

Com o incremento da sua procura para exportação, mas também para fins industriais (em grande parte relacionada com um movimento de aproveitamento e valorização das areias, em finais do século XIX, em torno dos "campos de masseira" da zona da Aguçadoura (Póvoa de Varzim), uma cultura hortícola intensiva que pressupõe grandes quantidades de adubo e água), a apanha do sargaço e do pilado tornou-se uma atividade relevante que ocupou muita gente durante parte significativa do ano, integrando-se num sistema mais complexo de negócio (Oliveira et al., 1990, p. 23) e, em parte, responsável por um processo de povoamento costeiro e de criação de aglomerados populacionais que faziam da apanha a sua atividade primordial ou secundária.

Os pescadores começam a interessar-se mais pela apanha do sargaço, tendo em conta que se tornava possível vender o produto a um preço relativamente justo para o trabalho que era desempenhado. Em simultâneo, outras populações mais pobres, de terras do interior ou de outros lugares, que não possuíam terras e procuravam o próprio salário explorando os recursos que o mar oferecia (os designados *cabaneiros* ou *seareiros*) (Oliveira & Galhano, 1958, p. 67), vinham-se aproximando das praias para executar qualquer função rural ou marítima.

No entanto, à medida que a população marítima se aproximava da atividade sargaceira, o lavrador foi progressivamente abandonando as fainas marítimas em direção a uma cultura agrícola de consumo próprio, dando seguimento a uma atividade sargaceira rural apenas para adubação dos seus campos. A apanha passa a ser exercida por outros grupos sociais de origem piscatória, que contribuem para a elevação da prática e para a sua transformação numa atividade autónoma com uma finalidade comercial direta.

De facto, torna-se possível afirmar que o aparecimento e a fixação dessas comunidades à beira-mar estão, em grande parte, relacionados com a apanha do sargaço. O processo de povoamento costeiro resultou, maioritariamente, de uma aproximação gradual de gentes rurais e cabaneiros de outras terras que, familiarizados com o mar e a pesca, se instalaram em lugares junto dos antigos barracos de arrecadação onde guardavam os



Figura 4
Comunidade piscatória de Angeiras, janeiro 2022
Fonte: autoria própria

instrumentos agrícolas/piscatórios (Oliveira et al., 1990, pp. 17-18) e adaptaram-nos de modo a passarem a ser habitáveis. Toda esta dinâmica populacional criou condições para o desenvolvimento de uma comunidade sociologicamente híbrida, em termos socioeconómicos e profissionais, cuja identidade dependerá, também, das relações estabelecidas entre a terra e o mar (Amorim, 2018, p. 16).

A grande maioria dos aglomerados costeiros do norte de Portugal consolidou-se apenas com o desenvolvimento da apanha durante o século XX, junto às Casas de Mar, e muitas das atuais habitações mostram bem a influência arquitetónica desses barracos. Localidade pertencente à freguesia de Lavra, concelho de Matosinhos, Angeiras (Praia) – tal como Vila Chã ou Mindelo – é uma pequena comunidade marítima cujo processo de formação é relativamente recente, como o comprova o *Promptuario das Terras de Portugal*, um manuscrito do final do século XVII, quando, ao identificar as aldeias/lugares da freguesia de *Laura* (Lavra), não menciona o lugar da Praia de Angeiras (Ramos, 1943, p. 350). Contudo, são territórios que se desenvolveram de forma intensiva com base numa estrutura económica assente na exploração de

recursos agrícolas e piscícolas, permitindo o crescente movimento populacional e a criação de núcleos habitacionais perfeitamente consolidados.

A fusão entre indivíduos com diferentes perfis socioeconómicos que está na origem da comunidade piscatória de Angeiras resultou num intercâmbio de formas produtivas que, inevitavelmente, vieram influenciar o quadro natural onde as atividades se desenvolviam: a economia do mar fazia-se representar através da atividade piscatória e do comércio, mas também pelas fainas agrícolas que dependiam dos recursos haliêuticos.

A procura intensiva, a familiarização com o mar e a disponibilização de terrenos baratos junto à praia constituem as principais causas do movimento de fixação populacional que se desenvolveu, efetivamente, na Praia de Angeiras, no princípio do século XX. Neste sentido, é possível afirmar que "a aldeia piscatória da beira-mar é, assim, também, uma duplicação recente de um agregado rural antigo, até há pouco único existente, ali, com esse nome (Angeiras de Cima)" (Oliveira et al., 1990, p. 21).

Importa, assim, dar conta de um conjunto de práticas e representações que estão na génese destas comunidades, assim como registar e identificar utensílios e apetrechos aplicados nas fainas, para que seja possível preservar e refletir acerca de um modo de vida partilhado, cujos hábitos, objetos, gostos, crenças e tradições contribuem para "dar uma ideia do espaço "vivido", ou seja, praticado e representado" (Escallier, 2018, p. 30).

Quando o sargaço dava à costa, a recolha podia ser feita de duas formas: a pé ou dentro da embarcação. As algas que se encontravam junto à praia eram recolhidas com o auxílio de uma espécie de ancinho (em Angeiras conhecido como *ingaço*) para retirar o sargaço da água e juntá-lo em pequenos montes, designados *serras*. Por outro lado, tanto as algas que boiavam a maior distância, como as que se encontravam no fundo ou agarradas a rochas submersas, tinham de ser recolhidas a bordo de uma embarcação. Para isso, faziam uso de instrumentos específicos inseridos no *sistema de dentes* ou no *sistema de rede* (Oliveira & Galhano, 1958, p. 80).

Inicialmente, os lavradores que possuíam embarcações (barcos, masseiras ou jangadas), praticavam alguma pesca e recolhiam sargaço para adubar as suas terras. O instrumento predominantemente utilizado era a *graveta* ou *gaiteira*, como é conhecida no Minho, que consistia num pau comprido de madeira – podia medir entre 80 centímetros a 1 metro – com uma costa, semelhante ao ancinho, contudo, para além da fileira de dentes principal, continha outra fileira de dentes mais pequenos, o que permitia uma recolha mais eficaz e em maior quantidade. A sua versatilidade enquanto ferramenta tornava-a passível de ser aplicada na maior parte das circunstâncias de apanha, desde o arrasto das algas que se encontram no fundo ou a flutuar até



Figura 5
Ingaço, Angeiras, junho 2022
Fonte: autoria própria

ao momento da secagem, desempenhando o papel do *incinho* ou *ingaço*, como é designado em Angeiras, que contém apenas uma fileira de 8 ou 10 dentes (Oliveira & Galhano, 1958, p. 82). A forma e estrutura desta ferramenta remetem, claramente, para os instrumentos utilizados na atividade agrícola.

Contudo, a utilização da graveta foi diminuindo significativamente à medida que o lavrador foi abandonando progressivamente as fainas marítimas para se dedicar, em exclusivo, ao trabalho da terra. A apanha foi sendo cada vez mais praticada por indivíduos da classe piscatória que começam a dar uso aos instrumentos de rede, normalmente constituídos por um saco preso a um arco em madeira de uma ou meia-volta, com um cabo comprido que permite recolher as algas a uma maior distância (Oliveira & Galhano, 1958, p. 84).

A variabilidade da forma dos instrumentos, em termos geográficos, e as diferentes designações que lhes são atribuídas constituem aspetos de relevo que são alvo de maior aprofundamento ao longo da dissertação, pois refletem um conjunto de influências distintas que estão na origem de muitos núcleos piscatórios e as especificidades culturais que os caracterizam.

Todos estes instrumentos são feitos de madeira e de construção muito rudimentar. Testemunhos de pescadores de Angeiras comprovam que a maior parte das alfaias do sargaço eram construídas por eles, pelo que o seu conhecimento e as experiências passadas iam contribuindo para o desenvolvimento e a progressiva adaptação dos instrumentos. Para além de referida a necessidade de construir o ganhuço com um pau comprido no meio do saco, atravessando-o por completo, para garantir que não se parte, também os próprios materiais para a construção eram recolhidos por eles: "nós íamos à bouça e íamos buscar, roubar, os paus...aqueles paus compridos. Também havia umas varas de, penso que era de figueira, que dobravam e fazia-se os arcos porque dobrava bem".

Em meados do séc. XIX, Angeiras (Praia) caracterizava-se como "um litoral deserto só com esses barracos de abrigo dos cabaneiros e pescadores, e dos lavradores que residiam nas povoações correspondentes do interior, e à praia iam ao pilado, à pesca e à apanha do sargaço" (Oliveira et al., 1990, p. 20). A par da atividade agrícola, os lavradores, por possuírem pequenas embarcações com que iam ao pilado, praticavam, inclusivamente, alguma pesca costeira. Na realidade, no início do século XX, já residia junto à praia alguma população piscatória que, na sua maioria, se dedicava à pesca da sardinha e à apanha do pilado para consumo próprio e/ou para venda local. Contudo, a falta de rendimentos e de condições de segurança e a instabilidade inerente à profissão implicavam que muitos pescadores desempenhassem funções nas Casas de Lavoura para garantirem a sobrevivência das suas



Figura 6
Pescadores a conviver depois de um dia de trabalho. Angeiras, fevereiro 2022
Fonte: autoria própria

famílias, principalmente durante o período rigoroso do Inverno. José Meão, atualmente com 92 anos, recorda os tempos em que andava ao sargaço com a mulher, as cunhadas, as irmãs e os irmãos enquanto atividade subsidiária da agricultura, tal como o pai anteriormente fizera, porque "a maior parte dos pescadores aqui era assim, tinham o tempo da pesca e tinham o tempo da lavoura. O Inverno não dava".

Muitos destes homens, à medida que ganhavam conhecimento, experiência e estabeleciam relações sociais iam adquirindo algum nível de independência, casando e instalando-se nas Casas de Mar para constituir família. Alguns chegavam a tirar a carta de arrais e, em sociedade, compravam um pequeno barco para se dedicarem, por completo, à atividade marítima. Esta dinâmica social e profissional motivou a vinda de outros grupos piscatórios e de pessoas economicamente desfavorecidas que viram na praia de Angeiras um local propício para se instalarem (Silva, 1983, p. 11). Desta forma, o lugar da Praia de Angeiras começou a desenvolver-se cada vez mais, aumentando o número de barcos e consolidando-se uma comunidade marcadamente piscatória, mas em estreita relação com o trabalho agrícola.

A dinâmica agromarítima enraizada na comunidade orientou, em grande parte, o quotidiano destas comunidades. A distribuição das tarefas na economia familiar pressupunha que todos tinham um papel e um contributo particulares na manutenção do seu agregado. Neste sentido, Manuel Miranda considera que a

apanha do sargaço foi uma atividade económica essencial para a sobrevivência de muitas famílias, incluindo a sua. "Eu vinha da escola de pequenino e chegava a casa, a minha mãe não estava nem as minhas irmãs, já sabia que estavam para o sargaço, e eu 'toca a fazer de comer' [...] e ia levar à beira da água para a minha mãe e as irmãs comerem, e depois toca a arrastar, mesmo no fim da escola".

Este e outros cenários de dificuldade explicam, de certa forma, a inserção precoce dos vários membros da comunidade nas atividades agromarítimas. A apanha do sargaço era uma realidade tão presente e necessária que as crianças tomavam contacto com as práticas e os instrumentos desde muito cedo. Acostumadas a acompanhar a família nas idas ao mar, estavam perfeitamente inseridas na cadeia de atividades que a apanha pressupunha. Isaura, 73 anos, vendedora de peixe em Angeiras e antiga sargaceira, recorda a sua infância passada com a mãe e os dez irmãos no sargaço. O pai era pescador mas não tinha motores, o que comprometia o sucesso das incursões piscatórias e a quantidade de pescado desejável para sustentar uma família, pelo que a mãe trabalhava diariamente na apanha do sargaço para garantir algum rendimento. Ao descrever as diferentes etapas do processo da apanha, o tom de voz e a expressão facial de Isaura deixavam transparecer a dureza das suas tarefas e a angústia de uma vida em estreita dependência dos recursos haliêuticos.

Paula Ribeiro, 50 anos, proprietária da peixaria Nova Esperança, começou a ir ao sargaço com 8 anos, juntamente com a mãe, as tias e a avó, recolhendo enormes quantidades de algas para venda, maioritariamente para a adubação dos terrenos. A partir de meados do século XX, certas espécies de algas (da classe das Rodofíceas, em Angeiras conhecidas como "botelho", "cabelo de cão", entre outros) distintas do sargaço comum, começam a ser extremamente valorizadas no processo de venda, tendo em conta o seu potencial aproveitamento para fins químicos, estéticos e medicinais. A apanha seletiva destas algas atraiu muitas sargaceiras que a encararam como uma oportunidade, tendo em conta as vantagens que apresentava comparativamente à apanha do sargaço (grandes laminárias). Por um lado, transportavam uma quantidade menor de algas de cada vez, visto não haver tanta abundância e, por outro, não estavam sujeitas à sazonalidade do sargaço, dependente das marés vivas e do ciclo de reprodução das algas. Para além disso, o seu valor económico revelou-se muito superior ao sargaço comum e a população via nesta atividade uma alternativa bem mais lucrativa.

A dinâmica da apanha foi-se estabelecendo culturalmente, a população detinha uma organização própria que, entre outras ações, pressupunha a demarcação prévia, com o pé, das suas zonas de ocupação no areal. As condições de vida precárias e o elevado valor económico do sargaço, principalmente na fase mais tardia, motivava uma série de conflitos e furtos que perturbavam



Figura 7
Sargaceira a apanhar sargaço. Recriação do Rancho de Sargaceiras e Marítimos de Angeiras no âmbito da Fest'Agro, Lavra, setembro 2022
Fonte: autoria própria

a ordem social. Tal como reforça Paula, "para ninguém roubar, a gente dormia à tarde à beira dele, porque se não, sabíamos que chegávamos lá e não tínhamos".

Posto isto, torna-se possível compreender como a apanha do sargaço, enquanto atividade praticada num "lugar", contribuiu para a ocupação e para a significação do espaço, mas também para a formação da comunidade e para a construção do seu universo social. Em seu torno desenvolveu-se um conjunto de práticas e de representações que se foram interiorizando e dando origem a características sócio-organizativas específicas, a partir das quais a comunidade se intra e inter-relaciona.



Figura 8
Rancho das Sargaceiras e Marítimos de Angeiras. Angeiras, 1955
Fonte: Fotografia do arquivo familiar de Glória de Sousa Neves

No que diz respeito à vida em comunidade e aos espaços de sociabilidade, Angeiras constitui um núcleo de interação permanente entre a terra e o mar, pelo que o universo social e cultural dos seus habitantes é organicamente influenciado por essa relação. Neste sentido, abordar etnograficamente uma comunidade piscatória pressupõe, para além da reflexão acerca dos seus hábitos, crenças e linguagem, compreender as relações sociais entre os membros e os espaços onde estas ocorrem.

Partindo de uma abordagem contextualizada aos demais espaços onde os membros atuam e interagem, a dissertação procurou refletir acerca de um conjunto de índices verbais, sociais e comportamentais reveladores de uma organização social, política, económica e cultural específica. As atividades desenvolvem-se em "lugares" que se articulam com a(s) prática(s) dos atores e aos quais estes atribuem significação, através da forma como encaram, descrevem ou se comportam perante os espaços e seus intervenientes. Em suma, a apropriação prática e simbólica do espaço (Escallier, 2018, p. 30).

A comunidade piscatória de Angeiras caracteriza-se, tal como outros núcleos marítimos, por atividades e modos próprios de viver, práticas sociais e saberes tradicionais que constroem uma identidade cultural e orientam o quotidiano dos seus membros (Ramos, 2016, p. 310). Para além da praia e do mar como espaços primordiais de trabalho, os locais de pesagem e comercialização



Figura 9
Fernando Fonseca e a mulher, Maria de Fátima, na preparação dos iscos. Angeiras, março 2022
Fonte: autoria própria

do pescado são igualmente fulcrais para o desenvolvimento de relações inter e intracomunitárias.

O Mercado Municipal foi inaugurado a 2 de março de 2004 enquanto infraestrutura de apoio ao Portinho de Pesca de Angeiras. Para além da venda de peixe e marisco de alta qualidade, comercializam-se frutas, legumes, charcutaria ou vestuário, funcionando como espaço de referência no quotidiano da população e, simultaneamente, como ponto de interesse nos roteiros turísticos. É no Mercado que a comunidade interage com mais frequência, que pescadores e peixeiras partilham saberes e experiências e que a dinâmica piscatória se faz sentir com maior acuidade.

Atualmente, o Bairro dos Pescadores constitui um território representativo da história da comunidade, alojando antigas sargaceiras e trabalhadores do mar que, individual e coletivamente, partilham experiências e saberes específicos decorrentes do universo cultural e social em que se inserem. Importa, assim, considerar a forma como se dá o processo de construção de uma comunidade, suportado num conjunto de espaços e funções de proximidade fulcrais para a consolidação da sua identidade cultural específica enquanto grupo.

Figura 10
Salvador Pereira a conceber uma rede de pesca. Angeiras, novembro 2021
Fonte: autoria própria



O contacto intensivo e prolongado com a imensidão do mar e as adversidades da natureza tem sido responsável, em certa parte, pelo reforço dos laços e da cooperação, unindo os membros com realidades sociais e profissionais semelhantes através da partilha de experiências, conhecimentos, práticas ou rituais. Segundo Fernando Martinho, a população de Angeiras, por tradição, sempre foi muito recetiva aos bailes e festas e, de quando em vez, reunia-se para um grande convívio.

Foi com base nesta dinâmica social e recreativa significativa que, em 1932, se fundou o Rancho das Sargaceiras e Marítimos da Casa dos Pescadores de Matosinhos. Este organismo, para além de garantir certas condições de segurança corporativas, também procurava dar assistência material, moral e social aos seus associados, promovendo uma série de atividades culturais e recreativas, bailes e festas, que proporcionavam momentos de lazer e diversão à população local. A fundação coletiva do Rancho constituiu um grande marco na consolidação da comunidade

piscatória da Praia de Angeiras, tendo em conta o seu impacto significativo na coesão social e na afirmação de um grupo com uma identidade cultural e práticas e saberes específicos.

Posto isto, através de uma reflexão etnográfica acerca de um conjunto de práticas, comportamentos, representações, rituais e interesses da comunidade de Angeiras, torna-se possível descodificar um modo de vida partilhado, a relação entre os espaços e a sua influência no quotidiano da população. Os espaços de sociabilidade atuam, assim, como plataforma de interação entre diferentes realidades económicas, sociais e culturais e produzem formas ritualizadas de experiência que contribuem para a construção da sua identidade cultural e sistema social (Figueroa, 2013, p. 16).

2. Memórias e práticas femininas

Desde os primórdios das sociedades marítimas que a sua configuração sociológica aponta para uma clara delimitação de papéis sociais entre homens e mulheres, refletindo-se tanto na forma como as populações se relacionam com o meio marítimo onde se desenvolvem como na própria dinâmica intracomunitária. Esta dicotomia justifica-se, em parte, pelo universo social e cultural em que estão inseridos, que, ideologicamente, atribui o mar ao domínio masculino e as suas margens ao género feminino (Andersen & Wadel, 1972 apud Cole, 1994, p. 83).

Contudo, a instabilidade e a incerteza inerentes à vida piscatória motivaram o desempenho de atividades complementares e alternativas, assim como a contribuição coletiva para o aumento dos rendimentos familiares. Assim, e "dado que família alguma conseguia sobreviver apenas dos ganhos da pesca", as mulheres, para além de desempenharem tarefas de manutenção de aparelhos e embarcações, de transporte e venda de peixe, "levavam a cabo diversas atividades geradoras de lucro" (Cole, 1994, p. 90) diretamente relacionadas com a agricultura, a confeção, a apanha de algas e/ou o artesanato. Estas ocupações secundárias, para além de constituírem fontes de rendimento que se conjugavam às obtidas através da pesca, contribuíam significativamente para a sobrevivência do agregado familiar, a educação dos filhos e a manutenção da casa.

A rotina feminina em Angeiras sempre se fez representar por dias completos e muito preenchidos: entre cuidar da casa, da terra, dos filhos e auxiliar os homens na sua faina diária, muitas mulheres ainda se encontravam empregadas nas conserveiras em Matosinhos. A incerteza e a precariedade que caracterizam o modo de vida piscatório motivavam a procura recorrente de fontes alternativas de rendimento. Neste sentido, a apanha do sargaço sempre se afirmou como uma atividade complementar



Figura 11
Sargaço na Praia dos Pescadores, Angeiras, abril 2022
Fonte: autoria própria

que ocupava muita gente durante largos períodos do ano e à qual homens e mulheres recorriam quando a sobrevivência económica estava em risco.

Maria Albina Meão recorda os tempos de criança, quando ia com a avó para o campo ajudar outros lavradores a plantar legumes e frutas "para chegar a casa e ela dar-me de comer. Era a troca para me dar de comer, porque assim ela sabia que eu andava a trabalhar e não andava na vagabundice". Estes e outros testemunhos permitem comprovar a predisposição sociológica destes grupos para a divisão sexual do trabalho e para a distribuição específica

de tarefas entre os membros da família, onde as mulheres são culturalmente educadas para o trabalho doméstico e para virem a exercer funções de auxiliares/ajudantes dos maridos, "continuando a trabalhar e a possuir modos de vida muito parecidos com os das suas mães e avós" (Silva, 2020, p. 36).

Na realidade, as crescentes e sucessivas inovações tecnológicas no setor pesqueiro (introdução de motores, novos tipos de embarcação, a aplicação de *nylon* nas redes, entre outras) contribuíram para a melhoria da segurança e condições de trabalho, mas também para o progressivo afastamento das mulheres da atividade piscatória. Estas transformações implicaram uma atualização de conhecimento e uma consequente adaptação das técnicas em prol de boas práticas, o que levou a uma afirmação crescente do papel masculino nas lides marítimas (Silva, 2020, pp. 36-38).

Contudo, apesar das alterações no setor pesqueiro e na realidade destas comunidades, muitas mulheres continuaram a auxiliar os maridos e a revelarem-se essenciais para o sucesso dos pescadores. Estavam encarregues de ajudar a preparar a embarcação e de reunir as condições necessárias para a ida ao mar, apanhar e vender algas, e, no fim, descarregar o barco, consertar as redes e vender o peixe. Deste modo, é de fundamental justiça reconhecer e valorizar o contributo feminino nos labores a montante e a jusante da atividade piscatória, nomeadamente nas estratégias de desenvolvimento das pescas e nas políticas locais, garantindo-lhes reconhecimento legal, proteção social e acesso a cuidados de saúde e a segurança social enquanto membros integrantes da população piscatória com direitos, deveres e responsabilidades específicas (Ramos, 2016, p. 312-313).

3. A decadência das práticas e perspetivas futuras de utilização do sargaço

Apesar de se ter constituído como uma realidade frequente e necessária desde o século XIII, a noção de progresso trouxe novos desafios e as circunstâncias atuais levaram a que a continuação da atividade sargaceira se revelasse, praticamente, inviável. Por um lado, a capacidade mecânica de recolha dos tratores veio substituir o trabalho manual e reduzir o seu tempo de execução porque, tal como recorda Paula, "o que três ou quatro pessoas faziam numa manhã, eles faziam numa hora". Por outro lado, o desenvolvimento de zonas cobertas de produção de legumes (estufas), a par da aplicação crescente de adubos químicos, permitiram a intensificação das culturas e a fertilização dos campos de forma

rápida e eficaz, evitando o trabalho pesado e moroso da apanha do sargaço.

Atualmente, grande parte das macroalgas que surgem nas praias portuguesas acumulam-se no areal e aí ficam depositadas até as entidades municipais responsáveis as recolherem. A partir daí são encaminhadas para aterros e estações de lixo municipais, sem sofrerem qualquer tipo de aproveitamento, fazendo do sargaço um recurso natural amplamente desperdiçado (Martins et al., 2020, p. 6).

Posto isto, importa desenvolver alternativas viáveis que lhe concedam outro rumo, certamente mais ambiental e economicamente sustentável, considerando o seu potencial de aplicação numa série de indústrias (farmacêutica, química, alimentar ou cosmética) e a valorização de novas indústrias marítimas, capazes de promover crescimento económico e a criação de emprego (Salvador, 2018 *apud* Couto, 2020, p. 5).

Na indústria alimentar, as macroalgas são consideradas um produto natural baixo em calorias, cujo valor nutritivo é tão ou mais alto que o dos vegetais terrestres. Tendo em conta a elevada presença de minerais (ferro e cálcio), proteínas, vitaminas e fibras na sua composição, constituem uma "boa solução para uma alimentação saudável" (Duarte, 2018, p. 13), ajudando a combater a carência de nutrientes essenciais e doenças relacionadas com a ingestão excessiva de açúcares ou gorduras (Pereira, 2010, p. 3).

No domínio agrícola e alimentar, uma solução eficaz para a reutilização das macroalgas poderia passar, também, por um sistema de certificação do sargaço que acrescentasse valor aos alimentos, no âmbito da agricultura biológica, cuja produção pressupõe a ausência de fertilizantes artificiais e pesticidas.

Em termos de comercialização industrial, as macroalgas ganham destaque, tendo em conta a aplicação de certos constituintes na alimentação enquanto substitutos de gordura em derivados lácteos, na indústria cosmética e farmacêutica, para a produção de géis e cremes, mas também na medicina dentária (produção de moldes dentários) ou no desenvolvimento da biotecnologia (Pereira, 2010, p. 16).

Por fim, e de acordo com vários estudos, "entende-se que as vias mais promissoras para a valorização deste resíduo, e que devem ser exploradas, são a produção de biogás (*biochar*) e bioetanol, assim como a produção de composto ou aditivo para solos" (Duarte, 2018, p. 5). A produção de biocombustíveis a partir de macroalgas resulta de um processamento que é praticado na ausência de oxigénio, que permite transformar a biomassa em carvão vegetal/bio carvão, por meio de processos químicos e térmicos capazes

de produzir uma fonte de energia renovável e contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (Das et al., 2015 apud Martins et al., 2020, p. 5).

Neste sentido, em Angeiras, estão a ser desenvolvidos os estudos necessários para a aplicação de um projeto que tem como objetivo reutilizar as macroalgas enquanto adubo e transformar a biomassa que o sargaço constitui em biocombustível, motivando, assim, a criação de um processo autossustentável de produção de energia para consumo local, capaz de abastecer as demais atividades relacionadas com a pesca.

De facto, torna-se possível afirmar que as novas indústrias marítimas deveriam apostar na criação de produtos com características inovadoras à base de "biochar", contribuindo para um desenvolvimento sustentável, tanto em termos económicos como ambientais, e para a consolidação de uma economia circular cada vez mais necessária.

Considerações Finais

A comunidade piscatória de Angeiras formou-se, tal como grande parte dos aglomerados costeiros em Portugal, com base numa relação dialética entre a componente agrícola e a faina marítima. A exploração dos recursos haliêuticos, entre eles o sargaço, fertilizante natural de excelência, motivou a vinda de populações rurais para junto da costa em busca de melhores condições de vida, instalando-se, maioritariamente, nas antigas Casas de Mar, utilizadas para guardar as embarcações e apetrechos com que os lavradores iam à pesca.

Enquanto prática secular complementar à agricultura, a intensificação do cultivo e a sua procura para exportação levaram a que a apanha do sargaço sofresse uma transformação socioeconómica estrutural, na medida em que passa a constituir uma atividade com um propósito comercial direto e começa a ser praticada por membros da comunidade piscatória, com melhores condições de trabalho e experiência de navegação.

Analisando os dados obtidos através das entrevistas, são vários os membros da comunidade piscatória de Angeiras que recordam os tempos árduos da vida do sargaço e o sacrifício diário que faziam para garantir a sobrevivência das suas famílias. A necessidade obrigou-os a trabalhar desde muito cedo, acompanhando mães e avós na faina e desenvolvendo competências técnicas e mecanismos de adaptação ao meio envolvente.

Assim, ao longo deste artigo, foram abordadas várias alternativas viáveis para o reaproveitamento do sargaço em Portugal. Para além disso, em Angeiras, o atual cenário de desperdício e decomposição do sargaço tem preocupado a

população e as entidades locais, pelo que já se encontra em desenvolvimento um projeto que visa transformar a biomassa que o sargaço contém em biocombustível, produzindo energia para consumo local e abastecendo as demais atividades piscatórias.

Por fim, tendo em conta a predisposição sociológica para a definição de papéis sociais, a apanha do sargaço constituía uma responsabilidade das mulheres e pressupunha técnicas, instrumentos e rituais específicos que devem ser valorizados e documentados enquanto elementos reveladores de um passado técnico, social e cultural da comunidade piscatória de Angeiras.

A presente investigação reúne um conjunto de informações e perspetivas úteis, não só para a construção de conhecimento em torno das comunidades marítimas portuguesas do litoral norte, mas também para a afirmação e valorização dos discursos e vivências destes atores sociais acerca do seu próprio contexto, procurando refletir, sempre que possível, acerca das práticas e representações que organizam e orientam o quotidiano destas populações.

Identificar e valorizar saberes e tradições, aspetos materiais e simbólicos da comunidade piscatória de Angeiras permite, de certa forma, documentar formas de habitar, construir e produzir específicas que ameaçam desaparecer se não forem desenvolvidas políticas integradas de gestão, planeamento e proteção desse património.

Notas

1. Entrevista a José Manuel Moreira a 17-12-2021, em Angeiras.
2. Habitante e pescador aposentado da praia de Angeiras. Nascido em 1930 em Vilar do Pinheiro. Apanhava sargaço com a família para os lavradores e, com 12 anos, começou a dedicar-se à pesca juntamente com os irmãos. A comunidade destaca-lhe a bondade e empatia para com toda a gente.
3. Entrevista a José Meão realizada a 17-12-2021 na sua Casa de Mar, em Angeiras.
4. Entrevista a Manuel dos Santos Miranda realizada a 29-03-2022 na sua Casa de Mar, em Angeiras.
5. Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras.
6. Habitante e profundo conhecedor do universo marítimo de Angeiras e representante da Associação Nacional de Salvamento Aquático (ASNASA) no Comité de Desenvolvimento de Salvamento Aquático da International Life Saving Federation (ILS).
7. Entrevista a Fernando Martinho realizada a 05-03-2022 na sede da ASNASA, em Angeiras.
8. Entrevista a Maria Albina Meão realizada a 17-12-2021, na sua Casa de Mar, em Angeiras.
9. Entrevista a Paula Ribeiro realizada a 29-03-2022, em Angeiras

Referências

Amorim, Vanessa – Aleatoriedade e incerteza na comunidade piscatória de Setúbal. Centro em Rede de Investigação em Antropologia [Atas]. *VII Encontro da Rede BRASPOR: "Mares e Litorais: Perspetivas transdisciplinares"*. Lisboa: ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa, 2018. p. 147 – 157. Disponível em: WWW: <URL: http://hdl.handle.net/10071/22814. ISBN 9788587245021>.

Banks, Markus – *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Brandão, Raul – *Os Pescadores*. Porto: Porto Editora, 2004.

Burgess, Robert – *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*. Oxfordshire: Routledge, 1982.

Campos, Ricardo – Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. *Análise Social* [Em linha]. XLVI:199 (2011) 237-259. Disponível em: WWW: <URL http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1317831186G5cUQ8iz4Gt87CI9.pdf.>. ISSN 2182-2999.

Cole, Sally – *Mulheres da Praia: O trabalho e a vida numa comunidade costeira*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

Couto, Maria – *A pesca artesanal na praia da Aguda – Condições de vida e trabalho dos pescadores*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2020. Dissertação de Mestrado. Disponível em: WWW: <URL: https://hdl.handle.net/10216/130548>.

Duarte, Rita – *Avaliação do potencial de valorização da biomassa residual de macroalgas marinhas no norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: WWW: <URL: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118838/2/312054.pdf>.

Escallier, Christine – O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. Portugal. ISSN 2182-2891. 3:2 (1999) 299-308.

Escallier, Christine – Investigar: Guia Etnográfico das sociedades marítimas e piscatórias. *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* [Em linha]. 6 (2018) 28-43. Disponível em: WWW: <URL: http://hdl.handle.net/10400.13/2274>. ISBN 9772183002904.

Felgueiras, Guilherme – *Monografia de Matosinhos*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Moita, 1958.

Figueroa, Abilio – *Etnografia dos Lugares*. Ciudad de México: Ediciones Navarra, 2013.

Hall, Edward – *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio D'Água, 1986.

Martins, Humberto – Sobre o lugar e os usos da imagem na antropologia: notas críticas em tempos de audio-visualização do mundo. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* [Em linha]. 17:2 (2013) 395-419. Disponível em: WWW: <URL: https://journals.openedition.org/etnografica/3168>. ISSN 2182-2891.

Martins, Maria; Soares, Cristiano; Pereira, Ruth; Rubal, Marcos; Fidalgo, Fernanda – Sargaço – importância ecológica, riscos e potenciais aplicações. *Captar: ciência e ambiente para todos*. 9:1 (2020) 1-8. Disponível em: WWW: <URL: https://proa.ua.pt/index.php/captar/article/view/3702>. ISSN 1647-323X.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando – Apanha do sargaço no Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Portugal. ISSN 2183-0266. 16:1-4 (1958) 63-170.

Oliveira, Ernesto Veiga; Galhano, Fernando; Pereira, Benjamin – *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press, 1990.

Pereira, Leonel – *As algas marinhas e respetivas utilidades*. Texto baseado na palestra com o mesmo título, integrada na iniciativa "Contam as Plantas", organizada pelo Departamento de Botânica (FCTUC) e pela Sociedade Broteriana. Universidade de Coimbra, 2010.

Pereira, Leonel – Utilização Tradicional de Algas Marinhas na Agricultura em Portugal. *Revista de Marinha*. Portugal. 1008 (2019) 32-33.

Ramos, António Francisco – *Lavra: Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1943.

Ramos, Natália – Espaços, Culturas, Identidades e Saúde em comunidades marítimas piscatórias. Mulheres entre praias e marés. In Pina, Helena; Remoaldo, Paula; Ramos, Maria da Conceição Pereira (Eds.) – *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Repensar os problemas socioeconómicos e ambientais, reposicionar as políticas de desenvolvimento territorial.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. p. 308-321. Disponível em: WWW: <URL:https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1614&sum=sim>. ISBN 9789895417926.

Restrepo, Eduardo – *Etnografia: Alcances, técnicas y éticas*. Bogotá: Envión editores, 2016.

Silva, Cristiana – *Lugares e escalas de um núcleo piscatório: as casas de Vila Chã*. Braga: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2020. Dissertação de Mestrado. Disponível em: WWW: <URL: https://hdl.handle.net/1822/65449>.

Silva, Eduardo Lopes da – Angeiras (Praia): o Povo e o Mar. *Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos.* 27 (1983).

Tedim, Fantina; Viegas, Maria do Céu – Pequenas comunidades piscatórias nas paisagens litorais do norte: da lenta 'agonia' à revitalização [Atas]. *II Encontro CITCEM – «O Mar – patrimónios, usos e representações. Populações Marítimas»*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em: WWW: <URL: http://ebookbrowse.com/viegas-tedim-2012-citcem-pdf-d374469131>.

Viegas, Maria do Céu – *Comunidades piscatórias e bio-recursos marinhos: estratégias para políticas de desenvolvimento e gestão sustentáveis*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento.

FERNANDO BESSA RIBEIRO *

O “caminho do Oriente” e a catástrofe como possibilidade: Contributos para o debate público sobre a recomposição do mundo

*
Departamento de
Sociologia do Instituto
de Ciências Sociais
CICS-UMinho

Resumo Considerando as teorias do sistema-mundo, analisa-se a atual fase do capitalismo marcada por uma transição de hegemonia que poderá conduzir a uma nova relação de poder à escala global. Como diversos estudos históricos têm evidenciado, todas as recomposições do mundo foram marcadas pela guerra. Depois de analisar os principais factos e dinâmicas que explicam o confronto entre os Estados Unidos da América e a China, feito também da mobilização de aliados, procura-se situar e discutir a guerra na Ucrânia como expressão “quente” desta luta no contexto da recomposição do mundo. Considerando que esta dinâmica sistémica nos coloca perante a possibilidade da catástrofe atómica, argumenta-se que só o realismo político e a defesa da paz podem afastá-la do horizonte próximo do nosso presente. Tal implica um compromisso que aceite como legítima uma configuração multipolar do mundo, na qual o Ocidente deixará de ser hegemónico.

Palavras-chave: Hegemonia, recomposição do mundo, guerra na Ucrânia, riscos de catástrofe atómica

Abstract Drawing upon world-system theories, this text delves into an analysis of the current phase of capitalism, characterized by a shift in hegemony that may potentially reshape global power dynamics. As various historical studies have shown, all world recompositions have been marked by war. In my analysis, I will explore the key events and underlying dynamics that contribute to the ongoing rivalry between the United States and China, including the mobilization of their respective allies. Furthermore, I aim to contextualize and discuss the conflict in Ukraine as a “hot” manifestation of this global struggle within the broader context of world-system reshape. Given the inherent risks associated with this systemic turbulence, including the looming threat of nuclear catastrophe, I argue that adopting a stance of political realism and a steadfast commitment to preserving peace is paramount in preventing such a catastrophic outcome from materializing in the immediate future. This commitment necessitates an acknowledgment and acceptance of a multipolar world configuration as legitimate, where Western hegemony would gradually wane, paving the way for a more balanced global order.

Keywords: Hegemony, world system reshape; Ukraine war; risks of nuclear catastrophe

Introdução

Quase vinte anos depois da utilização da arma atómica, Stanley Kubrick produziu um filme, genial e inquietante, sobre o poder do átomo. Inaugurando a possibilidade do aniquilamento geral súbito da humanidade, a bomba sobre Hiroshima colocou-nos doravante diante de um futuro comum trágico. Se ao longo da Guerra Fria vivemos momentos de risco máximo, como foi o da crise dos mísseis em Cuba (1962), a guerra na Ucrânia confronta-nos novamente com a ameaça iminente da catástrofe atómica. Não tendo a história começado em 24 de fevereiro de 2022, nem em 2014, nem até em 1989, este conflito trágico no leste da Europa é um evento “quente” da mudança hegemónica no contexto da recomposição do sistema mundial capitalista, isto é, a transição de poder, conhecimento e recursos para o Oriente, depois de seis séculos de domínio ocidental.

Dando uma especial atenção à história, discute-se a atual transição sistémica e concomitante recomposição do mundo,



Stanley Kubrick (1964)
Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb
(cena final)

mobilizando uma perspetiva crítica e pública segundo o sentido há muito dado pelos sociólogos públicos (cf., entre outros, Burawoy 2004, 2005 e 2008). Refiro-me a uma sociologia atenta à história e comprometida também com o diálogo entre quem pesquisa e produz ciência social e os mais diversos públicos interessados em compreender o presente e suas principais forças e dinâmicas. Focando-me no capitalismo e suas dinâmicas de longa duração, procuro guiar o meu trabalho ancorado nomeadamente nas teorias do sistema mundial moderno, do centro-periferia e do desenvolvimento desigual. Tal quer dizer que atribuo uma especial atenção aos contributos da história para compreender o passado e o presente do capitalismo. Aliás, não poderia proceder de outro modo, considerando a relevância do labor de muitos historiadores para a teoria dos sistemas-mundo, com indiscutível destaque para Fernand Braudel. Não por acaso o centro de investigação fundado por Immanuel Wallerstein na Universidade Estadual de Nova Iorque se designava *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations*.

Começando por situar o presente, mobilizam-se os argumentos que nos mostram que estamos numa fase muito agitada de transição de hegemonia no sistema mundial, na qual a potência dominante, recusando o seu declínio, procura por todos os meios conter a ascensão da China. É à luz destas dinâmicas sistémicas que se discute a guerra na Ucrânia, com uma particular atenção ao papel por ela desempenhado neste processo, sublinhando os perigos de um confronto nuclear que, a ocorrer, certamente terminaria com a história humana.

Onde estamos? A transição agitada para o Oriente

Desde, pelo menos, a década derradeira do século XX, o campo anticapitalista discute (e diverge) sobre o presente e o futuro do capitalismo. Aos que defendem que se vive uma crise geral derradeira do sistema capitalista (Wallerstein, 1999), outros argumentam que estamos perante o fim de uma fase, a do regime de acumulação ancorado na hegemonia norte-americana e concomitante recomposição em direção a um sistema multipolar. Os factos parecem dar razão à segunda tese. Pensemos, por exemplo, nas areias do Iraque e nas montanhas do Afeganistão. Os fracassos militares e políticos da intervenção nestes países não expuseram apenas as debilidades dos Estados Unidos da América (EUA). Liquidaram também as expectativas da classe dominante e da larga maioria da elite política, militar, mediática e até intelectual norte-americana de fazer do século XXI o século americano, abrindo a porta, como se observa hoje de modo expressivo em muitas geografias, à desobediência por parte de países sujeitos à subordinação e dependência em relação aos EUA. Agora envolvidos na guerra na Ucrânia, a incapacidade dos EUA em subjugar a Rússia terá de ser compreendida considerando a reconfiguração em curso, tendo a China como grande potência emergente e possivelmente novo centro sistémico em meados do presente século. Longe de ser uma dinâmica recente, e não podendo ser confundida com a extinção do capitalismo, alguns dos que se interessam pelo estudo das dinâmicas globais, como Giovanni Arrighi, já a tinham notado ainda antes do fecho do século XX:

> Depois de 600 anos nos quais "as dádivas" da história e da geografia fizeram do Ocidente o local original do capitalismo mundial, parece agora que as civilizações do leste asiático estão melhor posicionadas para tirar vantagem desta última reversão no ímpeto organizacional do capitalismo mundial. [...] o centro parece estar mudando para uma região do mundo não ocidental (Arrighi, 1996, p. 365).

Mais de um quarto de século depois destas pertinentes observações do sociólogo italiano, extensamente desenvolvidas e confirmadas no seu livro derradeiro, com o sugestivo título *Adam Smith in Beijing* (Arrighi, 2007), a China é hoje, sempre sob o comando forte do Estado, a segunda maior economia do mundo, a primeira se medida segundo o critério de paridade de poder de compra, desempenhando um papel crucial na recomposição do sistema capitalista. Seja qual for o ponto de observação, há que reconhecer que a China foi extraordinariamente bem-sucedida.

Depois de ter funcionado como a fábrica de bens manufaturados baratos e com baixa intensidade em capital e sobretudo tecnologia, pactuando o governo chinês com a pirataria de produtos ocidentais levada a cabo por muitos dos seus industriais, hoje o mercado está dominado por uma produção sofisticada realizada por empresas com capitais exclusivamente chineses. Já no campo da política e da diplomacia internacionais, a China procura consolidar as suas redes políticas e económicas. Posicionando-se como a principal defensora do livre comércio – facto que ilustra a sua força económica –, são hoje vários os acordos comerciais envolvendo os seus vizinhos asiáticos e da Oceânia. É o caso da Parceria Económica Abrangente Regional (*Regional Comprehensive Economic Partnership* na designação inglesa). Juntando os países da Asean mais o Japão, Austrália, Nova Zelândia, Índia e Coreia do Sul, quase todos aliados históricos dos EUA, representa grosso modo mais de 30% da população e da riqueza mundial anualmente produzida.

Ainda mais impactante, a China aprofunda as relações bilaterais com a Rússia nos mais diversos domínios, incluindo o militar. Participando com ela nos BRICS, os laços parecem ter-se estreitado com a guerra na Ucrânia, não deixando dúvidas sobre qual é o lado em que a China se posiciona. Sinalizando-o com atos concretos, em setembro de 2022 Xi Jinping visitou a Rússia para participar na cimeira da Organização para a Cooperação de Xangai, realizada em Samarcanda (Uzbequistão). Mais recentemente, num discurso proferido na XI Conferência Internacional de Segurança, em Moscovo, realizada em agosto de 2023, o general Li Shangfu, ministro da Defesa, sublinhou que a cooperação de segurança dentro desta organização será aprofundada, incrementando o reforço da sua dimensão militar, incluindo com o novo membro, o Irão, e com a Bielorrússia, que a ela se juntará em breve. Eventualmente ainda mais relevante, recomendou que os EUA parem de "brincar com o fogo", relembrando que Taiwan é um assunto interno da China, sendo a reunificação inevitável.

Relativamente aos BRICS, a sua última cimeira realizada na África do Sul, em agosto de 2023, deu mais um passo relevante na construção da multipolaridade, ao admitir a Argentina, o Egito, a Etiópia, o Irão, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Representando os BRICS mais de 40% da população mundial e mais de 35% do PIB em paridade de poder compra, estamos perante dados avassaladores que confirmam não só o declínio mas também perspetivam o risco de isolamento do Ocidente. De certo modo, ao contrário do que nos é repetidamente dito até à exaustão pelos jornalistas e comentadores "fardados" que ocupam o espaço mediático, quem caminha para isolamento é o Ocidente, acossado por dissidências até na sua tradicional coutada latino-americana.

Tentando parar o vento da história: a China como o novo inimigo

O extraordinário desenvolvimento da China e a sua capacidade para agir no campo internacional, tecendo redes e até alianças nas mais diversas geografias, são avaliados como uma ameaça pelos EUA, pois concorre para colocar em causa a hegemonia destes, nomeadamente na Ásia. Ou seja, os EUA não dominando a Ásia não têm qualquer possibilidade de se manterem como potência hegemónica no sistema mundial capitalista. O governo norte-americano, ao não colaborar na construção de uma solução multipolar, não aceita o seu declínio agindo para que o país não seja apeado do comando do mundo. Convoquem-se as palavras de Barack Obama: "não podemos deixar que países como a China escrevam as regras da economia global". Já com Joe Biden na presidência dos EUA, a China é classificada como uma "séria competidora", dando fundamento aos que argumentam, como Schuman (2022), que a nova *Cold War* terá como oponente o grande país asiático.

Atuando com determinação no campo político-militar, os EUA mobilizam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), braço armado do seu poder, fazendo aprovar na cimeira de Madrid, realizada em junho de 2022, um novo conceito estratégico no qual a Rússia é definida como ameaça direta e mais significativa e, mais relevante ainda, a China como desafio para a segurança, os interesses e os valores dos EUA e seus aliados europeus. Assim, o governo norte-americano recorre aos seus instrumentos, sejam eles militares, comerciais ou tecnocientíficos, para tentar travar o curso da história. No campo económico ataca a Huawei, impedindo-a de utilizar o sistema operativo Android e de fornecer os equipamentos para as redes de 5G na Europa. Deixando de lado quaisquer dúvidas sobre o que está em jogo, as sanções recentes à indústria chinesa de semicondutores, nomeadamente impedindo-a de adquirir as máquinas litográficas de impressão dos microprocessadores produzidas por empresas japonesas e holandesas, mais não visa do que tentar impedir que a China supere os seus atrasos tecnológicos neste campo.

Apesar destes golpes, a ação norte-americana parece ser incapaz de bloquear "o caminho para o Oriente" do capitalismo. A não ser que opte pelo aparentemente impensável, isto é, a guerra nuclear, a preservação da hegemonia afigura-se inviável. De facto, atendendo à força económica da China e do seu Estado, à demografia, aos recursos naturais, ao conhecimento e à posse de tecnologias detidas pelas suas empresas, facilmente se percebe que não é fácil reverter esta dinâmica, por exemplo procedendo à relocalização das atividades industriais nos antigos centros produtores. Os EUA confrontam-se também com a concorrência

de outras potências emergentes, como a Índia, vendo com isso agravar-se um outro fator muito desfavorável: o demográfico, atendendo a que o seu peso fica largamente aquém dos 5% do total da população mundial.

O confronto não é, bem evidentemente, entre democracia e autocracia, ou, menos ainda, entre defensores de um mundo baseado em regras e os defensores da força. Por isso, mais uma vez, Fukuyama (2022) está errado: não estamos face a uma luta entre defensores e opositores do liberalismo, mas sim perante uma luta pela hegemonia no sistema mundial entre os EUA e a China. Como justamente nos lembra um dos teóricos de proa do realismo nas relações internacionais,

> os Estados Unidos agiram quase sempre de acordo com os *diktats* do realismo, mesmo revestindo as suas acções de uma retórica mais moral. Ao longo de toda a Guerra Fria apoiaram constantemente autocratas sem escrúpulos, como Chang Kai-check na China, Mohammad Reza Pahlavi no Irão, Rhee Syngman na Coreia do Sul, Mobutu Sese Seko no Zaire, Anastasio Somoza na Nicarágua ou Augusto Pinochet no Chile, para dar apenas estes exemplos (Mearsheimer 2023: p. 23).

Deste modo Mearsheimer estilhaça os argumentos liberais sobre a ordem internacional baseada em valores democráticos e em regras do direito, expondo a descoincidência severa entre a retórica de defesa dos valores e as práticas políticas dos governos ocidentais. Apesar de negado por quem domina o campo mediático, a dita "ordem internacional fundada em regras e valores" tem aplicação seletiva, dependendo sempre da conveniência de quem se habituou a mandar no mundo. Quando necessário os EUA suspendem-na, como aconteceu na guerra contra a Jugoslávia, justificada pelo que designou por "direito de intervenção humanitário", e na guerra contra o Iraque, justificada pela existência de armas de destruição em massa, nomeadamente químicas, obviamente manipulação grosseira sobre algo não existente. Desencadeadas e levadas a cabo à revelia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ambas as guerras foram ilegais.

Se os EUA não podem travar o declínio, há que o apreciar na sua efetiva proporção. Ele não implica que deixem de ser relevantes do ponto de vista económico nem, de modo algum, em termos políticos. Se considerarmos que o poder militar é peça fundamental para a afirmação e perenidade dos outros poderes, não é provável que nas próximas décadas a China se aproxime da capacidade militar norte-americana, nomeadamente a nível marítimo. Os valores das despesas militares são muito elucidativos, revelando a enorme desproporção de recursos em confronto: cerca de 40% do que o mundo gasta neste campo é da responsabilidade

dos EUA. O orçamento para 2022 ultrapassou os 778 mil milhões de dólares, uma soma astronómica que corresponde a mais de três vezes a riqueza anual produzida em Portugal. A China e a Rússia ficam a uma enorme distância, ao gastarem, respetivamente, 252 mil milhões e 61 mil milhões de dólares. Tal garante aos EUA a operacionalidade de uma formidável máquina de guerra que assegura uma capacidade de intervenção e de defesa dos seus interesses em qualquer lugar do mundo, sem paralelo com qualquer outro Estado. Com os aliados membros da OTAN contam com mais de 3.5 milhões de soldados, incluindo neste número uma força de intervenção rápida permanentemente disponível cujo efetivo de 40.000 militares terá passado para 300.000 em 2023. A eles continuarão a pertencer, juntamente com a Europa, a maioria das grandes multinacionais e instituições financeiras, permitindo-lhes manter uma posição relevante em muitos setores económicos, com destaque para o da chamada economia digital, na qual podemos incluir a cada vez mais digitalizada indústria automóvel, marcada pelo aparecimento da Tesla como *player* decisivo. Tirando bom proveito do avanço no domínio da programação informática, esta economia digital, "guarda pretoriana" (Schiller 2014) do capitalismo norte-americano, é dominada pelas empresas do Vale do Silício, como a Alphabet (Google) e a Apple, a que se juntam, entre outras, a Microsoft, a Meta Platforms (Facebook), a IBM e a Cisco.

A guerra na Ucrânia, a justificação e a catástrofe como possibilidade

Colocando a atual transição de hegemonia à luz do tempo histórico longo, as transições no sistema mundial capitalista foram sempre marcadas pela guerra. Tal coloca-nos defronte de um risco muito avivado: à crise ecológica e à crise social junta-se, como nunca desde a crise dos mísseis em Cuba (1962), a ameaça da catástrofe atómica. Se todas as transições de hegemonia foram marcadas pela guerra, a que se desenrola diante dos nossos olhos assume uma tonalidade aterradora, pois o arsenal atómico disponível é largamente suficiente para destruir a humanidade e boa parte das mais diversas formas de vida. Se os argumentos de Allison (2017) em *Destined for war* estiverem certos, temos razões para nos inquietar: a disputa entre os EUA e a China terminará numa guerra, isto é, num futuro comum trágico. Trazendo ao texto o Papa Francisco, numa entrevista ao diário espanhol ABC, em resposta à pergunta se a guerra na Ucrânia vai acabar em breve afirma:

> Não vejo um final a curto prazo porque é uma guerra mundial. Não esqueçamos isto. Há várias mãos metidas na guerra. É mundial. Eu acredito que uma guerra se faz quando um império começa a debilitar-se. E quando há armas para usar, vender e testar. Há muitos interesses.

De momento, o confronto "quente" trava-se nas grandes planícies e cidades da Ucrânia, não envolvendo tropas combatentes dos EUA e da China. Apesar da ajuda militar à Ucrânia por parte dos EUA superar os 42 mil milhões de dólares, aos quais é necessário juntar os 30 mil milhões de euros já disponibilizados pela UE e pelos Estados-membros para o mesmo fim, não é expectável que o envolvimento norte-americano e dos aliados europeus passe pelo envio de tropas para o teatro de operações, entrando em combate direto com o exército russo e os combatentes das regiões separatistas do leste da Ucrânia. Atendendo ao desequilíbrio dos recursos e das forças militares das partes beligerantes, favorável aos países ocidentais, e admitindo que a China não responderia do mesmo modo, enviando as suas tropas, restaria à Rússia a resposta nuclear, ou seja, a catástrofe geral, aliás já sinalizada de modo muito expressivo por Mearsheimer (2022).

Como sempre, uma dada posição política necessita de um discurso ideológico que produza consentimento e, se possível, adesão. Assim, vemos a proliferação mediática de intelectuais e jornalistas "fardados" a defenderem os "valores ocidentais" (cf., entre muitos outros textos, o de Applebaum, 2022). A defesa destes pretensos valores constitui-se como o argumento legitimador do "contra-ataque" do Ocidente à Rússia, como designou Josef Borrell a ação do Ocidente, no seu discurso no Parlamento Europeu, no dia 1 de março de 2022, aquando da discussão e aprovação da resolução P9_TA(2022)0052 de condenação da invasão da Ucrânia. Pelo mesmo Borrell, num exercício da mais despudorada arrogância ocidentalocêntrica, fazendo "tábua rasa" do deplorável passado colonial europeu, ficamos a saber que

> a Europa é um jardim. Nós construímos um jardim. É a melhor combinação entre liberdade política, prosperidade económica e coesão social. A maioria do resto do mundo é uma selva. E a selva pode invadir o jardim. Os jardineiros precisam de ter cuidado!

Esta imaginada superioridade moral do Ocidente face aos outros povos não é nova. As suas raízes podemos encontrá-las na chamada "controvérsia de Valladolid", quando os intelectuais orgânicos da monarquia espanhola tentaram desqualificar Bartolomeu de Las Casas. Afrontando o bispo de Chiapas, defenderam a tese da inferioridade dos povos ameríndios e sua pretensa incapacidade de se governarem a si próprios, justificando-se assim

a escravatura e a colonização. Paulatinamente construiu-se uma visão simultaneamente etnocêntrica e eurocêntrica do mundo, justamente criticada por Said (1978) no seu famoso *Orientalismo*, mostrando como o Ocidente elaborou uma imagem estereotipada e exótica do Oriente, com o objetivo de justificar a dominação política e cultural da região. De igual modo, Mbembe (2014) mostra-nos que o Ocidente construiu a figura do "outro" como oposição ao seu próprio modelo, fixando uma hierarquia de valores que justifica o passado colonial feito de exploração e dominação dos povos considerados inferiores.

Certamente espicaçados por estes discursos com tonalidades marcadamente coloniais, o conflito na Ucrânia não poderia deixar indiferentes os teóricos e ativistas decoloniais. Hira (2022) acentua os mecanismos de "colonização da mente" utilizados pelo Ocidente para suscitar o apoio popular, lembrando que um deles é velho de séculos: o do "bem e do mal". Usado desde os alvores da colonização, em todos os conflitos sempre o colonizador foi apresentado como o bem e o colonizado como o mal. Aplicado ao conflito na Ucrânia, procura-se estabelecer um olhar simplificado sobre a guerra, no qual os russos são caraterizados como criminosos e Putin a encarnação do mal. Por sua vez e começando por lembrar que nas últimas sete décadas 81% de todas as intervenções militares no mundo foram perpetradas pelos EUA e seu braço armando, a OTAN, Grosfoguel (2022) elucida as causas fundas da guerra no leste da Europa, mostrando as motivações dos EUA, isto é, a subjugação da Europa e da Rússia para melhorar a sua posição no confronto com o país que efetivamente ameaça a sua hegemonia: a China. Embora sem convocar explicitamente os argumentos dos autores decoloniais, o Papa Francisco, numa conversa com os diretores das revistas culturais europeias dos jesuítas, a 19 de maio de 2022, sugere aos seus ouvintes que se oblitere as lógicas fundadas no "capuchinho vermelho" e no "lobo mau", alertando que

> alguns meses antes do início da guerra, conheci um chefe de Estado, um homem sábio, que fala pouco, muito sábio mesmo. E, depois de falar sobre as coisas de que queria falar, disse-me que estava muito preocupado com a forma como a NATO se estava a mover. Perguntei-lhe porquê, e ele respondeu: "Eles estão a ladrar às portas da Rússia" (Francisco 2022: 12-13).

Parecendo o governo norte-americano preferir antes uma guerra de desgaste muito prolongada como estratégia para o enfraquecimento da Rússia, o risco de confronto direto estará sobretudo noutra geografia, envolvendo a China e Taiwan. As visitas recentes de Nancy Pelosi, na qualidade de presidente do Congresso norte-americano, e de outros congressistas e

dignatários dos EUA mereceram a resposta agastada do governo chinês. Longe de fazer recuar o governo norte-americano, este prossegue o seu caminho de enfrentamento à China, reforçando o apoio militar a Taiwan, levando assim o confronto para um patamar superior e concomitantes riscos de guerra "quente".

Não sendo a guerra inevitável, se o governo da ilha declarar a independência, a resposta de Pequim será implacável, podendo produzir uma situação de desespero em Washington, tornando real o apocalipse imaginado por Stanley Kubrick em 1964, no seu Dr. Strangelove. Se alguns relatórios norte-americanos admitem a possibilidade do uso de armas nucleares, apesar do grau de destruição, não é provável que ocorra a rutura do *statu quo* decorrente do reconhecimento de Taiwan como parte inalienável da China. Se as trezentas ogivas nucleares da China podem permitir aos EUA imaginar vencerem uma guerra com o gigante asiático, as 6.000 ogivas nucleares da Rússia garantem a MAD, isto é, a destruição mútua assegurada.

Considerações finais: entre o colapso e a exigência da paz

A atual dinâmica histórica marcada pelo avanço chinês, que é também asiático, coloca-nos, como acima já foi aludido, perante uma transição de hegemonia, sempre rara na história. Esta ocorre em circunstâncias especialmente graves e distintas, com fatores absolutamente não existentes noutras fases de transição hegemónica no mundo. São eles a crise ecológica e o arsenal nuclear detido por vários países, com destaque para os EUA e a Rússia.

Sendo a situação desesperada, o nosso presente não deixa de estar carregado de incertezas, como sempre ocorre nos momentos históricos tingidos por bifurcações. A não ser que a catástrofe nuclear se imponha, o caminho para o Oriente é irreversível. Tal quer dizer o fim do mundo dominado pelo Ocidente e pela sua ordem liberal, substituído por um novo arranjo sistémico onde a China ocupará uma posição central, apoiada em parcerias diversificadas com países de outras geografias, nomeadamente de África e da América Latina. Depois de seis séculos de dominação ocidental, os que sempre perderam ao longo deste muito prolongado tempo histórico estão em condições de ter uma palavra decisiva nas regras pelas quais o mundo se passará a organizar, recusando obedecer aos que sempre mandaram.

Estes factos e dinâmicas geopolíticas indicam-nos que nem tudo é possível. Baixando as expectativas, será um progresso extraordinário se encontrarmos o caminho para que este tempo, o tempo das nossas vidas, não seja também o do fim da história da

humanidade, embora seja já o tempo, sem paralelo na história da vida, da extinção de espécies, de alterações climáticas devastadoras e da multiplicação das expressões de escassez, com destaque para a água potável, que se junta a outras, velhas de séculos, como a fome e a habitação precária. Por outras palavras, é preciso que, perante a catástrofe como possibilidade bem real, se possa encontrar uma saída decente para a humanidade, que terá também de ser para todos os outros seres vivos e para o próprio planeta. Convocando Benjamin (1985 [1940]: 225), é preciso "escovar a história a contrapelo", isto é, seguindo Löwy, um dos mais notáveis intérpretes do teórico alemão, temos de agir contra a corrente, recusando que a história tenha sentido pois "deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão" (Löwy 2005: 74).

Como maior urgência coloca-se o fim da guerra na Ucrânia, necessariamente através de negociações entre as partes beligerantes, com a participação dos EUA e da China. Trata-se de dar prioridade ao realismo segundo os termos propostos por Mearsheimer (2023). Quer dizer, reconhecer que a "hegemonia liberal" foi pesadamente derrotada no plano geopolítico, não sendo viável qualquer forma de ordem unipolar que permita prolongar pelo presente século a hegemonia norte-americana e ocidental. Dependendo o sucesso do realismo da alteração significativa do rumo da política externa norte-americana, a mobilização dos povos, recusando suportar os custos das lógicas belicistas que justificam a guerra e opondo-se às fantasias perigosas dos governos ocidentais, poderá concorrer decisivamente para que o matadouro de humanos em que a Ucrânia se transformou possa ser paralisado. E, com isto, empurrar para um horizonte algo mais distante os riscos de catástrofe ambiental e, já num plano mais imediato, nuclear.

Notas

1. Esta unidade de investigação foi extinta em 30 de junho de 2020, menos de um ano após a morte do seu fundador, em agosto de 2019 (cf. www.binghamton.edu/centers/fernand-braudel/index.html). Entre nós, M. C. Silva (2019) prestou a justa homenagem a Wallerstein, escrevendo um texto magnífico sobre a sua obra no jornal Público (disponível em www.publico.pt/2019/09/04/opiniao/opiniao/obra-monumental-immanuel-wallerstein-in-memoriam-1885503). Num artigo publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais, Wallerstein enfatiza os contributos de Vitorino Magalhães Godinho e, claro, dos seus complexos histórico-geográficos para a teoria dos sistemas-mundo. Logo, reconhece a relevância da história para o conhecimento sociológico. Trazendo ao texto um excerto, Wallerstein argumenta que "Os 'descobrimentos' não foram somente a descoberta de territórios longínquos pelos portugueses ou mesmo pelos europeus; foram também a descoberta de uma nova construção social de que estas viagens e rotas oceânicas, estas trocas comerciais faziam parte da construção da economia-mundo capitalista em que todos hoje vivemos. A descoberta dessa estrutura ficou a dever-se a um grupo de investigadores, a bem dizer, um grupo de hereges, que escreveram em meados do século XX. Entre estes textos transformadores encontra-se a obra monumental de Vitorino Magalhães Godinho Os Descobrimentos e a Economia Mundial (1963)" (Wallerstein 2004: 3).

2. Disponível em https://datos.bancomundial.org/.

3. Disponível em https://expresso.pt/internacional/2023-08-15-China-diz-que-vai-fortalecer-cooperacao-militar-com-Russia-Irao-e-Bielorrussia-5f8ec98e e em www.publico.es/internacional/china-desafia-occidente-apuesta-bloque-seguridad-oriental-incluye-rusia.html#analytics-noticia:relacionada.

4. Os efeitos da adesão de aliados históricos dos norte-americanos foram bem compreendidos pelo presidente francês. Conjugando lucidez e até alguma sinceridade, no seu discurso aos embaixadores na derradeira semana do já histórico agosto de 2023, Emmanuel Macron reconheceu que o Ocidente enfrenta um risco elevado de declínio face à crescente força da China e dos países que contestam a ordem internacional determinada pelos EUA no século XX (disponível em www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-21581-fr.pdf).

5. Palavras ditas no discurso proferido em outubro de 2015, aquando da assinatura da *Trans-Pacific Partnership* (TPP), que mereceu a mais ampla cobertura mediática (cf., entre outros, https://noticias.uol.com.br/ultimas-oticias/ansa/2015/10/05/eua-e-11-paises-fecham-maior-acordo-comercial-da-historia.htm?cmpid=copiaecola).

6. Cf. www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20julho_2022_2_TextoIntegral.p df.

7. São apenas três os principais fabricantes de máquinas litográficas para semicondutores: a ASML, a Nikon e a Canon. A ASML, a única empresa que fabrica máquinas litográficas de última geração, é a líder do mercado, com uma quota de cerca de 70%. Muito sofisticados, sem estes equipamentos mais recentes não é possível imprimir circuitos eletrónicos de dimensão ínfima, nomeadamente os de tamanho inferior a cinco nanômetros (disponível em www.asml.com/en/technology, www.eetimes.com/the-future-of-semiconductor-manufacturing/ e em www.wsj.com/articles/chip-making-machines-draw-record-orders-for-dutch-tech-firm-11658316196).

8. Para interpelar a ordem liberal e os seus defensores é igualmente oportuno convocar Agamben (2010 [2003]) e o seu "estado de exceção", um conceito já discutido por Benjamin (1974 [1921]). Como destacado por Ribeiro e Sousa Filho (2023), o teórico alemão explorou a capacidade do Estado de determinar o destino dos indivíduos, enfatizando que isso só é possível graças à prerrogativa, nunca abandonada, de suspender as leis em situações de emergência. Portanto, o estado de exceção pode ser compreendido como uma manifestação da violência estatal que se manifesta por meio da suspensão da lei em nome

da preservação da ordem. Embora não haja uma correspondência exata de argumentos, Zuboff (2019) sugere que o atual Estado capitalista está mergulhado no excepcionalismo de vigilância, ou seja, o que costumava ser uma exceção, aplicável apenas a circunstâncias e indivíduos específicos, como guerra e terroristas, agora se tornou uma prática generalizada e permanente. Para Agamben (2010 [2003]) não existem dúvidas: o estado de exceção não é uma anomalia em relação à norma, mas sim a forma de governo nos dias de hoje. Sempre que o poder o deseja, a lei é suspensa, permitindo que o Estado implemente medidas em prol do que considera ser a segurança nacional ou a manutenção da ordem, sem necessidade de deliberação democrática. Além disso, o Estado pode, sem suspender formalmente o direito estabelecido, criar locais ou zonas onde esse direito não é aplicado, colocando seus agentes e práticas à margem da lei. Exemplos incluem as prisões de Abu Ghraib no Iraque e de Guantánamo em Cuba, onde as detenções sem acusação formal e tortura, proibidas pelo direito norte-americano, foram repetidamente empregadas. Seguindo o argumento de Poulantzas (2021 [1970]), o Estado pode combinar formas de representação democrática interna, ainda que limitadas, com práticas fascistas no exterior, incluindo assassinatos seletivos, golpes de Estado e guerras à margem do direito internacional.

9. Disponível em https://milex.sipri.org/sipri.

10. Entrevista ao jornal ABC, 18 de dezembro de 2022, p. 16.

11. Disponível em www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker. O valor total das contribuições financeiras para a Ucrânia, incluindo as relacionadas com os apoios humanitário e financeiro por parte dos EUA, UE e seus Estados-membros já ultrapassada os 200 mil milhões de euros, cabendo aos europeus mais de 125 mil milhões. A estes juntam-se as contribuições de outros aliados ocidentais, com destaque para o Reino Unido, com quase 15 mil milhões de contribuições. Ver também https://usafacts.org/articles/how-much-money-has-the-us-given-ukraine-since-russias-invasion/, em https://usafacts.org/articles/how-much-money-has-the-us-given-ukraine-since-russias-invasion/, www.state.gov/significant-new-u-s-military-assistance-to-ukraine/. e www.consilium.europa.eu/en/infographics/eu-solidarity-ukraine/.

12. Atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança da União Europeia.

13. Disponível em www.eeas.europa.eu/eeas/russian-aggression-against-ukraine-speech-high-representativevice-president-josep-borrell-ep_en.

14. Entrevista disponível em https://observatoriodetrabajadores.wordpress.com/2022/03/18/ucrania-en-llamas-golpe-de-estado-internacional-de-eeuu-contra-rusia-entrevista-a-ramon-grosfoguel-miguel-angel-pirela/. Em março de 2022 Hira e Grosfoguel analisaram a guerra na Ucrânia num longo diálogo de mais de noventa minutos (disponível em www.ihrc.org.uk/ukraine-russia-a-decolonial-view/).

15. Lloyd Austin, secretário de Defesa norte-americano, removeu em abril de 2022 as dúvidas sobre o objetivo fundamental dos EUA: "Queremos ver a Rússia enfraquecida de modo a que não possa fazer o tipo de coisas como a invasão da Ucrânia. [Os russos] Já perderam muito da capacidade militar. Queremos que não tenham a capacidade de recuperar muito rapidamente essa capacidade" (cf., entre outros medias, https://zap.aeiou.pt/eua-querem-ver-a-russia-enfraquecida-ucranianos-podem-ganhar-a-guerra-475467).

16. Disponível em https://atloa.org/wp-content/uploads/2020/12/Guide-to-Nuclear-Deterrence-in-the-Age-of-Great-Power-Competition-Lowther.pdf. Com o inquietante título *Guide to Nuclear Deterrence in the Age of Great Power Competition*, este documento com 444 páginas, elaborado pelo *Louisiana Tech Research Institute*, não deixa dúvidas sobre a possibilidade do uso de armas nucleares pelas forças militares norte-americanas. A leitura do capítulo 23 é especialmente

elucidativa, onde se formula aquilo que os autores designam por *conventional nuclear integration*. É de salientar que esta instituição norte-americana, como se pode ler no seu sítio de internet (disponível em http://ltri.org/aboutus/), fornece aconselhamento para o *Global Strike Command* da Força Aérea norte americana. Para uma análise aprofundada do relatório, ver Kaptanoglu & Prager (2022).

Referências

Agamben, Giorgio – *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. ISBN 9788575590577.

Alam, Syed – *The Future of Semiconductor Manufacturing* [Em linha]. Portland: EE Times, 2020. Disponível em: WWW: <URL:www.eetimes.com/the-future-of-semiconductor-manufacturing/>.

Allison, Graham – *Destined for war: can America and China escape Thucydides's trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017. ISBN 9780544935273.

Ansa – *EUA e 11 países fecham maior acordo comercial da história* [Em linha]. São Paulo: UOL, 2015. Disponível em: WWW: <URL:https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/10/05/eua-e-11-paises-fecham-maior-acordo-comercial-da-historia.htm>.

Applebaum, Anne – *Ukraine must win* [Em linha]. Washington D. C.: The Atlantic, 2022. Disponível em: WWW: <URL:www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/03/how-democracy-can-win-ukraine/627125>.

Arrighi, Giovanni – *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.

Arrighi, Giovanni – *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso, 2007. ISBN 9781844672981.

Asml – *Advanced Semiconductor Materials Lithography* [Em linha]. Veldhoven: ASML Holding N.V. Disponível em: WWW: <URL:www.asml.com/en/technology>.

Benjamin, Walter – Zur kritik der gewalt. In Tiedemann, Rolf; Schweppenhäuser, Hermann – *Gesammelte schriften – II*. Francoforte: Suhrkamp, 1974 [1921]. ISBN 9783518285329. p. 179-203.

Blinken, Antony J. – *Significant New U.S. Military Assistance to Ukraine – Press Statement* [Em linha]. Washington, D. C.: US Department of State, 2023. Disponível em: WWW: <URL:www.state.gov/significant-new-u-s-military-assistance-to-ukraine/>.

Burawoy, Michael – Public sociologies: contradictions, dilemmas and possibilities. *Social Forces*. EUA. ISSN 0037-7732. 82:4 (2004) 1-16.

Burawoy, Michael – For public sociology. *American Sociological Review*. EUA. ISSN 0003-1224. 70:Fevereiro (2005) 4-28.

Burawoy, Michael – Por uma sociologia pública. In Braga, Ruy; Burawoy, Michael – *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2008. ISBN 9786559662012. p. 15-66.

Ec – *Infographic – EU solidarity with Ukraine* [Em linha]. Bruxelas: European Council, 2023. Disponível em: WWW: <URL:www.consilium.europa.eu/en/infographics/eu-solidarity-ukraine/>.

Euea – *Russian aggression against Ukraine: Speech by High Representative/Vice-President Josep Borrell at the EP plenary* [Em linha]. Bruelas: European Union External Action, 2022. Disponível em: WWW: <URL:www.eeas.europa.eu/eeas/russian-aggression-against-ukraine-speech-high-representativevice-president-josep-borrell-ep_en>.

Fbc – *Fernand Braudel Center* [Em linha]. Nova Iorque: Binghamton University. Disponível em: WWW: <URL:www.binghamton.edu/centers/fernand-braudel/index.html>.

Francisco (Papa) – *Entrevista ao jornal ABC (Espanha)*. Madrid: ABC, ano CXIX, número 39070. p. 12-16.

Fukuyama, Francis – *Liberalismo e seus descontentes*. Lisboa: Dom Quixote, 2022. ISBN 9789722074872.

Governo Da Republica Francesa – *Conférence des Ambassadrices et des Ambassadeurs: le discours du Président Emmanuel Macron* [Em linha]. Paris: Eyseé. Disponível em: WWW: <URL:www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-21581-fr.pdf>.

Hira, Sandew – *A decolonial view of the war in Ukraine* [Em linha]. Amesterdão: Decolonial International Network, 2022. Disponível em: WWW: <URL:https://din.today/news/a-decolonial-view-of-the-war-in-ukraine/>.

Huessy, Peter [et. al] – *Guide to Nuclear Deterrence in the Age of Great-Power Competition* [Em linha]. Louisiana: Louisiana Tech Research Institute (LTRI), Disponível em: WWW: <URL:https://atloa.org/wp-content/uploads/2020/12/Guide-to-Nuclear-Deterrence-in-the-Age-of-Great-Power-Competition-Lowther.pdf>.

Ifw– *Ukraine Support Tracker* [Em linha]. Kiel: Institute for the World Economy. Disponível em : WWW: <URL:www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker>.

Ihrc – *Ukraine – Russia: A Decolonial View* [Em linha]. Wembley: Islamic Human Rights Comission, 2023. Disponível em: WWW: <URL:www.ihrc.org.uk/ukraine-russia-a-decolonial-view/>.

Kaptanoglu, Alan; Prager, Stewart – *Rebuttal: current nuclear weapons policy not safe or sane* [Em linha]. Chicago: Bulletin of the Atomic Scientists, 2022. Disponível em: WWW: <URL:https://thebulletin.org/2022/05/rebuttal-current-nuclear-weapons-policy-not-safe-or-sane/>.

Löwy, Michael – *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses "sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005. ISBN 9788575590591.

Ltri – *Louisiana Tech Research Institute* [Em linha]. Louisiana: Louisiana Tech University. Disponível em: WWW: <URL:http://ltri.org/aboutus/>.

Lusa – *China diz que vai fortalecer cooperação militar com Rússia, Irão e Bielorrússia* [Em linha]. Lisboa: Jornal Expresso, 2023. Disponível em: WWW: <URL:https://expresso.pt/internacional/2023-08-15-China-diz-que-vai-fortalecer-cooperacao-militar-com-Russia-Irao-e-Bielorrussia-5f8ec98e>.

Mbembe, Achille – *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. ISBN 9789726082545.

Mearsheimer, John – *Playing with fire in Ukraine: the underappreciated risks of catastrophic escalation* [Em linha]. Nova Iorque: Foreign Affaires, 2022. [Consult. 01 jun. 2023]. Disponível em: WWW: <URL:www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine>.

Mearsheimer, John – Por que é que as grandes potências guerreiam entre si: uma análise censurada pelos *media*. *Le Monde Dipolomatique – Edição Portuguesa*. Portugal. II:202 (2023) 22-25.

Nunes, Isabel Ferreira [et. al] – *A Cimeira de Madrid e o Novo Conceito Estratégico da Nato* [Em linha]. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (IDN). Disponível em: WWW: <URL:www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20julho_2022_2_TextoIntegral.pdf>.

Pirela, Miguel Ángel – *UCRANIA EN LLAMAS: Golpe de Estado internacional de EEUU contra Rusia. Entrevista a Ramón Grosfoguel. Miguel Angel Pirela* [Em linha]. Bolívia: Observatorio de Trabajadores en Lucha, 2022. Disponível em: WWW: <URL:https://observatoriodetrabajadores.wordpress.com/2022/03/18/ucrania-en-llamas-golpe-de-estado-internacional-de-eeuu-contra-rusia-entrevista-a-ramon-grosfoguel-miguel-angel-pirela/>.

Poulantzas, Nicos – *Fascismo e ditadura*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021 [1970]. ISBN 9786599247613.

Ribeiro, Fernando Bessa; FILHO, Alipio de Sousa – Texto introdutório ao número temático "Vírus, Algoritmos e o Estado". *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 31 (2023) 7-18. Disponível em: WWW: <URL:https://doi.org/10.4000/configuracoes.17945>. ISSN 2182-7419.

Said, Edward W. – *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa, Edições 70, 2021 [1978]. ISBN 9789724424200.

Sanz, Juan Antonio – *China desafía a Occidente con su apuesta por un bloque de seguridad oriental, que incluye a Rusia* [Em linha]. Madrid: Diario Público, 2023. Disponível em: WWW: <URL:www.publico.es/internacional/china-desafia-occidente-apuesta-bloque--seguridad-oriental-incluye-rusia.html#analytics-noticia:relacionada>.

Schuman, Michael – *When Biden Went to China* [Em linha]. Washington D. C.: The Atlantic, 2022. Disponível em: Washington D. C.: The Atlantic, 2022. [Consult. 11 ago. 2022]. Disponível em: WWW: <URL:www.theatlantic.com/international/archive/2022/08/joe-biden-china-cold-war1979-visit/671053/>.

Schiller, Dan – Geopolítica da espionage: as ramificações do caso Edward Snowden. *Le Monde Diplomatique – Edição brasileira*. Brasil. 8:88 (2014) 22-24.

Silva, Manuel Carlos – *A obra monumental de Immanuel Wallerstein – In Memoriam* [Em linha]. Lisboa e Porto: Jornal Público, 2019. Disponível em: WWW: <URL:www.publico.pt/2019/09/04/opiniao/opiniao/obra--monumental-immanuel-wallerstein-in--memoriam-1885503>.

Sipri – *Military Expenditure Database* [Em linha]. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponível em: WWW: <URL:https://milex.sipri.org/sipri>.

USAFacts – *How much money has the US given Ukraine since Russia's invasion?* [Em linha]. Washington D. C.: USAFacts – Nonpartisan Government Data. Disponível em: WWW: <URL:https://usafacts.org/articles/how-much-money-has-the-us-given-ukraine-since-russias-invasion/>.

Wallerstein, Immanuel (entrevista com) – Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos. In VINDT, Gérard – *500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates.* Lisboa: Temas e Debates, 1999. ISBN 9727591531. p. 148-153.

Wallerstein, Immanuel – A descoberta da economia-mundo. *Revista Crítica de Ciências Sociais.* Portugal. ISSN 2182-7435. 69 (2004) 3-16.

Wbod – *World Bank Open Data* [Em linha]. Washington D. C.: World Bank. Disponível em: WWW: <URL:https://datos.bancomundial.org/>.

Woo, Stu – *Chip-Making Machines Draw Record Orders for Dutch Tech Firm* [Em linha]. Nova Iorque: The Wall Street Journal & Breaking News. Disponível em www.wsj.com/articles/chip-making--machines-draw-record-orders-for-dutch-tech-firm-11658316196 .

ZAP.aeiou – *EUA querem ver a "Rússia enfraquecida". Ucranianos "podem ganhar" a guerra* [Em linha]. Matosinhos: ZAP.aeiou, 2022. Disponível em: WWW: <URL:https://zap.aeiou.pt/eua-querem--ver-a-russia-enfraquecida-ucranianos--podem-ganhar-a-guerra-475467>.

Zuboff, Shoshana – *The age of surveillance capitalism: the Fight for a human future at the new frontier of power.* Nova Iorque: Public Affairs, 2019. ISBN 9781610395694.

BRUNO MADEIRA *

A nomeação e a coisa: Reflexões acerca da direita pós-fascista a partir do uso público dos conceitos políticos

*
Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Lab2PT-In2Past

O autor não segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

O tempo presente tem sido marcado pela inflação taxonómica e conceptual associada à análise do reaparecimento, do recrudescimento, da radicalização, do aumento da expressão eleitoral e do crescimento organizacional das direitas que não pertencem – ou que não pertenceram desde o pós-II Guerra – ao *mainstream* político das democracias liberais. Apesar das derrotas de Donald Trump, em 2020, e de Jair Bolsonaro, em 2022, os resultados obtidos por ambos os candidatos foram ainda mais expressivos do que os obtidos na primeira eleição e demonstraram uma clara fractura das sociedades norte-americana e brasileira. Embora o aumento dos votos expressos em urna a favor de Trump tenha sido muito mais expressivo do que o verificado na recandidatura de Bolsonaro – cujo crescimento foi muito mais residual –, a verdade é que ambos continuaram a deter um capital político que lhes permitirá partir numa confortável posição enquanto figura predominantes da sua área política.

Por outro lado, se, em 2023, no caso espanhol o Vox perdeu um número considerável de votos e de assentos parlamentares e no polaco o PiS, apesar de ser o partido mais votado, não conseguiu formar governo, a verdade é que no ano anterior a Itália passou a ser dirigida por Giorgia Meloni e pelos seus Fratelli d'Italia, herdeiros do neofascista Movimento Sociale Italiano e da ulterior Alleanza Nazioanle, em aliança com a Lega e a Forza Italia e Viktor Orbán viu o seu poder reforçado na Hungria. Também em 2022, Marine Le Pen conseguiu o melhor resultado de sempre da direita não-liberal em eleições presidenciais, conquistando mais de 13 milhões de votos, que corresponderam a mais de 41% do total, e as sondagens parecem indicar que reúne as condições para vencer as próximas presidenciais francesas. Ainda em 2022, os neonazis Democratas Suecos foram a segunda força política mais votada nas eleições de 22 de Setembro, e o recém-criado Democratas da Dinamarca obteve um impressionante 5.º lugar nas legislativas dinamarquesas, demonstrando o potencial de crescimento que é alimentado pela retórica anti-imigração e islamofóbica. Aos 8,08% dos Democratas Suecos há ainda que somar os 3,66% da Nova Direita e os 2,63% do Partido Popular Dinamarquês. Em conjunto, a direita pós-fascista dinamarquesa recolheu a preferência de 14% dos votantes. Em 2023, e num sentido oposto ao do Vox, que terá sido prejudicado pelo voto útil no Partido Popular, o Partido dos Finlandeses ficou em segundo lugar nas eleições locais, a apenas 0,7% da Coligação Nacional, partido com o qual formaria governo. Tal como no caso francês e italiano, é chefiada por uma mulher, Riikka Purra, numa alteração do perfil masculino do líder de extrema-direita típico do fascismo histórico e do neofascismo.
O ano de 2023 encerrou com outras duas vitórias importantes para o pós-fascismo global: em 14 de Novembro, Javier Milei conquistou o voto de 14,5 milhões de argentinos e tornou-se presidente do país com uma agenda que combina elementos do mais radical

neoliberalismo com princípios e valores do programa pós-fascista; em 22 de Novembro, Geert Wilders conduziu o Partido da Liberdade (PVV) à vitória nas legislativas neerlandesas, recolhendo quase 2,5 milhões de votos (23,49%) e tornando-se essencial a qualquer tentativa de formação de governo nos Países Baixos. Por fim, face às eleições que se perspectivam para 2024, a direita pós-fascista tem a possibilidade de voltar ao poder, de o consolidar, de o conquistar pela primeira vez ou de obter o seu melhor resultado de sempre em Portugal – onde as últimas sondagens atribuem ao Chega 17% a 18% das intenções de voto –, na Bélgica e na Áustria. Além das eleições para os parlamentos nacionais, 2024 será também palco para eleições europeias. Atentendo aos resultados dos últimos actos eleitorais para o Parlamento Europeu, a tendência parece ser a do reforço constante da representação da direita pós-fascista – agora articulada pelos grupos Identidade e Democracia (ID) e Reformistas e Conservadores Europeus (ERC), cuja fusão já tem sido discutido entre representantes das duas plataformas, ainda que sem grande sucesso – não só em termos de deputados como da representação da maioria dos Estados-membros. Neste momento, apenas 7 países da União Europeia não têm qualquer deputado de extrema-direita. Entre estas excepções ao panorama europeu está Portugal que em Junho irá, previsivelmente e via Chega, passar a integrar o lote de Estados com eurodeputados pós-fascistas. Como dissemos anteriormente, 2024 será também determinante para a força desta nova vaga pós-fascista tendo em conta as eleições presidenciais que terão lugar em Novembro nos EUA.

Face à omnipresença e à força organizacional e eleitoral que estas formações vêm tendo no mundo euro-americano – e não só, veja-se o caso indiano com Modri ou as Filipinas de Duterte (até 2022) e a Rússia de Putin –, procurar-se-ão debater as classificações atribuídas a estes fenómenos políticos. Interessam-nos os processos de conceptualização envolvidos nestas operações heurísticas entendidas como construções de verdade. Partindo da definição da verdade elaborada por Nietzsche, reflectiremos sobre esse "exército móvel de metáforas, de metonímias", mas também acerca dos eufemismos e dos neologismos para discutir e testar a validade de adjectivos ou substantivos, consoante o seu emprego, como populista, iliberal, radical, extrema, extrema 2.0, anti-sistema, nacional-populista, populista 2.0, turbopopulista, neo e pós-fascista para classificar fenómenos políticos semelhantes. Desta forma, mais do que o objecto estudado, parece ser o processo de construção da verdade de cada autor a determinar a classificação politológica do fenómeno analisado – é sobre esta polissemia interpretativa que iremos discutir de seguida.

Desta forma, mais do que o objecto estudado, parece ser o processo de construção da verdade de cada autor a determinar

a classificação politológica do fenómeno analisado – é esta polissemia interpretativa que procuraremos debater. Recorrendo ainda a Nietzsche e ao seu ensaio sobre a verdade e a mentira, o filósofo alemão considera que o acto de nomear algo é a construção de um conceito antropomórfico – desrespeitador da diversidade natural e, portanto, da coisa nomeada. Ainda que a generalização de uma designação – qualquer que ela seja – possa descurar os particularismo de cada realidade ou caso concretos, a necessidade de possuir uma visão transnacional do fenómeno em causa exige essa uniformização.

Nomear é, simultaneamente, um acto de descrição e de prescrição, processo indispensável à compreensão e à produção de conhecimento sobre qualquer objecto e resultado último da investigação e da reflexão sobre algo. Nomear precede e sucede a cognição. A nomeação, como qualquer operação linguística, é marcada pela projecção e pela transferência mútua entre o observador e a coisa observada. Nomear é classificar, é organizar, é arrumar – a coisa *existe*, pelo menos em potência, antes da nomeação, mas só *é* depois de nomeada. No fundo, tal como Maurice Blanchot adianta no seu ensaio *A Literatura e o Direito à Morte*, "a posse das palavras" confere ao Homem "a mestria das coisas". Contudo, ao nomear as coisas anula-as inevitavelmente. Embora esse acto de nomeação seja, antes de mais, uma declaração de verdade e uma ferramenta heurística, ao nomear as coisas o Homem anula-as inevitavelmente, estas deixam de ser o que são ou que foram até aí e passam a ser uma realidade *outra* e estranha à sua existência anterior ao substantivo que lhe atribuímos. A descrição da coisa obedece a critérios, conscientes e inconscientes, de conceptualização do real a partir do lugar, do tempo e da mundividência daquele que nomeia, pelo que, como estabeleceu Nietzsche em *Sobre a Verdade e a Mentira*, os conceitos correspondem à subversão e anulação da diferença, da individualidade de cada coisa, em nome de um conceito generalizador que, embora assente numa negação do real, igualize e torne inteligível essa diversidade sob o signo da uniformização, no fundo, que permita a comunicação.

Cada fenómeno é, em si mesmo, único – ontológica e cronologicamente falando – e exigiria uma gramática e uma aparelhagem de signos e de referentes igualmente única para ser integralmente compreendido e comunicado. A nomeação procura, através da tradução para o universo de símbolos e palavras já dominado pelo Homem – possibilitar a comunicação. A comunicação resulta mais clara se assentar na comparação directa com outras realidades já nomeadas e conhecidas previamente e se, portanto, puder ser equiparar a coisa nomeada a outros fenómenos semelhantes ou reconhecíveis a partir da sua descrição.

Assim, também para Nietzsche, o que distingue os Homens dos outros seres vivos é a sua "faculdade de reduzir as metáforas intuitivas a um esquema e, portanto, de dissolver uma imagem num conceito" – conceitos que acumulando-se e mudando de sentido formam um compósito que elide o real, edificando aquilo a que o filósofo chamou "uma catedral de conceitos infinitamente complicada: na verdade, para encontrar apoio em tais fundamentos, é preciso que seja uma construção como se de uma teia de aranha se tratasse, tão delicada que possa ser levada pelas ondas e tão sólida que não possa ser destruída pelo vento".

Não aderindo a um relativismo absoluto e pós-moderno e, como tal, não recusando a validade dos conceitos como representações do real ou como instrumentos para a sua problematização e compreensão, pretendeu-se com esta curta incursão pelo pensamento de Nietzsche e Blanchot adentrar no complexo processo de construção conceptual e heurística da verdade histórica – ou das verdades, como veremos. Verdades que se procuram auto-legitimar através do método e da mobilização crítica de conceitos. O binómio verdade/mentira tende a elidir a questão fundamental: o *processo de construção da verdade*. Do que se trata é, então, de questionar as estruturas formais da história e a atenção à informalidade e às perspectivas recordadas na apreensão histórica do passado e na consideração do mesmo como resíduo de motivação na história.

Com efeito, consoante os métodos e as ideias convocadas alcançam-se conclusões – verdades – diversas e, daí, a inflação de classificações do fenómeno que aqui debatemos e que radicam, em primeiro lugar, naquilo que Habermas designou como os usos públicos – logo, políticos – da história. Estes pressupõem, à partida, um corte com as ideias de objectividade, de neutralidade ou de historicismo absolutas e que continuam a marcar as ciências sociais. Os historiadores – tal como os restantes cientistas sociais – não conduzem o seu trabalho isolados do contexto em que se inserem – estão, como refere Hobsbawm, situados num *continuum* histórico e as suas percepções do passado, experiências do presente e aspirações em relação ao futuro fazem-se sentir na sua investigação. Ou, como o definiu Walter Benjamin em *O Anjo da História*, "a história é objecto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogéneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora". O "agora" de Benjamin carrega em si toda a história da humanidade – todo o passado, todo o presente e todas as projecções em relação ao futuro. Por outro lado, reconstituir o passado no agora implica selecção, interpretação e conceptualização e estas surgem de um confronto com ideias passadas e presentes, o que não só reafirma o presentismo do exercício histórico como evidencia a sua dimensão política e cultural.

Deste modo, como sugere Traverso, "a história dos conceitos" é "actualmente indispensável para que os historiadores tomem consciência das ferramentas com as quais trabalham, assim como para desconstruir as palavras através das quais se faz a história [...]. Há que saber de onde vêm os conceitos que usamos e porque usamos esses e não outros". As diferentes conclusões a que se chega na construção científica do conhecimento e da verdade históricos advêm, justamente, de uma irreflectida utilização dos conceitos ou de uma selecção deliberada assente numa teoria de interpretação da realidade social, logo, da história. Só através desta mobilização consciente e do estabelecimento de um mapa conceptual e interpretativo maturado podemos produzir um discurso crítico sobre o passado.

Esta leitura histórica é, também ela, alvo de permanente reconstrução, reinterpretação e revisão. Com efeito, como referiu LaCapra "a história está sempre em trânsito" – não consegue, senão negando-se a si mesma enquanto ciência, oferecer verdades definitivas e incontestáveis, não se pode eximir à pluralidade e à incompatibilidade das suas diferentes interpretações. Também no caso vertente as interpretações do fenómeno são plurais e, em muitos casos, incompatíveis. O debate tem no seu cerne a existência ou não de uma ligação (directa ou indirecta) aos fascismos históricos das direitas (como traduzem as designações neofascismo e pós-fascismo, respectivamente) que hoje desafiam as democracias-liberais, de estarmos perante um fenómeno totalmente novo porque ontologicamente diverso do período do entre-guerras em que os fascismos varreram o continente europeu e, como tal, devermos empregar uma taxinomia diversa (por exemplo, direitas iliberais ou radicais) ou de, apesar de partilharem algumas afinidades com esses fascismos históricos, serem uma expressão política autónoma caracterizável como populismo radical de direita ou como nacional-populismo, como sustentam Cas Mudde e Roger Eatwell e Matthew Goodwin, respectivamente.

A questão do grau de ligação destes movimentos, partidos e actores políticos aos fascismos do entre-guerras funda-se, em primeiro lugar, no entendimento conceptual e interpretativo que cada investigador elabora ou à escola de pensamento a que adere. Uma leitura rigorista e formalista do fascismo histórico faz com que os autores que partem dessa concepção rejeitem que as forças actuais sejam fascistas ou fascizantes. Esta análise, impulsionada pelos escritos de George L. Mosse, concentrou-se na construção de uma definição genérica do fascismo ou, por outras palavras, na elaboração de um tipo-ideal que permite, através da comparação, determinar o que é e o que não é um fenómeno fascista. A teoria genérica do fascismo opõe-se, simultaneamente, às duas tradições historiográficas que até aí haviam dominado a interpretação do fenómeno: a marxista e a liberal. Apesar de, por vezes, cair num excesso de zelo relativo ao uso do conceito de fascismo

no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a teoria genérica do fascismo não deixa de ser uma ferramenta interpretativa e descritiva fundamental. Actualizada à luz das transformações políticas, culturais, sociais, tecnológicas e económicas do último século, permite, com efeito, identificar as linhas de continuidade e de ruptura dos fenómenos que nos são contemporâneos em relação aos que marcaram as décadas de 1920, 1930 e 1940.

Os construtores da teoria genérica do fascismo, denunciam, como Emilio Gentile, "uma progressiva dilatação do fascismo, da sua original dimensão italiana e europeia para uma dimensão mundial. O fascismo acabou, assim, por assumir o aspecto de uma entidade universal e meta-histórica, que se teria manifestado e poderia manifestar em qualquer parte, para lá dos próprios limites do "fascismo histórico", compreendidos no período entre as duas guerras mundiais". Este permanente acrescentar de significados ao conceito de fascismo – logo, a sua generalização – teria desvirtuado a sua essência e o seu contexto histórico-espacial e fizera do mesmo uma utilização indiscriminada "na luta política, na historiografia e na ciência, tornando-se sempre mais genérico". Transformado em instrumento de ataque a um inimigo político, empregue como adjectivo ou substantivo depreciativo, o conceito de fascismo perpetuava, segundo Gentile, as visões marxista e liberal acerca do mesmo – era visto como "uma aberração no caminho da história em direção à modernidade, concebida como progresso da racionalidade e da liberdade". No fundo, o fascismo era visto como uma patologia política, social, moral, psicológica que era apenas passível de ser recusado e representado como "uma negatividade histórica".

Assim, a teoria genérica do fascismo visa entender o fenómeno não como uma anomalia ou como uma patologia, mas como um corpo ideológico e organizacional com um dinamismo próprio e que não se limitava à proposição negativa – à rejeição, à oposição. Este exercício de elaboração de um mínimo denominador comum a todos os movimentos fascistas não descura, pelo contrário, acentua, as singularidades nacionais, ideológicas, sociais, económicas e culturais que os distinguem. O formalismo do tipo-ideal, valorizando significativamente estas variações nacionais, traduziu-se ainda na criação de subtipos-ideais: o austrofascismo, os fascismos ibéricos, o fascismo mediterrânico, o fascismo nórdico ou fascismo balcânico, limitando-nos aos exemplos apresentados por Gentile.

Robert Paxton também rejeita a visão do fascismo como anomalia ou como patologia – como fenómeno exterior ou marginal em relação à realidade –, sublinhando que não se trata de uma mera reacção ou rejeição à ou dos valores e da sociedade que emergiram do Iluminismo e da Revolução Francesa. Pelo contrário, segundo o autor, o fascismo é um produto desses dois processos históricos. Um produto político-ideológico tão

válido quanto o liberalismo, o conservadorismo ou o socialismo que nasceram desse mesmo contexto histórico. Roger Griffin defende a mesma perspectiva quando, em *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*, determina que o fascismo genérico deve ser tratado como qualquer outra ideologia política com a qual conviveu e convive – ou seja, divisando-lhe o conteúdo programático autónomo e propositivo, a projecção de um modelo ideal de sociedade e o conjunto de valores positivos em que assenta. Também à imagem de todas as outras doutrinas políticas, o fascismo não pode ser visto como um monólito – expressa-se sob diversas formas e contém diferentes sensibilidades.

Griffin considera ainda que interpretar o fascismo a partir de um tipo-ideal, dá azo ao seu estudo comparativo e contraria a visão do mesmo como uma entidade viva que nasce, cresce, se espalha, colapsa e se vai reinventando sucessivamente no pós-Guerra procurando adaptar-se às novas realidades e aos novos desafios com que se vai confrontado. Ao invés da metáfora biológica, propõe que são os fascistas, ou aqueles que aderem a ideais fascizantes, que "interiorizam, desenvolvem, interpretam e estipulam as ideias fascista". O foco no papel dos indivíduos ou dos grupos fascistas, permite, novamente, contrariar a ideia de marginalidade ou de anomalia. Griffin abre ainda o caminho para a distinção formalista e/ou legalista entre os fascismos históricos ou os neofascismo e os movimentos, partidos e protagonistas políticos da direita não-liberal que têm marcado o início do século XXI. Nesse sentido, avança a necessidade de distinguir o fascismo da direita radical populista que, de acordo com a sua reflexão, é iliberal mas democrática e não-revolucionária e, por conseguinte, não pode ser considerada tributária do fascismo. No fundo, a direita radical populista, não rejeitando a democracia ou os direitos humanos pretenderia apenas que as suas benesses fossem exclusivamente usufruídas pela etnia dominante no país. O corolário lógico das teses formalistas e nominalistas é conceberem a distinção entre a direita radical populista e a extrema-direita (neofascista, pós-fascista) sob critérios legais, nomeadamente os que constam da legislação alemã: as primeiras são legais, as segundas são ilegais. Esta leitura, porém, parece ignorar que as sucessivas adaptações e mutações do fascismo às condições que enfrenta, nomeadamente a democracia-liberal hegemónica do pós-guerra e o seu edifício legal, passam também pela adequação discursiva às limitações legais que lhe são impostas.

Importa agora debater as principais visões que informam o paradigma populista ou nacional-populista e, por conseguinte, da rejeição da ideia de que as forças assim designadas possam ser herdeiras – actualizadas e adaptadas às condições presentes – dos fascismos históricos. Numa caracterização simplificada, a direita radical populista caracterizar-se-ia, de acordo com Klaus von

Beyme, pelo facto de a sua propaganda ser mais moralista do que programática, de favorecer teorias da conspiração, de mobilizar um discurso anti-elitista e centrado em temas socialmente fracturantes e mediáticos e de não desenvolver uma doutrina coerente. Ainda de acordo com o mesmo autor, esta expressão do populismo tenderia a apresentar-se como apolítica, anti-intelectual, anti-institucional e por privilegiar a ligação orgânica entre o líder e a base militante e simpatizante – através da aclamação do chefe em comícios ou através de plebiscitos ou referendos (pensemos nos plebiscitos internos constantes a que André Ventura se submete no Chega e que mais não visam que a sua aclamação permanente e o fortalecimento da ligação horizontal entre o chefe e as bases). Por fim, o seu discurso força uma divisão maniqueísta entre o povo puro e trabalhador (ou os portugueses de bem, no discurso do Chega) e a elite corrupta (apenas identificada no poder político e científico e nunca, ou só muito timidamente, divisada na elite económica e social).

Cas Mudde, que opera a mesma distinção que Griffin entre a direita radical (legal) e a extrema-direita (ilegal), rejeita, *On extremism and democracy in Europe*, a tese da patologia associada à direita radical populista. Para o autor, "longe de ser uma aberração, as atitudes e as características ideológicas do populismo de direita são relativamente comuns nas sociedades europeias contemporâneas. Em vez de ser entendida como uma patologia normal, a direita populista contemporânea deve ser vista como uma normalidade patológica». Ou seja, não a isolando da política demo-liberal *mainstream* e não a vendo apenas como uma recusa da modernização ou das suas consequências, como uma solução reactiva dos vencidos da globalização e da pós-modernidade sem qualquer oferta política propositiva. Assim, de acordo com o autor, a direita populista radical constituiria uma radicalização das posições políticas *mainstream* –se pensarmos no caso português, a introdução do discurso anti-Rendimento Social de Inserção, ciganofóbico, da lei e ordem e do controlo da imigração foi introduzido pelos partidos da chamada direita democrática, o PSD e o CDS, sobretudo este último na sua fase Partido Popular e, posteriormente, com a liderança de Paulo Portas.

A abordagem nominalista ou formalista encerrada sobre o seu próprio rigorismo na definição do fascismo, não oferece instrumentos analíticos que permitam pensar, em toda a sua abrangência e especificidades, o fenómeno da extrema-direita no século XXI – limita-se a considerar que é um abuso terminológico classificar estas organizações como neofascistas ou como pós-fascistas, não enjeitando, porém, a designação populista, nacional-populista, ultra-direitista. Mas essa recusa é, simultaneamente, a negação do que confere historicidade à história, o seu perene estado de transição e de transformação. O fixismo e o purismo com que a teoria geral do fascismo

o caracteriza e conceptualiza traduz-se na impossibilidade actualização e de adaptação do mesmo. No fundo, apenas permite que falemos de fascismo no caso italiano, ou de nazismo no alemão, ou de franquismo no espanhol, ou de salazarismo no português, limitando seriamente o potencial de compreensão deste movimento político-ideológico à escala transnacional – dimensão que, de resto, o fascismo também possuiu.

A concepção populista está também longe de oferecer uma resposta plenamente satisfatória à complexidade que caracteriza estas organizações. Se, tal como a teoria geral do fascismo, contribui positivamente para a reflexão acerca das mesmas colocando-as no centro do sistema político em que existem e de as encarar como uma força não exclusivamente reactiva ou negativa, mas como um modelo organizacional, um discurso, um programa e um conjunto, ainda que limitado de causas (a trindade constituída pela corrupção, a segurança e a imigração), opta por uma designação que, longe de tornar a natureza destes grupos mais inteligível e os envolve numa nebulosa ainda mais confusa, conceptualmente mal definida.

O conceito populismo, muito mais que o de fascismo ou os seus derivados, é, cada vez mais, um compósito de significados que são contraditórios entre si e que, mais do que procurar descrever uma forma de organização política ou um programa ideológico, serve de guarda-chuva para estigmatizar e proscrever, dada a sua elasticidade e porosidade, todas as oposições à normatividade e à racionalidade neoliberais – embora seja discutível que o chamado populismo radical de direita ponha a ordem neoliberal em causa –, servindo como instrumento de dominação e de exclusão às elites económicas e políticas que dominam o sistema. Desta forma, pondo a ênfase no estilo e não na ideologia ou nos objectivos políticos, o populismo amalgama em si fenómenos tão distintos como o Brasil de Bolsonaro, os EUA de Trump, a Venezuela de Chávez/Maduro e a Bolívia de Evo Morales. O populismo é apenso a Trump como a Bernie Sanders, ao Vox como ao Podemos, à Aurora Dourada como ao Syriza, ao Chega como ao Bloco de Esquerda. A disseminação indiscriminada da sua utilização e a intencionalidade política que a mesma denota fizeram do populismo um conceito vazio, incapaz de ser elemento caracterizador de qualquer fenómeno político-ideológico – de resto, à imagem do que já havia ocorrido com a ideia de totalitarismo. O conceito de populismo, tal como adverte Enzo Traverso, "elimina a distinção entre esquerda e direita, obscurecendo, dessa forma, um compasso útil para compreender a política". Acompanhamos, portanto, o autor quando considera que "mesmo as tentativas mais matizadas, perspicazes, informadas e rigorosas para conceptualizar o populismo caem inevitavelmente nesta armadilha epistemológica".

Assim, cremos que, conceptualmente, a melhor proposta de interpretação e de explicação do fenómeno que vimos analisando é, justamente, a proposta por Traverso – o pós-fascismo. Esta designação, ao contrário do conceito de populismo, não surge desligada da transitoriedade da história e dos seus fenómenos – reconhece a evolução, a adaptabilidade e a transformação das organizações e das ideologias políticas. O conceito de pós-fascismo, por outro lado, não isola o fenómeno e não o analisa sob uma perspectiva moral (a da aberração ou da degenerescência) – de resto, como defendeu Walter Benjamin, a ideologia não é moral e, como estatui Traverso, a moral não é uma categoria cognitiva – nem sob uma perspectiva patológica (doença exógena e cujas causas radicam numa qualquer deformação psicológica daqueles que a apresentam).

Reconhecendo as diferenças das suas expressões actuais relativamente aos fascismos históricos e aos neofascismos do pós-Guerra, não deixa de identificar as suas origens nesses dois fenómenos políticos – produto metamorfoseado da experiência fascista e neofascista. O conceito traduz ainda a ideia de que os modelos de organização, as estratégias discursivas e os princípios morais e programáticos não são definitivos, não são o ponto de chegada da extrema-direita. Concebe-a, antes de mais, como uma fase de transição cujo desfecho é ainda imprevisível. No fundo, "o pós-fascismo é um conceito que denota uma novidade face ao fascismo histórico e que sugere, simultaneamente, uma continuidade e uma transformação" que "certamente não oferece respostas a todas as questões em aberto, mas que corresponde a esta fase transitória".

Poremos de parte o estéril exercício de procurar nas direitas pós-fascistas, para assim as podermos caracterizar, as principais características organizacionais, ideológicas e interventivas dos fascismos históricos – concebemos as diferenças como transformações ou mutações. Não desvalorizamos, no plano das causas do seu crescimento, os efeitos da globalização económica, política e cultural – desemprego, empobrecimento, desenraizamento, frustração e raiva –, das crises financeiras do final do século XX e das que marcaram profundamente o primeiro quarto do século XXI, da insegurança motivada por um aumento da percepção relativamente à incidência da criminalidade promovida pela cultura tabloide e do medo permanente inaugurado pelos ataques de 11 de Setembro e que se vem replicando em ataques de maior ou menor dimensão e da rejeição das conquistas políticas das minorias étnicas, raciais e sexuais e da visibilidade das lutas destas minorias e do feminismo, entre tantos outros factos sempre aventados. Cremos, contudo, que ficaremos mais próximos da compreensão do fenómeno do pós-fascismo se o entendermos como um produto – previsível e lógico – da viragem neoliberal inaugurada, no mundo anglo-saxónico, por Margaret Thatcher e

pela evidenciação da compatibilidade entre o fascismo político e o neoliberalismo económico que o Chile de Pinochet ofereceu.

Assim, como defendia Adorno em 1967 a propósito do novo radicalismo de direita que aflorava nos EUA, no Reino Unido e na Europa continental, «o potencial de um radicalismo de direita [...] deve[-se] à perpetuação dos pressupostos sociais do fascismo». Adorno alertava ainda para o perigo que representava subestimar estes movimentos por adoptarem um discurso simplista, revelarem pobreza intelectual e serem incapazes de apresentar um pograma teórica e ideologicamente abrangente e complexo. Não são, como vimos nos EUA ou no Brasil, esses aspectos a determinar o sucesso do pós-fascismo. O que é determinante para o seu triunfo «é uma perfeição extraordinária dos meios, nomeadamente e em primeiro lugar, dos meios propagandísticos no sentido mais amplo da palavra». Ora, aqui encontramos uma constante dos movimentos oriundo da raiz fascista – nos anos 1920 e 1930, como nos anos 1960 ou no século XXI, estes grupos demonstraram sempre um apurado sentido de utilização dos mais actuais e prolíficos meios de comunicação de massas. Se antes se centravam nas grandes concentrações e comícios e na produção de cartazes e outro material de comunicação política desenhados com recurso às inovações do modernismo, no século XXI, reconhecendo a atomização social provocada pela hiper-inflação do *eu* na sociedade neoliberal e pelo tipo de relacionamento com o *outro* e com a *realidade* tornado hegemónico pelas redes sociais e pelos ciclos noticiosos de 24 horas, a direita pós-fascista apostou forte na propaganda no Facebook, no WhatsApp, no Instagram e, mais recentemente, no TikTok. Ao migrarem as prioridades da sua propaganda para a nuvem digital, estes grupos conseguiram alargar-se para lá da anterior base social de apoio, muito ligada à segunda e à terceira idades e conquistou uma forte implantação entre o eleitorado mais jovem.

Ora, os pressupostos sociais do fascismo não só se mantiveram como foram acentuados pelo neoliberalismo. Flavia Di Maio e Andrea Micocci, em *The Fascist Nature of Neoliberalism*, estabelecem esta relação directa entre o neoliberalismo, a sua democracia liberal e o fascismo. Como dizem os autores, «as supostas características liberais do capitalismo neoliberal (por exemplo, a desigualdade, a competição individual, o desmantelamento do Estado de Bem-Estar e da intervenção do Estado na planificação da economia) [...] encaixam perfeitamente na natureza fascista do ponto de vista teórico e histórico e dependem da sua linguagem mítica», como a ideia do poder regulador do mercado, por exemplo.

Peter Dorey, classifica a tradição conservadora – e, por extensão, todos os seus subprodutos – como uma filosofia cuja principal preocupação é oferecer uma defesa da desigualdade sócio-económica. No fundo, visa restabelecer a legitimidade ética

e moral dos privilégios – económicos, sociais, étnicos, políticos, raciais, sexuais e de género. A desigualdade é apresentada como algo natural e inevitável, uma daquelas realidades constantes da vida humana que não pode ser eliminada ou ultrapassada. Impor a igualdade ou qualquer tipo de intervenção estatal que vise limitar os excessos da desigualdade equivaleria a restringir violenta e ilegitimamente a liberdade – uma visão distorcida do direito à diferença que a *Nouvelle Droite* de Alain de Benoist começou a popularizar desde os anos 1970 e 1980 e que vai servir de fundamento ao movimento identitário, que tendo a ocultar o seu racismo sob a capa de um direito à conservação das identidades europeias face ao contacto destas com culturas, valores e mundividências outras através da imigração ou da globalização. Neste sentido, além de natural, ou justamente por sê-lo, a desigualdade é, simultaneamente, desejável e necessária ao respeito e à realização plena da condição humana.

A requalificação do privilégio e o desmantelamento das políticas estatais de solidariedade social ganharam tracção com a maré neoliberal – que começa a ganhar forma na crise económico-financeira dos anos 1970, que passa pelas experiências de privatização e de desregulação económica na América Latina e que culmina nas triunfos eleitorais de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan em 1979 e 1981, respectivamente – e que se torna hegemónica no quadro da globalização capitalista que se segue à implosão do bloco soviético.

A falência da alternativa existente ao modo de produção e de organização social, económica, política e cultural capitalista representou, como frisa Traverso, «um limiar, um *momentum*, que encerra uma época para abrir uma nova». Esse *momentum* ou essa transição históricos condenaram definitivamente o projeto político que durante o século XX se apresentara como alternativa ao capitalismo e ao nazi-fascismo. O atestado de óbito ao socialismo veio acompanhado da inflação qualitativa de «palavras como "mercado", "empresa", "capitalismo" ou "individualismo"» – uma viragem ideológica fundamental, com profundíssimas implicações nas duas primeiras décadas do século XXI. Essas palavras, ungidas de valores supremos da civilização euro-americana, consubstanciavam o fim da história anunciado por Fukuyama e que rapidamente ganhou hegemonia mediática. Qualquer teleologia histórica nega, à partida, as suas principais características: a transitoriedade e a historicidade. Assim, como sublinha LaCapra, «o tão referido fim da história poderia ser também uma tentativa ideológica de permanecer fixados a uma determinada situação histórica existente, como a economia de mercado e a limitada democracia política». É sob esta perspetiva que pretendemos pensar historicamente o neoliberalismo e a austeridade como fenómenos transitórios e temporalmente situados, política e ideologicamente enraizados na história e na tradição política

euro-americana e como repositórios em movimento de valores éticos e morais.

Retomando a narrativa histórica neoliberal, derrotado o «socialismo real», a economia de mercado e a democracia-liberal euro-americanas seriam a única alternativa político-económica que restaria à humanidade. Esta teleologia histórica permitiu, então, apresentar o neoliberalismo não como uma ideologia – com profundas raízes históricas e em processo contínuo de transformação – mas como uma técnica. Não se tratava de escolha política, mas de racionalidade: devia-se confiar os destinos dos Estados aos especialistas desta técnica de governo político, económico e social. A ortodoxia económico-financeira do neoliberalismo anunciava ainda uma teologia da prosperidade: qualquer indivíduo, independentemente da sua origem socioeconómica, poderia enriquecer se trabalhasse arduamente para isso – a meritocracia acabaria sempre por recompensar os indivíduos empreendedores e por penalizar os conformados. Atomizada a sociedade, cada sujeito passa a estar em competição com os demais. O mesmo acontece entre Estados.

O neoliberalismo criou uma sociedade atomizada, individualista e, ainda assim, orgânica à imagem do que almejava o fascismo histórico. O neoliberalismo coarctou um conjunto amplo de liberdades e de direitos sem que, com isso, as pessoas se sentissem menos livres – com o neoliberalismo o pós-fascismo aprendeu que a forma mais eficaz de exercer um poder absoluto sobre os corpos e os espíritos não é a do Estado policial e brutal. O neoliberalismo e a sua sociedade orgânica vêem como não fazendo parte do seu corpo todos aqueles que não se inserem ou não se adaptam ao seu modo de produção, que não conseguem triunfar no seu sistema sócio-económico (transferindo a responsabilidade pelas condições de cada um para a esfera individual, logo a da culpa e a da conformação ao estado de coisas existente) e aqueles cujo o sistema não vê como lhe sendo úteis. Desta forma, o neoliberalismo conquistou a democracia-cristã, o social-liberalismo e o conservadorismo – a social-democracia capitulou a toda a linha e entusiasticamente passou a fazer parte do consenso neoliberal por intermédio da Terceira Via protagonizada por Bill Clinton e Tony Blair nos Estados Unidos e no Reino Unido, respectivamente.

A individuação e a lógica competitiva encerram, simultaneamente, causas e efeitos de ordem económica e moral: se a competição gera, inevitavelmente, vencedores e vencidos e se a responsabilidade individual é potencialmente ilimitada, daí advém que os derrotados devem aceitar todas as consequências do seu falhanço individual. Os efeitos da derrota passavam também pela impossibilidade de os vencedores concederem qualquer tipo de perdão aos vencidos – segundo Biebricher, fazê-lo representaria, no mercado dos valores e da ética, um «perigo

moral». Assim, despolitizada artificial e propositadamente a doutrina económica, os vencidos do capitalismo tardio deixaram de dirigir o seu descontentamento e a revolta contra o Estado – este, bem vistas as coisas, e independentemente do governo de turno que o dirigisse encontrava-se perante o *there is no alternative* que procura impossibilitar tudo o que seja contrário ou exterior ao neoliberalismo – e deixaram de reconhecer nos partidos políticos hegemónicos no contexto político-ideológico do segundo pós-guerra um representante eficaz dos seus anseios e das suas preocupações. Não só a abstenção tendeu a aumentar, como os partidos tradicionais perderam parte significativa do poder de mediação que detiveram até ao final do século XX. Neste sentido, o aparecimento ou o reforço de partidos cuja narrativa discursiva não põem em causa o neoliberalismo mas que projecta na corrupção – sempre representada como um imenso polvo que corrói a moral e as instituições nacionais e internacionais –, na imigração, na segurança e numa identidade anti- ou para-sistémica os tópicos privilegiados da acção política acabou por cativar parte significativa dos descontentes com as consequências materiais que a globalização capitalista, o neoliberalismo e a austeridade tiveram nas suas vidas.

O neoliberalismo impôs-se como doutrina única – a democracia liberal não o põe em causa, apenas promove a rotatividade dos seus representantes no poder – que, ao contrário dos fascismos históricos, através da atomização e da responsabilização individual impede que surja qualquer resistência organizada e consequente contra si. O neoliberalismo engendra em si mesmo e no das suas democracias-liberais as válvulas de escape para o descontentamento, conforma as hipóteses de o contestar sem o pôr em causa e, em caso de necessidade extrema, conservará o liberalismo económico e abdicará do simulacro democrático que alimenta, sendo por isso tão compatível com os projectos políticos da direita pós-fascista.

Por conseguinte, e regressando a Di Maio e Miccoci, "a metafísica do capitalismo neoliberal contém muito pouca ou nenhuma teoria mas tem um avatar no racional fascista de revolução como ordem ou, melhor, como ordem superior dirigida por uma superior inteligência neoliberal e por uma disciplina ou uma hierarquia que pode ser fácil e perenemente substituída por outra", mantendo a estrutura do sistema intacta. De resto, como afirma Byung Chul-Han em *Psicopolítica*, o neoliberalismo é um sistema de exploração da liberdade. A coerção, do ponto de vista da rentabilidade, é menos produtiva que a exploração do indivíduo livre. Assim, «a liberdade individual é uma forma de escravatura na medida em que o capital se apodera da sua própria proliferação. [...] A liberdade do capital realiza-se por intermédio da liberdade individual».

Se a nação e o nacionalismo continuam a ter uma significativa capacidade mobilizadora, o mito da prosperidade económica generalizada que o mercado livre anuncia é ainda mais eficaz a criar uma submissão plena – tal como pretendida pelos fascismos históricos – do indivíduo em relação às estruturas de poder – estatais e económicas – com a vantagem de o conseguir através da ilusão da liberdade individual. No mercado livre, o trabalhador é um colaborador, um empreendedor, um empresário – deixa de ser explorado pelo patrão e passa a ser, simultaneamente, explorador e explorado –, uma individuação mais eficaz na sujeição do trabalho ao capital e ao poder do Estado do que o corporativismo.

Esta auto-exploração do indivíduo livre elimina as classes e, por conseguinte, as possibilidade de superação revolucionária da exploração. Como refere Byung-Chul Han, «aquele que fracassa na sociedade neoliberal do rendimento responsabiliza-se a si próprio e envergonha-se, em vez de pôr em questão a sociedade ou o sistema. É aqui que reside a inteligência característica do regime neoliberal. Não permite que surja resistência alguma frente ao sistema». No fundo, podemos pensar e caracterizar o neoliberalismo e as suas afinidades com o pós-fascismo como dispositivos, simultaneamente, ideológicos e morais tendentes à restauração – e não a uma qualquer revolução ou modernização dos seus antepassados históricos – da legitimidade e da necessidade da desigualdade, do privilégio e da exclusão.

Ambos operam no quadro do «realismo capitalista» teorizado por Mark Fisher, fase histórica do capitalismo neoliberal cujos dispositivos de controlo inculcam na cultura dominante a convicção de se viver num mundo pós-ideológico. Geram uma «sensação mais funda e muito mais difundida de exaustão e de esterilidade cultural e política», servindo o propósito de transformar a máxima thatcheriana de que "não há alternativa" «numa profecia que se cumpre a si mesma de forma brutal».

Desta forma, e continuando a acompanhar a reflexão de Fisher, «o capitalismo ocupa de forma hegemónica os horizontes do possível» e cria «um *ambiente* generalizado que condiciona não só a produção de cultura como a regulação do trabalho e da educação, actuando como uma espécie de barreira invisível que constrange o pensamento e acção». O «realismo capitalista» e a racionalidade neoliberal surgem, assim, como a ordem natural cujas únicas possibilidades se reduzem à reprodução do existente ou à tentativa de humanizar, de reformar ou de mitigar os seus excessos. A reforma, o "distanciamento irónico" ou o "distanciamento performativo ou folclórico" têm sido os sintomas da incapacidade do anti-capitalismo corporizar e oferecer uma alternativa real ao realismo capitalista.

O pós-fascismo, que podemos incluir igualmente na categoria do "distanciamento performativo ou folclórico", também não põe em causa esta ordem natural das coisas estabelecida pelo

realismo capitalista. Num sistema capilar, cibernético e globalizado que, como ordem natural, tende a apresentar-se sem rosto, apontar a corrupção deste ou daquele capitalista ou político não corresponde à denúncia ou à rejeição do sistema em si, insere-se plenamente no quadro da encenação auto-correctora e auto-reguladora fundamental à manutenção da ordem neoliberal. Esta ordem é composta por um conjunto de dispositivos de controlo, de disciplina, de moralização e de punição que subsumem as alternativas radicais à sua superação. Dispositivos que encontramos quer nos fascismos históricos quer nos programas – também apresentados numa lógica pós-ideológica – dos pós-fascismos do século XXI.

Se o pós-fascismo, na sua vertente institucional, se procura distanciar publicamente da violência política e tende a ocultar as suas ligações aos grupos neonazis e paramilitares que o apoiam, não deixa de caucionar discursivamente a violência simbólica e/ou material sobre os desqualificados, desumanizados ou marginais do seu programa ideológico. Os dispositivos de punição e a lógica da violência sobre os vencidos e os subalternos não está, de todo, ausente, da prática política neoliberal. As políticas de austeridade ou os denominados programas de reajustamento, são justamente uma sublimação do carácter punitivo e violento do neoliberalismo.

Trata-se de uma violência quotidiana, cuja compreensão beneficia de algumas leituras feitas por Édouard Louis relativamente à pobreza no nordeste de França. Louis apresenta a política como «uma questão de vida ou de morte» para os mais vulneráveis da sociedade e a história dos seus corpos como acusação da história política. Pelo contrário, a política não tem impacto significativo na vida das «pessoas que têm tudo»: podem queixar-se de qualquer governo sem que esse descontentamento seja originado pela fome, pela miséria ou pela doença. Assim, afirma Louis, «para os poderosos [...] a política é uma questão estética: uma maneira de se conceber, uma maneira de ver o mundo, de construir a própria personalidade. Para nós, era viver ou morrer».

Louis encara a política a partir da perspetiva dos de baixo, dos corpos, da saúde, da vida e da morte dos subalternos – a política, exercida pelos que ocupam uma posição privilegiada na hierarquia socioeconómica, pode, potencialmente, decidir o destino dos que estão na base. É este o tipo de violência no quotidiano organizado e executado pelo neoliberalismo. Uma violência simbólica e material que tende a assacar responsabilidades individuais apenas aos pobres e que os faz pagar uma parte desproporcional dos "sacrifícios" dos reajustamentos.

Por fim, os projectos políticos, ideológicos, sócio-económicos e culturais do pós-fascismo e do neoliberalismo têm a mesma ambição: restaurar uma sociedade hierárquica cristalizada, logo profundamente desigual. A restauração dos privilégios – sejam

eles de natureza económica, cívica, étnica, racial, social, sexual ou de género – é, simultaneamente, a restauração da ética e da moral associada à exclusão, à desqualificação e à subalternização sociais. O mito da meritocracia e do elevador social através da educação, do trabalho ou do empreendedorismo cumpre o papel de instrumento de reprodução do privilégio e da desqualificação, de legitimação da subalternização económica, social e política dos vencidos e de condicionamento ou de eliminação da possibilidade das alternativas radicais – se todos podem triunfar e ninguém está excluído à partida, não é o sistema que é inerentemente penalizador da pobreza e, portanto, condenável e rejeitável por inteiro. O mito do mérito e a celebração do empreendedor, substituto do mito do legionário do fascismo, são dispositivos nucleares da ideologia e do organicismo social do pós-fascismo e do neoliberalismo.

Se essa restauração é a dos privilégios do capital em relação ao trabalho, à sociedade e ao Estado ou a dos privilégios do homem branco e da sociedade patriarcal e heteronormativa, a verdade é que tende a punir e a subalternizar os mesmos grupos sociais. Em ambos os casos, a restauração visa criminalizar a pobreza e a diferença e eliminar a possibilidade da dissidência e da alternativa.

A hipervalorização, nem sempre expressa explicitamente, da categoria do "inimigo", do "outro", do "estranho", do "fraco", do "incapaz" corresponde à restauração das desigualdades naturais entre os homens – desigualdades de ordem anímica, étnica, racial, intelectual, de género ou de carácter – como elemento estruturador das relações sociais. Os empreendedores, os fortes, os corajosos, os intelectualmente superiores – o capital e o homem branco – têm o direito e o dever de impor a sua vontade e a sua visão do mundo. Têm também o direito, o dever e o poder de vigiar, disciplinar, excluir ou eliminar os inferiores ou desconformes.

É por todas estas razões que o neoliberalismo tem uma natureza potenciadora do fascismo e que para compreender o recrudescimento da extrema-direita no século XXI é fundamental situar o pós-fascismo teorizado por Enzo Traverso no interior do democracia neoliberal – não como uma aberração ou uma doença, mas como um sintoma da anomia social ou, como a definiu Mark Fisher, da impotência reflexiva provocada pelo mesmo. Mais ainda, podemos ver o pós-fascismo como uma expressão lógica e coerente do neoliberalismo, sendo um instrumento mais para a sua perpetuação.

Notas

1. Nietzsche, Friedrich – *O Nascimento da Tragédia/Acerca da Verdade e da Mentira*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997, p. 221.
2. Blanchot, Maurice – *A Literatura e O Direito à Morte*. Lisboa: Sr. Teste, 2020, p. 47.
3. Nietzsche, Friedrich – *O Nascimento da Tragédia/Acerca da Verdade e da Mentira*, p. 222.
4. Nietzsche, Friedrich – *O Nascimento da Tragédia/Acerca da Verdade e da Mentira*, p. 223.
5. Habermas, Jürgen – Concerning the Public Use of History. *New German Critique*, n. º 44 (1988), p. 40-50.
6. Benjamin, Walter – *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2017, p. 17.
7. Traverso, Enzo – *La Historia Como Campo de Batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 21.
8. Lacapra, Dominick – *Historia em Tránsito: Experiencia, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
9. Mudde, Cas. *On extremism and democracy in Europe*. Londres: Routledge, 2016.
10. Eatwell, Roger; Goodwin, Matthew – *National Populism. The Revolt Against Liberal Democracy*. Londres: Pelican Books, 2018.
11. Gentile, Emilio. *Fascismo: Storia e interpretazione*. 15.ª edição. Roma: Laterza, 2023, p. 35.
12. Gentile, Emilio. *Fascismo: Storia e interpretazione*, p. 35.
13. Gentile, Emilio. *Fascismo: Storia e interpretazione*, p. 38.
14. Gentile, Emilio. *Fascismo: Storia e interpretazione*, p. 41.
15. Griffin, Roger. *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*. *Ebook*. Cambridge: Polity, 2018.
16. Griffin, Roger. *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*.
17. Beyme, Klaus von – *Rightwing Populism: An Element of Neodemocracy*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2019, p. 30-32.
18. Mudde, Cas. *On extremism and democracy in Europe*, p. 3.
19. Traverso, Enzo – *The New Faces of Fascism. Populism and the far right*. Londres: Verso, 2019, p. 17.
20. Traverso, Enzo – *The New Faces of Fascism. Populism and the far right*, p. 17.
21. Traverso, Enzo. *Le Metamorfosi delle Destre Radicali nel XXI Secolo*. *Ebook*. Milão: Feltrinelli, 2019.
22. Adorno, Theodor W. *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 11.
23. Adorno, Theodor W. *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*, p. 23.
24. Micocci, Andrea; Di Maio, Flavia. *The Fascist Nature of Neoliberalism*. Nova Iorque: Routledge, 2018, p. 3.
25. Dorey, Peter – *British Conservatism. The Politics and Philosophy of Inequality*. Londres: I.B. Tauris, 2011.
26. Traverso, Enzo – *La Historia Como Campo de Batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*, p. 12.
27. Traverso, Enzo – *La Historia Como Campo de Batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*, p. 12.
28. Lacapra, Dominick – *Historia em Tránsito: Experiencia, identidade, teoria crítica*, p. 15.
29. Biebricher, Thomas. *The Political Theory of Neoliberalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019, p. 208-210.
30. Micocci, Andrea; Di Maio, Flavia. *The Fascist Nature of Neoliberalism*, p.44-45.
31. Han, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio d'Água, 2015, p. 14
32. Han, Byung-Chul. *Psicopolítica*, p. 16.
33. Fisher, Mark. *Realismo Capitalista. Não Haverá Alternativa?*. Lisboa: VS. Editor, 2020, p. 19-20.
34. Fisher, Mark. *Realismo Capitalista. Não Haverá Alternativa*, p. 21.
35. Fisher, Mark. *Realismo Capitalista. Não Haverá Alternativa*, p. 31.
36. Louis, Édouard. *Quem Matou o Meu Pai*. Amadora: Elsinore, 2020, p. 65-70.
37. Louis, Édouard. *Quem Matou o Meu Pai*, p. 66.

Referências

Adorno, Theodor W. *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*. Lisboa: Edições 70, 2020.

Benjamin, Walter – *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2017.

Beyme, Klaus von – *Rightwing Populism: An Element of Neodemocracy*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2019.

Biebricher, Thomas. *The Political Theory of Neoliberalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

Blanchot, Maurice – *A Literatura e O Direito à Morte*. Lisboa: Sr. Teste, 2020.

Dorey, Peter – *British Conservatism. The Politics and Philosophy of Inequality*. Londres: I.B. Tauris, 2011.

Eatwell, Roger; Goodwin, Matthew – *National Populism. The Revolt Against Liberal Democracy*. Londres: Pelican Books, 2018.

Fisher, Mark. *Realismo Capitalista. Não Haverá Alternativa?*. Lisboa: VS. Editor, 2020.

Gentile, Emilio. *Fascismo: Storia e interpretazione*. 15.ª edição. Roma: Laterza, 2023.

Griffin, Roger. *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*. *Ebook*. Cambridge: Polity, 2018.

Habermas, Jürgen – Concerning the Public Use of History. *New German Critique*, n.º 44 (1988).

Han, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio d'Água, 2015.

Lacapra, Dominick – *Historia em Tránsito: Experiencia, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

Louis, Édouard. *Quem Matou o Meu Pai*. Amadora: Elsinore, 2020.

Mudde, Cas. *On extremism and democracy in Europe*. Londres: Routledge, 2016.

Nietzsche, Friedrich – *O Nascimento da Tragédia / Acerca da Verdade e da Mentira*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

Traverso, Enzo – *La Historia Como Campo de Batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

Traverso, Enzo – *The New Faces of Fascism. Populism and the far right*. Londres: Verso, 2019.

Traverso, Enzo. *Le Metamorfosi delle Destre Radicali nel XXI Secolo*. *Ebook*. Milão: Feltrinelli, 2019.

MARÍLIA GAGO *

Ser ou não ser: (Des)colonização e identidade(s) Portuguesa

*
Departamento de Literacias, Didática e Supervisão do Instituto de Educação da Universidade do Minho e CITCEM

Resumo

A História Pública materializada no modo como o passado é narrado publicamente articula-se de formas diversas com a identidade e a memória individual e coletiva. A (des)colonização portuguesa é um passado doloroso e controverso. Entre omissões e silêncios, vai-se assistindo a um debate público entre uma narrativa única/mito e narrativas perspetivadas. Este debate tem reflexos na História Disciplinar. Apresenta-se uma síntese analítica deste debate público (historiadores, jornalistas, políticos, ativistas) e as ideias que emergiram de estudos realizados entre professores, futuros professores de História e estudantes de História no fim dos dois ciclos de ensino da escolaridade obrigatória.

Portugal tem assistido ao debate acerca do restauro ou da demolição de marcas dos descobrimentos e do colonialismo, promovidas pela arquitetura salazarista. Após o "silêncio dos inocentes", que dura desde a reposição da democracia a 25 abril de 1974, hoje a poeira do passado é debatida. Várias vozes se levantam: umas pautam-se por uma agenda de conflito nacionalista assente no mito e outras por um diálogo histórico com olhos no futuro. Restaurar ou demolir monumentos como o Padrão dos Descobrimentos e os brasões do Jardim da Praça do Império? Silenciar ou debater a Guerra Colonial, a Descolonização e o movimento dos Retornados? De que forma os silêncios têm (en)formado a identidade(s)? Várias são as questões que emergem ...

A natureza coletiva da História é em parte memória. A memória pode ser entendida como recordação *a posteriori* que pode iluminar o passado e proceder à "fixação", por meio de qualquer linguagem, o que aconteceu, como e porque aconteceu.

A memória pode substanciar-se numa tradição efetiva, numa fascinação de alteridade, numa pressão traumática e/ou num esquecimento. Por seu turno, a identidade é construída no enlace de várias dimensões da vida do ser humano, tendo a História e as "estórias" um papel relevante nessa construção. Assim, é premente termos uma visão acerca das ideias que surgem entre os agentes educativos da História disciplinar e compreender como esta (en)forma a História pública.

Palavras-chave: Educação Histórica, História Pública, História disciplinar escolar, Narrativa Histórica, Identidade Histórica.

Abstract

Public History materialized in the way the past is publicly narrated articulates in different ways with individual and collective identity and memory. Portuguese (de) colonization is a painful and controversial past. Between omissions and silences, there is a public debate between a single narrative/myth and perspectival narratives. This debate is reflected in the History Discipline. We present an analytical synthesis of this public debate (historians, journalists, politicians, activists) and the ideas that emerged from studies carried out among teachers, future history teachers and history students at the end of the two cycles of compulsory education.

Portugal has seen the debate about the restoration or demolition of the marks of the discoveries and colonialism, promoted by the Salazar architecture. After the "silence of the innocent" that has lasted since the restoration of democracy on April 25th, 1974, today the dust of the past is being debated. Several voices are being raised: some are guided by an agenda of nationalist conflict based on myth and others by a historical dialogue with an eye to the future. Restore or demolish monuments such as the Monument to the Discoveries and the coat of arms in the Praça do Império garden? Silence or debate the Colonial War, Decolonization and the Returnees movement? In what ways have silences (en)formed identity(ies)? Several are the questions that emerge ...

The collective nature of history is in part memory. Memory can be understood as a posteriori recollection that can illuminate the past and proceed to "fix", by means of any language, what happened, how and why it happened. Memory can be substantiated by an effective tradition, a fascination with otherness, traumatic pressure, and/or forgetfulness. In turn, identity is constructed in the intertwining of several dimensions of the human being's life, with history and "stories" playing a

relevant role in this construction. Thus, it is urgent to have a vision about the ideas that arise among the educational agents of disciplinary History and to understand how it (en)forms public History.

Keywords: History Education, Public History, Disciplinary School History, Historical Narrative, Historical Identity.

Introdução

As realidades do passado são narradas de diversas formas, em vários suportes e estas narrativas têm diferentes estatutos. A narrativa histórica, que materializa a consciência histórica, articula a identidade, a memória e a orientação temporal que contribuem para a tomada de decisão e a ação. Considera-se que é multiperspetivada quer na construção de sentido e significado quer nas suas intenções atendendo à audiência que perspetiva. Esta face material da consciência histórica pode ser substanciada em narrativas escritas, orais, mas também materiais como podem ser considerados os monumentos.

Os monumentos são mais do que "objetos"; têm uma importante função na sociedade, geram narrativas para orientação da vida e a formação da identidade, as quais formam as memórias públicas, a construção de comunidades e os comportamentos sociais. Neste sentido, podem ser considerados como elementos da História pública. Quando o que se narra está associado a um passado "doloroso"/"controverso", podemos assistir a omissões e a silêncios, oscilando o debate público entre uma narrativa única/mito e narrativas perspetivadas. Esta construção pública de sentido de realidades do passado tem um papel crucial no campo da História escolar disciplinar.

Os estudantes trazem consigo todo um mundo prévio de fazer sentido do mundo e de como este funciona, bem como uma visão própria construída socialmente acerca da realidade seja esta do passado e/ou do presente. Ora este mundo prévio tem de ser atendido de forma explícita na História escolar disciplinar, para que tenhamos alguma oportunidade de debater, desafiar e/ou complementar essas ideias. Assim, o primeiro passo para o desafio cognitivo e a construção de pensamento histórico passa por tornar consciente este mundo prévio de vivências, experiências, ideias, interesses e carências dos estudantes. Com base neste mundo prévio debater os vários discursos narrativos presentes nas diversas fontes históricas, de modo a analisá-los, cruzá-los, interpretá-los e reconstruir, de forma interperspetivada, o passado através da narrativa histórica.

Na articulação entre a História pública e a História escolar disciplinar, os monumentos podem ser "lidos" como narrativas

quando questionamos, por exemplo: o que é que os edificadores dos monumentos fizeram desse passado nessa altura?; e, em que medida ou como é que esta narrativa se adequa na minha/nossa relação com aquele passado? Deste modo, pode-se contribuir para a compreensão dos "outros" e a decisão que fazemos acerca do nosso próprio sentido narrativo.

Já no que se refere à Educação Histórica, a narrativa histórica deve ser pensada e trabalhada no contexto escolar, mas também extraescolar, de modo a contribuir para uma "leitura" e compreensão contextualizada das intenções, dos objetivos e das finalidades da própria narrativa, atendendo à multiperspetiva dos agentes históricos e dos historiadores. Assim, pretende-se que os estudantes construam sentido e significado da realidade estudada, ancorado no debate da pluralidade, da diferença, mas para além de atender ao exclusivismo e discriminação dessa realidade especificamente contextualizada desafiar os estudantes a procurarem o "*togetherness*", o que nos une enquanto seres humanos de várias e distintas realidades sejam do passado, sejam do presente. Considera-se que debate e esta procura poderá contribuir para o fomento do respeito pela dignidade humana, para uma compreensão interperspetivada, raiz e futo de um diálogo intercultural (diferenciado no tempo, no espaço, nos valores, nas tradições – ou seja, na cultura). Almeja-se contribuir para o desenvolvimento de uma consciência histórica mais sofisticada – numa lógica do "eu" e o "nós" a ir sendo.

A narrativa histórica é concebida como enlaçada na consciência histórica. Desta forma, apresenta-se, na linha das propostas de Rusen (1993, 2016) como uma operação fundamental da consciência histórica e a face material da consciência histórica. Mas, a narrativa para ser considerada como histórica, para além de ter de ser suportada em evidência histórica tem de ser inteligível, isto é, tem de ser coerente para que permita compreender toda a situação do passado com unidade, em que nada de relevante seja omitido e que tudo de irrelevante o seja, numa lógica de ceticismo racional. Tal ceticismo não é sinónimo de uma única narrativa, pelo contrário a multiperspetiva é algo legítimo e natural em História, logo também na sua face material – narrativa histórica multiperspetivada. Concebe-se que o "ofício do historiador" passa pelo compromisso de procurar interconexões, e numa demanda ideal, procurar o todo de um mundo histórico. Mas, o historiador não consegue conhecer "todo" o passado, tem de fazer opções, seleções tendo em consideração determinada perspetiva, numa lógica de realismo crítico (Lorenz, 1999). Assim, é crucial o criticismo mútuo das diversas perspetivas, das diversas narrativas históricas, bem como haja uma constante insatisfação de compreensão que seja proporcionadora de uma formulação mais inclusiva, menos auto/etnocentrada, e mais de distanciamento. O distanciamento socializa e desparoquializa o

trabalho do intelecto, em linha com a honestidade intelectual e a justiça possível, mas não se defende o descompromisso com a vida, entendido por outros como objetividade absoluta e neutralidade, numa lógica positivista.

Debate de História pública – monumentos de um passado "controverso"

A natureza coletiva da História expressa-se e (en)forma a memória e a identidade. A memória pode ser entendida como recordação *a posteriori* que pode iluminar o passado e proceder à "fixação", através de qualquer linguagem, acerca do que aconteceu, como e porque aconteceu. O passado é em parte presente, pois quando o questionamos, fazemo-lo a partir das necessidades e interesses do presente.

Recentemente, em Portugal, assistimos a um debate nos *media* acerca de como agir no presente relativamente a alguns monumentos – o restauro ou a demolição de marcas dos designados, por alguns, "descobrimentos" e do colonialismo, promovidas pela arquitetura salazarista. Após um período de mais de 40 anos (após 25 abril) em que tais questões não eram, tão pouco, levantadas, surgiu este debate. Várias vozes se levantaram: umas que parecem dar eco de uma agenda de conflito nacionalista assente no mito; e outras, que sugerem dialogar historicamente com este passado e este presente, com um olhar no futuro.
A questão debatida nos *media* foi: o que fazer com o Padrão dos Descobrimentos e os brasões do Jardim da Praça do Império?

Vários foram os intervenientes no debate, onde se esgrimiram ideias controversas e, alguns, por terem ideias diferentes chegaram a ser chamados de criminosos, traidores e bandidos. Assim, neste debate nos *media*, Helena Matos afirmou que este debate acerca do restauro ou da demolição de monumentos é uma "grande tolice", considerando que "a sociedade talvez esteja a precisar mais de psiquiatria do que outra coisa qualquer." Acrescenta que o jardim da Praça do Império não se foi degradando por acaso e questiona "Qual é que é o critério de demolição? Vamos também demolir o hospital Santa Maria por ser de arquitetura salazarista?"

Em oposição, o ativista antirracismo, Mamadou Ba defende que não se pretende alterar as marcas em si do colonialismo, mas sim alterar na sociedade portuguesa como nos queremos projetar no futuro. Considera que a identidade "não é uma coisa estática, mas dinâmica, e que há pessoas que resultaram desse processo histórico que vivem entre nós e que se sentem agredidas por esta reificação permanente da história". Assume que é uma

responsabilidade coletiva, apostar no futuro e fazer com que o passado não se repita e que "as crianças que nascem hoje em Portugal se sintam refletidas no imaginário coletivo, na narrativa coletiva".

Vários historiadores foram também intervenientes neste debate aceso. Francisco Bettencourt, historiador no King's College of London, considerou que o colonialismo é algo sempre violento e que seria importante que Portugal não estivesse a revisitar nostalgicamente esse passado, seguindo agendas políticas da extrema direita. Defende que não se trata de reescrever a história e que a memória está relacionada com as perceções das pessoas. Ao restaurar o jardim da Praça do Império estar-se-ia a restaurar uma nostalgia de um passado colonial. Portugal deveria "olhar para o futuro e ter uma atitude de ligação com os países independentes e não estar a restaurar brasões que os diminuem, que os humilham".

António Araújo, jurista e historiador, considerou que é fulcral ultrapassar a mitologia colonialista, bem como uma mitologia masoquista com que se quer marcar o presente e o futuro.
É necessário pensar o passado de forma distanciada, aceitando a pluralidade de interpretações e evitando dinâmica de confronto

Rui Tavares, historiador e líder político, considerou que nunca é fácil lidar com a memória histórica, mas que este debate pode ser desafiante, entusiasmante e uma prova de maturidade coletiva. Cada sociedade deve olhar para o seu passado holísticamente, atendendo às glórias, assim como às injustiças e às crueldades. Argumenta que a memória histórica não está a ser debatida nos *media*, uma vez que o seu foco é o entretimento, caricaturas acerca da história e de posições contrárias. Aponta que muitas das polémicas que surgem de forma inflamada se devem a, talvez, um conhecimento pouco aprofundado da realidade histórica.

Como podemos observar várias são as visões destes intervenientes no debate público parecendo estar em linha com formas de tentar compreender o passado e a sua representação pública de formas distintas. E no meio educativo, como pensam os professores de História acerca destes passados "controversos"?

Investigação em Educação Histórica – controvérsia

Na procura de compreender como nas escolas portuguesas se abordam os passados controversos, realizou-se um estudo exploratório qualitativo-descritivo, que contou com a participação de professores de História portugueses com uma média de idade de 48,8 anos e uma média de tempo de serviço de 20,3 anos. Assim, questionou-se através de entrevista qual seria a melhor opção

para abordar a realidade histórica da descolonização portuguesa. Solicitou-se que os professores selecionassem uma de duas hipóteses de como abordar a questão da descolonização pós 25 de abril de 1974 e justificassem a sua opção. As opções propostas foram de o professor abordar o tema

a. de forma abrangente, mas tendo em mente que o retorno dos Portugueses de Ultramar após o 25 de Abril foi o processo menos conseguido desta revolução que defendia a democracia e a liberdade;
b. sem abordar se foi, ou não, um processo menos conseguido desta revolução, pois não queria correr o risco de os alunos se fixarem neste aspeto e construírem uma visão deturpada do 25 de Abril.

Os participantes foram oscilando na seleção entre as duas opções. Mas, as justificações apresentadas foram similares e pautavam-se pela procura de imparcialidade. Assim, os professores que escolheram a opção a. justificam a sua escolha por

> "Apesar de considerar que o processo não foi bem conseguido, mas também não foi obrigatoriamente o menos conseguido... carece de mais investigação (...) parece-me que é o que permite uma abordagem mais imparcial".

Os professores que escolheram a opção b., justificam que

> "Quando leciono temáticas que possam implicar abordagens controversas, há que explorar (...) não emitindo juízos de valor..."
> "Como docente, tento transmitir os dados históricos numa perspetiva imparcial".

Parece haver uma perspetiva de evitar trazer para a sala de aula o passado "controverso" fruto das identidades construídas. Mas, houve uma professora de História portuguesa, a lecionar numa escola portuguesa localizada num dos territórios que se tornou independente de Portugal, que considerou necessário existir uma terceira opção. Conforme refere

> "uma vez que os alunos têm nos seus contextos familiares histórias sobre "retornados" e /ou elementos que defenderam ou estiveram relacionados com a luta pela independência da colónia, posteriormente pediria para analisar fontes variadas (escritas, iconográficas e documentários) que retratassem as várias perspetivas do processo (...). Num momento final poderia ainda haver

> espaço para uma reflexão, por exemplo, sobre a diferença entre "memória" e a "História" (...)."

As ideias apresentadas pelos professores de História portugueses parecem ir ao encontro de outros estudos acerca de como os estudantes e professores de História pensam acerca da multiperspetiva em História e da identidade.

Investigação em Educação Histórica – multiperspetiva

No âmbito do estudo "Projeto formar opinião na aula de história" que contou com a participação de oitenta e três estudantes de 6º ano de escolaridade, com uma média de 11 anos de idade (Barca & Gago, 2001; 2021), foi proposto que estes analisassem várias perspetivas acerca da Guerra Colonial e da Descolonização portuguesa. Assim, os estudantes deveriam atender a quatro narrativas de diferentes autores. A saber o Discurso de António de Oliveira Salazar, 17 maio 1931; o Discurso de Marcello Caetano, *Pelo Futuro de Portugal*, 1968; a Declaração do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) acerca do assassinato do líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), 1973; e um excerto de um livro de Manuela Silva, *Portugal pode passar sem as colónias?*, 2ª Edição, 1974 – a primeira edição foi publicada na clandestinidade.

Este material histórico foi acompanhado de um conjunto orientador de questões atendendo a quatro fases de diferentes intencionalidades educativas: Fase I – Pergunta preparatória para a compreensão das diferentes mensagens; Fase II – Cruzamento de fontes – semelhanças e diferenças de sentido entre as mensagens produzidas – perguntas-retrato de diversas posturas; Fase III – Cruzamento de fontes: reflexão e fundamentação da opinião; Fase IV – Problematização: relação passado e presente.

Aqui propõe-se um novo olhar às ideias que surgiram em resposta a quatro questões que constituíam a Fase III – Cruzamento de fontes: reflexão e fundamentação da opinião, nomeadamente, as questões:

4. Na tua opinião, porque razão os autores dos textos 2 e 3 discordam quanto à independência dos territórios africanos?
5. Encontras algumas razões no texto 1 que suportem as ideias do texto 2 quanto à política colonizadora de Portugal?

7. Os autores dos textos 1 e 2 terão as mesmas ideias políticas do que os autores dos textos 3 e 4 quanto aos territórios africanos?

E uma questão que compunha a Fase IV – Problematização: relação passado e presente, a saber:

11. De todos os textos, qual é o que na tua opinião se aproxima mais da realidade sentida pela população portuguesa hoje? Justifica a tua resposta.

As ideias que surgiram nas respostas a estas questões sugeriram três perfis de ideias dos estudantes, que se apresentam do mais para o menos frequente. Assim, a maioria dos estudantes demonstraram ideias que se pautam por uma descrição dos dois pontos de vista sem tomarem uma decisão. Como podemos observar no seguinte exemplo

> "Eles discordam quanto à independência dos territórios africanos porque os autores do texto 3 queriam a independência porque eram habitantes de uma das colónias de Portugal e queriam ter liberdade e o Marcelo Caetano não queria a independência das colónias de Portugal". (Antónia)

Outros estudantes apresentam ideias focalizadas na preocupação com os "nossos", em que as decisões se pautam pela proteção do "nós" coletivo. Como nos refere a Manuela

> "É o 2 [ponto de vista de Marcello Caetano], porque se calha de termos parentes sem possibilidades de voltar para Portugal continental, e se essa colónia quer ficar independente, nós não devemos deixar". (Manuela)

Mas, outros estudantes, embora em menor número, consideram que devemos compreender de forma mais ampla e dialogante os diversos pontos de vista, e no debate crítico tomar uma decisão mais fundamentada e dialogante entre o "nós e os outros". Como refere a Joana,

> "Os textos 2 [discurso de Marcello Caetano] e 3 [Declaração do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) acerca do assassinato do líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC] discordam quanto à independência porque Marcelo Caetano é que mandava nos Angolanos e os Angolanos queriam a independência."
> "Porque as colónias merecem a independência".

O modo como estes estudantes de 6º ano de escolaridade pensam a multiperspetiva histórica e se orientam temporalmente quanto a um passado que pode ser considerado como "controverso" parece não ser muito distinta das ideias apresentadas pelos professores de História participantes no estudo exploratório supramencionado. Urge atender a estas ideias e agir de forma a promover uma Educação Histórica mais sofisticada.

Estas ideias quer de professores de História quer de estudantes de 6º ano de escolaridade podem estar associadas a diferentes modos de pensar a identidade pessoal e coletiva.

Investigação em Educação Histórica – Identidade

A identidade é compreendida como um dos elementos que (en) forma a consciência histórica na linha de pensamento de Rüsen (1993, 2016), em relação com a memória e a orientação temporal que ganham sentido e singificado através da narrativa histórica. Neste sentido, as narrativas abreviadas que são expressas por símbolos ou a enunicação de certos acontecimentos marcantes, podem ser o reflexo de identidade.

Partilhando-se estas ideias em diferentes estudos (Gago, 2018, 2020, 2021; Solé e Gago, 2021) procurou-se compreender a valorização atribuída por futuros Professores de História e Professores de História portugueses, bem como de estudantes portugueses do norte, centro e sul de 9º ano de escolaridade (ano final em que a História é curricularmente obrigatória para todos os estudantes) aos seguintes símbolos de identidade, propondo-se a seguinte questão de ordenação de importância

1. Ordene de 1 (mais) a 7 (menos), os seguintes simbolos que representariam a sua identidade:
   a. a bandeira;
   b. o hino;
   c. bacalhau com todos;
   d. o cravo vermelho;
   e. as caravelas;
   f. a língua;
   g. o fado;
   h. o vinho do Porto.

Apresenta-se na tabela 1, a análise quantitativa das valorizações atribuídas pelos diferentes participantes nos estudos referidos através de medidas estatísticas de tendência central (média, moda e mediana). Assim, os três símbolos que são considerados como mais importantes são a Língua, a Bandeira e o Hino, realçando-se

Futuros e Professores de História Gago (2018)	Estudantes 9º ano de escolaridade Gago (2020)	Futuros Professores de História Gago (2021) Solé e Gago (2021)
Língua	**Bandeira**	**Língua**
Bandeira	**Hino**	**Bandeira**
Hino	**Língua**	**Cravo Vermelho**
Cravo Vermelho	Caravelas	Caravelas
Vinho do Porto	Cravo Vermelho	Vinho do Porto
Bacalhau	Bacalhau	Bacalhau

Tabela 1
Valorização de símbolos de identidade

que para os Futuros Professores de História que participaram no estudo de 2021 referem a Língua, a Bandeira e o Cravo Vermelho, tendo este último símbolo sido valorizado em quarto lugar no estudo de Gago (2018) e em quinto lugar no estudo de Gago (2020), em que participaram os estudantes de 9º ano de escolaridade.

Uma outra questão foi colocada nos estudos de investigação já referidos. Neste caso solicitava-se que os participantes (futuros professores de História, professores de História e estudantes de 9º ano de escolaridade) escolhessem quatro narrativas abreviadas de oito propostas, por ordem de importância. Quatro das narrativas históricas podem ser consideradas como tendo um pendor positivo e as outras quatro um pendor negativo atendendo ao passado a que remetem. A saber,

2. De entre as seguintes narrativas abreviadas escolha 4, por ordem de importância, para a História de Portugal:
   a. Descobrimentos;
   b. Colonização;
   c. D. Afonso Henriques;
   d. Estado Novo;
   e. 25 de Abril;
   f. Dar novos mundos ao mundo;
   g. Cauda da Europa;
   h. D. Sebastião.

Na tabela 2 pode-se observar as narrativas abreviadas mais escolhidas pelos participantes de cada um dos estudos. Assim, as opções mais valorizadas são D. Afonso Henriques, Descobrimentos, 25 de abril e Dar novos mundos ao mundo. Assim, parece poder-se afirmar que quer futuros professores de História, quer professores de História e estudantes de 9º ano de escolaridade se reveem num passado fundacional atribuindo uma grande significância a D. Afonso Henriques. A revolução para a reposição da democracia em Portugal, 25 de abril, surge nos participantes mais jovens, estudantes de 9º ano de escolaridade e futuros professores de História, como a segunda e a primeira narrativa abreviada mais

Futuros e Professores de História Gago (2018)	Estudantes 9º ano de escolaridade Gago (2020)	Futuros Professores de História Gago (2021) Solé e Gago (2021)
D. Afonso Henriques	**D. Afonso Henriques**	**25 abril**
Descobrimentos	**25 abril**	**D. Afonso Henriques**
Dar novos mundos ao mundo	**Dar novos mundos ao mundo**	**Descobrimentos**
Estado Novo	Estado Novo	Estado Novo
D. Sebastião	D. Sebastião	Colonização
Cauda da Europa	Cauda da Europa	D. Sebastião

Tabela 2
Valorização de narrativas abreviadas

relevantes, respetivamente, o que pode sugerir o enfoque dado por estes jovens e jovens adultos a uma realidade do passado, não muito remoto, que marca o seu presente decisivamente. O passado glorioso associado à Expansão Marítima integra as três narrativas abreviadas consideradas como mais significantes pelos participantes dos estudos referidos.

Algumas considerações

O debate público alicerçado e alicerce de identidade quer individual quer coletiva parece apontar para ideias de uma narrativa única, fixa e imutável, assente numa lógica de construção de mito fundacional e glorioso assente no mito. Mas, estas ideias da esfera da História pública parecem surgir também entre os principais intervenientes da História escolar disciplinar – futuros professores de História, professores de História e estudantes. Neste sentido, emerge uma tensão entre a narrativa mítica, na aceção de Rüsen (1993, 2016), e uma narrativa histórica perspetivada e construída dinamicamente (en)formando identidade(s) que dialogam interculturalmente, que se procura, na esfera disciplinar, desenvolver.

A História pública, palco por excelência de políticos e *media*, tem dado respostas insatisfatórias que têm reforçado o sectarismo e os confrontos partidários. As políticas públicas devem resgatar as questões memoriais para a esfera política e social, e fomentar mais o envolvimento social e as directrizes de ação das sociedades/comunidades fruto de diálogos identitários.

A História escolar disciplinar, que deve assentar numa perspetiva educativa de construtivismo social e de epistemologia da História de realismo interno, tem de prestar mais atenção à cultura histórica, em grande medida construída pela História pública, pois os estudantes trazem para as experiências educativas e escolares, expriências e vivências que têm de ser engajadas explicitamente na construção do seu pensamento e conhecimento histórico. Assim, é crucial, ainda mais quando se

abordam passados considerados como ”controversos”, debater de forma explícita, crítica e dialogante acerca das infra-estruturas mnemónicas, muitas vezes fundacionais e míticas, de modo a contribuir para a tomada de decisão mais fundamnetada, de modo que a ação seja mais consciente e atenda a uma orientação temporal mais ampla, alargada e abrangente. Duas questões de investigação surgem como relevantes neste campo: será que a história pública tende a “manter” ideias de narrativas cristalizadas aprendidas na escola? E será que a escola tende a “manter” ideias da história pública em nome de um “bem comum”?

No campo epistemológico emergente de Educação Histórica em termos conceptuais é premente continuar o debate em torno de um novo Humanismo, uma vez que o Humanismo da Modernidade não tem conseguido dar as respostas desejadas relativamente à equidade e ao respeito da dignidade humana, sendo que é necessário focalizarmo-nos no que nos une com respeito pelo que nos diferencia (Rüsen, 2015). Num outro ângulo de ação deve continuar-se a investigação focalizada em situações educativas concretas, isto é, no trabalho em sala de aula e fora desta (Lee, 2005). Este enfoque na ação educativa deve ser centralizado em situações que promovam aprender a distinguir assunções racionais de pressupostos emocionais orientados por interesses pessoais ou de grupos – políticos, económicos, nacionais, etc. (Oakeshott, 1933). Assim, em termos educativos é necessário propor desafios que permitam que os estudantes desenvolvam a sua competência narrativa que, por seu turno, contribui para a formação de uma consciência histórica em desenvolvimento e, logo, da identidade. Atendendo às questões associadas aos modos como se faz sentido e se dá significado aos monumentos é premente que os estudantes sejam desafiados com questões de diferentes graus de sofisticação que possam contribuir para o desenvolvimento do pensamento histórico numa lógica de progressão em espiral ascendente de sofisticação. Nesta linha, para além de um questionamento mais facial ancorado em questões como: por que é foi edificado...? Por quem? Com que propósitos (informar, comemorar, lamentar, envolver, recordar)? Avançar para o desenvolvimento de pensamento histórico com questões como: é significante recordar este evento/agente histórico/...? Por quem? Sob que normas, critérios? Que “estórias” eu/nós podemos aprender acerca deste evento/desta pessoa? Eu/nós temos uma obrigação para com ele ou para com o seu legado? Como é que este monumento afeta as minhas/nossas visões acerca do passado/futuro? Mas, a competência narrativa como modo de dar sentido e desenvolvimento de consciência histórica pode ser desafiada quando questionamos: que narrativas acerca de ... têm sido contadas? Como é que essas narrativas se têm alterado ao longo do tempo? Que perspetivas e juízos de valor encerram? Como é que eu/nós podemos julgar narrativas que competem? Com que

fundamentos/suporte? Bem como procurar debater acerca do papel que estas narrativas do passado podem ter quer no presente quer nos horizontes de expectativa: que narrativas atuais podemos contar acerca de ...? Como é que essas narrativas enriquecem a nossa compreensão do passado? Como é que essas narrativas podem ser respresentadas (ou não) em memoriais?

Todas estas propostas têm como objetivo potenciar um entendimento empático intercultural, em que a história de cada um ingressa na pluralidade das inúmeras perspetivas que dialogam criticamente, sem abdicar da sua própria identidade em permanente reconstrução.

Referências

Barca, Isabel & Gago, Marília – Aprender a Pensar em História. *Revista Portuguesa de Educação*. 14:1 (2001) 239-260.

Barca, Isabel & Gago, Marília – *A Guerra Colonial em contexto educativo: das fontes à consciência histórica.* Museu da Guerra Colonial – Vila Nova de Famalicão: Conferência – A Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974) entre a História e a Memória, 2021.

Gago, Marília – *Consciência Histórica e Narrativa na Aula de História – conceções de professores,* Porto: CITCEM, 2018. Disponível em: WWW: <URL: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17446.pdf>.

Gago, Marília – A aula-oficina na caminhada de aprender a ser professor de História. *Roteiro*. 45 (2020) 1-18. Disponível em: WWW: <URL: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21736>.

Gago, Marília – Pensamento histórico de crianças, jovens e professores: um olhar interperspetivado acerca da explicação-narrativa histórica. In ALVES, Luís Alberto Marques; GAGO, Marília; LAGARTO, Mariana (Coord.) – *Vinte Anos das Jornadas Internacionais em Educação Histórica*. CITCEM, 2021. pp.181-198.

Lee, Peter – Walking backwards into tomorrow' Historical consciousness and understanding history. *The International Journal*. 4:1, 2005.

Lorenz, Chris – You got your history, I got mine. Some reflections on truth and objectivity in History. *Centre for the Study of Historical Consciousness*. (1999). Disponível em: WWW: <URL: http://www.cshc.ubc.ca>.

Oakeshott, Michael – *Experience and Its Modes*. UK: Cambridge University Press, 1993.

Rüsen, Jörn – *Studies in Metahistory.* Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993.

Rüsen, Jörn – *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Rüsen, Jörn – A Função da Didática da História: A relação entre a Didática da História e a (meta) História. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo (Orgs.) – *Consciência Histórica e Interculturalidade: Investigação em Educação Histórica.* Curitiba: W&A Editores, 2016. pp. 14-42.

Solé, Glória & Gago, Marília – The history teacher education process in Portugal: A mixed method study about Professionalism development. *Humanities and Social Sciences Comunication.* 8:51 (2021). Disponível em: WWW: <URL: https://www.nature.com/articles/s41599-021-00726-9>.

GLORIA SOLÉ * | ELENI APOSTOLIDOU **

Ensino de história a jovens refugiados: um estudo comparativo entre a Grécia e Portugal

*
Departamento de Literacias, Didática e Supervisão do Instituto de Educação da Universidade do Minho e Cied

**
U. Ionina, Grécia

Este trabalho é financiado pelo CIEd – Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT."

Resumo

Este texto visa apresentar um estudo paralelo/comparativo realizado com estudantes de Educação Básica, futuros professores do ensino primário na Grécia (U. de Ioannina) e em Portugal (UMinho, Braga), realizado em 2018. Para isso, aplicou-se um questionário de resposta aberta, a 35 estudantes da Universidade do Minho (20 a 35 anos) e 35 estudantes da Universidade de Ioannina (20 a 25 anos). O estudo teve como objetivo identificar as percepções dos estudantes sobre a disciplina de história e os padrões de consciência histórica procurando responder às questões: A história como disciplina escolar facilitaria a adaptação dos filhos dos refugiados ao novo país? Como "o aumento global de refugiados desafiaria o paradigma da educação" (Catarci *et al.*, 2017) nesses dois países europeus e influenciaria as percepções dos futuros professores sobre a identidade nacional e o ensino em relação à história? Além disso, que noções de cidadania surgiriam nos futuros professores nesses dois países europeus que compartilharam um passado comum de ditaduras duradouras, ondas de emigração e imigração, e também da crise económica de 2011 em diante? Como conclusões deste estudo: os estudantes sugeriram temas da história nacional da Grécia e de Portugal, mas com semelhanças com a história comum dos refugiados, enquadrando-se na categoria «empatia»; destacaram semelhanças entre o passado dos países de acolhimento e o presente dos imigrantes/refugiados; sugeriram que as semelhanças históricas poderiam ser transformadas em "ferramentas" de ensino. Adicionalmente, a referida empatia foi demonstrada por estudantes que na primeira parte do estudo optaram por 'objetivos' que implicariam uma abordagem 'tradicional' no que diz respeito ao ensino da história.

Palavras-chave: Imigrantes; Refugiados; Ensino de História; Ideias de Professores

Abstract

This paper aims to present a parallel/comparative study carried out with Basic Education students, future elementary school teachers in Greece (U. of Ioannina) and in Portugal (UMinho, Braga), conducted in early 2020. For this purpose, an open-ended questionnaire was applied to 35 students from the University of Minho (20 to 35 years old) and 35 students from the University of Ioannina (20 to 25 years old). The study aimed to identify students' perceptions of the history discipline and patterns of historical awareness by seeking to answer the questions: would history as a school subject facilitate the adaptation of refugee children to their new country? How would "the global increase of refugees challenge the paradigm of education" (Catarci *et al.*, 2017) in these two European countries and influence future teachers' perceptions of national identity and teaching in relation to history? Furthermore, what notions of citizenship would emerge in these two European countries that shared a common past of long-lasting dictatorships, waves of emigration and immigration, and also the economic crisis from 2011 onwards? As conclusions of this study: students suggested themes from the national history of Greece and Portugal, but with similarities to the common history of refugees, falling into the category "empathy"; they highlighted similarities between the past of host countries and the present of immigrants/refugees; they suggested that historical similarities could be turned into teaching "tools". Additionally, such empathy was demonstrated by students who in the first part of the study chose 'objectives' that would imply a 'traditional' approach to teaching history.

Key words: Immigrants; Refugees; History Teaching; Teacher Ideas

Introdução: imigração/emigração na Grécia e em Portugal

Como Christopoulos disse, na Grécia as pessoas associam mais "migrar" com "emigrar" do que "imigrar" (Christopoulos, 2012, p. 161). Tradicionalmente, a Grécia, tal como outros países mediterrânicos, tem sido uma fonte de imigrantes principalmente para os EUA, uma vez que, até 1925, 500.000 pessoas gregas se tinham estabelecido na América (Christopoulos, 2012, p. 167). Outras 1.500.000 pessoas migraram para os EUA entre os anos 1940 e os anos 1970. A situação mudou nos anos 90 com a queda dos regimes comunistas, quando houve um fluxo de imigrantes económicos para a Grécia originários da Europa de Leste. Um segundo fluxo de imigrantes atingiu um pico no período 2013-2017, quando 1.112.332 refugiados atravessaram as fronteiras da Grécia (Kotsiou *et al.*, 2018). Este último fluxo de imigração deveu-se à Primavera Árabe e à Guerra Civil Síria que começou em 2011. Neste momento 57.042 refugiados estão alojados na Grécia (Kotsiou *et al.*, 2018).

De acordo com um inquérito europeu realizado em 2009, a sociedade grega parece ser notavelmente pouco convidativa em relação aos imigrantes (Consta, 2017). No entanto, Avraamidou et al (2017), que realizaram um inquérito na *Greek – Cypriot Press* para o período 2011-2015, relatam que "no conjunto de dados de 2015, os artigos pró-migração/refugiados superam claramente os artigos de opinião anti-migração/refugiados" (Avraamidou *et al.*, 2018).

Portugal, um país tradicional de emigrantes, é hoje, e cada vez mais, um país de imigrantes. Segundo Barreto (2005), Portugal pode ser historicamente definido como um país de emigração, mas desde o início dos anos 90 tornou-se um território atrativo para as migrações internacionais. Atualmente, encontramos em Portugal uma maior variedade de dinâmicas migratórias (Ferreira e Rodrigues, 2014).

Tradicionalmente Portugal, tem sido uma fonte de imigrantes principalmente para a Europa, América e África. Segundo dados da PORDATA, um total de 32.318 portugueses emigraram em 1960, tendo aumentado em 1970 para 66.360. Nas décadas seguintes, diminui, enquanto a partir de 2011 aumenta, atingindo mais de 100.000 emigrantes. Se nas décadas de 1960 e 1970 a emigração foi essencialmente para países europeus, como França, Alemanha, Suíça e Luxemburgo, em 2011, com o início da crise em Portugal, há uma emigração massiva para Inglaterra e outros países europeus (França, Espanha, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça e Luxemburgo), América (Brasil e EUA) e países africanos de língua portuguesa (Angola e Moçambique), atingindo 134.624 emigrantes em 2014 (Justino, 2016).

Segundo Barreto (2016), após 25 de Abril de 1974, vários movimentos migratórios tiveram lugar em Portugal, e 600 mil "retornados" e "expatriados" das colónias regressaram a Portugal (1974/76). Além disso, a emigração para a Europa diminuiu após a revolução, enquanto a imigração de africanos de países de língua portuguesa, principalmente do Brasil, Europa Central e Oriental (ucranianos, russos) aumentou nos anos 80 e 90 (70.000). De acordo com o censo geral da população de 2011, 394.496 estrangeiros residiam em Portugal, e constituem 3,7% da população total. No recenseamento de 2021 os imigrantes constituem 5,2 % da população (542.165 estrangeiros). Destes 32% são de nacionalidade brasileira.

Desde 2015, a União Europeia tem registado um afluxo sem precedentes de refugiados em fuga da guerra, perseguição e pobreza extrema, com a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. O relatório sobre o programa de acolhimento de refugiados (Os Refugiados em Portugal, 2018) afirma que desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal recebeu 1.674 refugiados: (1.192 pessoas da Grécia e 340 pessoas da Itália), e acolheu 142 refugiados ao abrigo do Programa de Repovoamento Turco. O PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados) acolheu 671 pessoas de um total de 1.674 refugiados, que foram reinstalados e reintegrados em Portugal. Mais de 50% dos refugiados deixaram o país. O Governo justifica este abandono com dificuldades na aprendizagem de línguas e adaptação cultural, bem como a ausência em Portugal de comunidades da Síria, Iraque e Eritreia, os três principais países de origem dos refugiados até 2020. Portugal acolheu apenas cerca de 2,4 mil dos 2,7 milhões de refugiados que chegaram à União Europeia (UE) em 2020, e registou uma taxa de recusa de 77%, que evoluiu para 40% em 2021. Segundo a ACNUR, em 2021 foram solicitados 1.440 pedidos de asilo apresentados por refugiados, vindo especialmente do Afeganistão, Marrocos e Índia. Atualmente, desde fevereiro de 2022 devido à guerra na Ucrânia, uma nova vaga de refugiados chega a Portugal. O Conselho Português para os Refugiados (CPR) e o Estado português disponibilizaram vários serviços e meios de apoio para cidadãos ucranianos que já se encontram em Portugal ou que se estejam a deslocar para o país. Foi criado um programa especial de acolhimento, que inclui várias medidas no âmbito do regime de proteção temporária. Este regime permite a atribuição automática de autorização de residência temporária e um título de proteção temporária, entre outros benefícios, solicitados nos Centros Nacionais de Apoio à Integração do Migrante (CNAIM). Foram criadas condições especiais para acolher nas escolas crianças e jovens refugiados de vários países (Síria, Afeganistão, Índia, Marrocos, Iraque), e atualmente, em especial para filhos de ucranianos, assim como estão a ser promovidos cursos para aprender português.

No contexto acima referido, no meio de uma Crise dos Refugiados Europeus, quisemos analisar as ideias e perceções dos estudantes, futuros professores, em relação aos refugiados. Procurámos detetar tendências de forma indireta, solicitando-lhes que indicassem critérios para a aceitação e integração dos refugiados na sociedade grega/portuguesa. A história não é considerada culturalmente "neutra", nesse sentido, encorajámos os nossos estudantes a indicar objetivos e conteúdos históricos apropriados para os jovens refugiados, e que indicassem critérios para a sua inclusão/exclusão nas duas sociedades europeias.

Educação para a cidadania na Grécia e em Portugal

De acordo com o relatório Eurydice de 2017, não está atestado um tipo de cidadania nos países europeus, enquanto que existem também diferentes modelos educativos (*Educação para a cidadania nas escolas da Europa: 2017*, 2017, p. 22). No conjunto, parece haver uma transição de uma cidadania que apoia a nação, nos séculos XVIII e XIX para uma noção alargada de cidadania "acima de um sentido estritamente nacional (e nacionalista)". Neste caso, a questão relacionada com a nossa investigação seria, até que ponto a Grécia e Portugal responderam ao desafio acima, "abandonando a relação original entre história e cidadania" como Cajani descreveu relativamente à fase anterior da educação para a cidadania (Cajani, 2007, p. 11). Na Grécia, o anúncio da nova legislação sobre cidadania em 2010 foi considerado um ponto de viragem na conceção da política de imigração na Grécia, porque perturbou uma longa história de uma conceção étnica "ius sanguinis" (direito de sangue) da cidadania no contexto grego (Cohen, Manion e Morrison, 2000) (Kadianaki e Andreouli, 2015). Outra novidade da legislação de 2010 foi que a justificação para a decisão de naturalização foi tornada obrigatória, enquanto que foram fixados prazos para o processo acima referido, (Christopoulos, 2012, p. 12). Em Portugal, "a actual lei da nacionalidade portuguesa, datada de 1981, privilegia "jus sanguinis", enquanto que a lei precedente, de 1959, se baseava no princípio do "jus soli". Esta mudança ocorreu em 1975 e 1981, tornando assim basicamente difícil o acesso à naturalização não só aos migrantes da primeira geração, mas também aos seus filhos e netos. Só muito recentemente, em 2006, esta situação mudou ligeiramente, mas continua a acentuar o "ius sanguinis" (Lei da Nacionalidade Portuguesa).

No que respeita à organização curricular, existem três formas principais de integração da educação para a cidadania nos currículos nacionais (*Educação para a cidadania nas escolas da Europa: 2017*, 2017, p. 32).

Como tema transversal, integrado noutras disciplinas, como disciplina separada: os objetivos, conteúdos ou resultados de aprendizagem da educação para a cidadania estão contidos dentro de um limite disciplinar distinto, dedicado principalmente à cidadania.

a Grécia, a cidadania é ensinada como disciplina separada nos 5º, 6º, 9º, 10º e 11º anos de escolaridade e integrada nos estudos ambientais nos primeiros quatro anos. Em Portugal desde 2016 a Educação para a Cidadania baseia-se na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) que integra as matrizes de todos os anos de escolaridade, educação básica e ensino secundário, incluídas nas Ciências Sociais e Humanas. A Cidadania é ensinada como disciplina separada na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (2º e 3º ciclo EB- 5º a 9º anos) e transversal na gestão disciplinar e multidisciplinar do currículo (toda a escolaridade). A Educação para a Cidadania visa a construção sólida da educação humanista dos estudantes, para que estes assumam a sua cidadania garantindo o respeito pelos valores democráticos básicos e pelos direitos humanos, tanto individual como socialmente, a educação é um instrumento vital.

Quanto à forma como as questões da imigração e dos refugiados são tratadas pelos currículos e manuais de cidadania na escola grega parece que "os jovens formulam os seus pontos de vista sobre o envolvimento cívico independentemente dos manuais, do conteúdo curricular e das práticas escolares" (Kontogiannopoulou *et al.*, 2000, p. 300). Kontogiannopoulou *et al* (2000) referem-se a currículos e manuais escolares antes de 2000, mas até agora a situação não mudou muito: enquanto o Quadro Temático Transversal Curricular para a Educação Obrigatória de 2003 ainda está em uso, um currículo formado antes da crise económica e dos refugiados, na amostra dos seis manuais escolares de cidadania, apenas dois deles se referem diretamente a questões de imigração, refugiados e cidadania, nomeadamente dois manuais escolares dirigidos ao 10º ano e ao 11º ano (Marados, 2016; Oikonomou *et al*, 2018).

Em Portugal as questões da imigração e dos refugiados são tratadas principalmente nos currículos de Cidadania e Desenvolvimento ou na disciplina de Geografia, e recentemente aparecem, embora ainda de forma incipiente, já nas *Aprendizagens Essenciais* (ME, 2018). Os manuais mais recentes integram o problema dos refugiados e imigrantes, quando estabelecem a relação com a realidade atual a nível mundial e nacional. São vários os documentos normativos que integram referências à cidadania e à inclusão no meio escolar das crianças e jovens, como o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular do Ensino Primário e Secundário (Decreto-Lei n.º 55/2018), o Decreto-Lei n.º 54/2018 que define o regime jurídico da educação inclusiva, bem como a Estratégia Nacional para a Educação, assim como o

Plano Estratégico para as Migrações a nível nacional, 2015-2020, que se preocupa com a inclusão dos refugiados e estrangeiros em Portugal. Também a Lei Base do Sistema Educativo (LBSE, 1986) estabelece um lugar de destaque nos valores da Democracia e da Cidadania. Em Portugal, desde a crise dos refugiados, foram levadas a cabo várias iniciativas nas escolas, tais como a campanha "E se fosse eu? Fazer a mochila e partir" promovida pela Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), em colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), a Direção Geral de Educação (DGE) e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a 6 de Abril de 2016, e que mobilizou cerca de 600 escolas e desafiou os estudantes a se colocarem na "pele" de um refugiado, e a prepararem uma mochila com os bens que levariam se tivessem de fugir de um país em guerra, partilhando depois as razões da sua escolha.

Metodologia-Procedimentos

A amostra deste estudo é composta por setenta estudantes dos Institutos de Educação das Universidades de Ioannina (Grécia) e Minho (Portugal). Trata-se de uma amostra de "conveniência" (Cohen *et al.*, 2000, p. 200), os estudantes voluntariaram-se para preencher o questionário. A recolha de dados teve lugar na Primavera de 2018 no contexto da crescente crise dos refugiados para toda a Europa. O presente trabalho identifica-se com o modelo de investigação comparativa que coloca a mesma questão em dois locais diferentes (Cowen, 2014; Nóvoa e Mashal, 2010) enquanto procura localizar pontos comuns e diferenças nas ideias que os estudantes destes dois países têm no contexto da crise dos refugiados europeus, mas em ambientes culturais e políticos diferentes. As posições relativamente aos imigrantes e refugiados implicam perceções de identidade nacional. Espera-se que as diferenças na história e na consciência histórica dos estudantes dos respetivos países, Portugal e Grécia, revelem perceções diferentes do "outro", no nosso caso sobre os jovens refugiados.

Objetivos do ensino da História na escola: primeira tarefa

Na primeira tarefa, foi pedido aos estudantes que indicassem as razões pelas quais a história deveria ser ensinada na escola. Pretendeu-se com esta questão perceber como os estudantes de educação, futuros professores pensam sobre esta temática. Pretendíamos analisar se a sua epistemologia inicial da história seria afetada pelo seu papel numa situação socialmente crítica

como a do acolhimento de estudantes refugiados na sua escola. McCully e Montgomery levaram os seus estudantes-futuros professores a uma visita de estudo e expuseram-nos a versões controversas do seu próprio passado, procurando saber se isto afetaria o seu próprio pensamento sobre esse passado controverso e também a sua forma de ensinar história (McCully e Montgomery, 2009). Da mesma forma, procurámos verificar as conceções pedagógicas e epistemológicas dos nossos estudantes "antes" e "depois" da sua exposição à situação crítica dos estudantes refugiados nas suas próprias salas de aula.

Os resultados foram semelhantes entre a amostra grega e a portuguesa: os estudantes que expressaram uma epistemologia 'tradicional' ultrapassaram ligeiramente em número os estudantes que expressaram uma epistemologia mais crítica.

Exemplos de excertos de uma conceção epistemológica 'tradicional' tanto da amostra grega como da portuguesa:

> "[História] é o nosso passado, a nossa cultura, os valores que os nossos antepassados nos deixaram e que nós apoiamos. A origem do nosso desenvolvimento, as nossas raízes" (estudante grego 26).
> "Para que os estudantes aprendam os erros do passado e não os repitam, para ensinar aos estudantes as suas raízes e a história do seu país" (estudante grego 7).
> "A história deve ser ensinada na escola a fim de transmitir o que foi feito e pode ser repetido e o que foi mal feito, pelo que devemos aprender com ela, também para transmitir cultura" (estudante português 13).

E alguns excertos que expressam uma conceção epistemológica mais 'crítica':

> "Desenvolver a capacidade crítica sobre os motivos, causas e consequências das ações dos povos, para que diferentes povos possam coexistir pacificamente e para que a tolerância e a predisposição positiva sejam fomentadas entre eles" (estudante grego 8).
> "A história deve ser ensinada na escola principalmente por causa da questão cultural. A história contextualiza os problemas e acontecimentos do presente através de situações passadas" (estudante português 17).

Utilizamos os termos 'tradicional', 'exemplar' e 'crítica' no sentido em que Rüsen (2005) os utilizou para definir os tipos de consciência histórica. A consciência histórica 'tradicional' e 'paradigmática' é caracterizada pela "repetição de formas de vida obrigatórias" (Rüsen, 2005, p. 31) enquanto a 'crítica' é caracterizada pela "problematização de formas de vida reais

Categorias	Descritores	Portugal		Grécia	
		n.º	%	n.º	%
Tradicional/ paradigmático	Refere-se a 'raízes', 'sacrifícios de ancestrais', etc. ou a usos 'paradigmáticos' do passado ('para evitar erros').	19	54	21	60
Crítico	Os 'críticos' falam sobre 'como o presente evoluiu do passado', 'multiperspectividade', 'empatia', 'comparações entre passado e presente'.	16	46	14	40
Total		35	100%	35	100%

Tabela 1
Razões pelas quais a história deve ser ensinada na escola
Fonte: Elaboração das autoras.

e sistemas de valores" (Rüsen, 2005, p. 31). Os estudantes expressam-se em termos tradicionais vendo a história como exemplos bem-sucedidos do passado que os podem conduzir no presente e no futuro. Os estudantes podem ser considerados 'críticos' quando veem a história como quadros de comparação entre o passado e o presente, para que possam decidir o melhor sobre os problemas do presente.

Objetivos do ensino da História para os jovens refugiados: segunda tarefa

Empatia como "cuidado" (categoria 1)

Nesta categoria integramos excertos de respostas de estudantes que defendiam que a história fosse ensinada aos imigrantes, mas por diferentes razões nos dois países. Os excertos dos estudantes gregos fazem referência às guerras em que a Grécia esteve envolvida, não enfatizaram a guerra ou os feitos dos antepassados, mas o lado mau da guerra e a afinidade que viam entre a sua própria dor e a dor do "outro", a dos refugiados. O acima exposto remete-nos para a conceptualização de Barton e Levstik (2008) da empatia como "cuidado", interesse pelo outro, e como motivação para avançar na compreensão histórica.

> Ainda que os imigrantes possam ter vivido situações difíceis com guerra e violência, entrar no processo de aprendizagem da história de outro povo dar-lhes-á a oportunidade de ver que não estão sozinhos e não são os únicos que passaram por tempos difíceis, mas outros povos apesar dos desastres que sofreram conseguiram ficar de pé..." (estudante grego 32).
> Quanto às pessoas que sofreram violência e guerra, pobreza e fraqueza, percebem que tais acontecimentos também podem acontecer noutros países ... "(estudante grego 25b).

Os excertos acima poderiam também remeter-nos para a referência de Rüsen à dimensão "emotiva" da compreensão histórica; assim, Rüsen fala do trabalho cognitivo que o historiador tem de executar para acalmar "a perturbadora consciência do sofrimento e da dor" (Rüsen, 2008, p. 2). Dentro do mesmo contexto, a dor passada dos gregos e a dor presente dos refugiados poderia levar à compreensão e à historialização de experiências de guerra semelhantes.

Os estudantes portugueses viram o ensino da história portuguesa como uma forma de os refugiados se sentirem mais "em casa", mas principalmente de "participar na vida cívica" (estudante 21). Assim, embora seja vantajoso para os refugiados que lhes seja ensinada história portuguesa, poderia haver uma sobreposição com as categorias 2 e 3 ("liberal e cognitiva" e "republicanismo cívico"), uma vez que a aprendizagem de história é um pré-requisito para uma cidadania ativa.

Exemplos de dois excertos:

> "A história deve ser ensinada aos imigrantes e refugiados, porque quando chegam a um país novo e culturalmente diferente, devem sentir-se um pouco fora do comum e, conhecendo a história e a cultura de um país para além de enriquecerem os seus conhecimentos, podem participar ativamente na vida cívica desse país" (estudante português 21).
> "Conhecer um pouco da cultura e dos ideais do país onde acabam de chegar, a fim de ter uma estadia mais segura com o mínimo de conflitos possível" (estudante português 30).

Houve apenas quatro estudantes portugueses cujas ideias se enquadram nesta categoria, razões possíveis: ausência de um acontecimento traumático na história portuguesa como a vaga de refugiados da Ásia Menor na Grécia (1922), nenhum intercâmbio de populações como os que tiveram lugar nos Balcãs no mesmo período de meados da guerra. Embora Portugal tenha uma longa história de emigração (Justino, 2016), isto pode não ter sido percebido de uma forma traumática. Devido a contextos bem diferentes de cada país, é normal que se reflitam essas diferenças entre os portugueses e gregos, quer na história real, quer na consciência histórica.

Liberalismo e abordagem 'cognitiva' em relação ao 'outro' (categoria 2)

Aqui existem tendências comuns entre a Grécia e Portugal:

Os refugiados devem ser familiarizados com a cultura grega e portuguesa e com o modo de vida grego e português; igualmente,

os gregos e os portugueses conheceriam os hábitos, valores e ideias dos recém-chegados. Nesta abordagem cognitiva, o respeito mútuo está implícito de ambos os lados, também o interesse de um pelo outro. Aprendemos a história para compreender o "outro". Esta categoria é abrangida pelo que Abowitz e Harnish chama de 'cidadania liberal' (Abowitz e Harnish, 2016, p. 661):

> "Neste discurso ... [encontra-se] a crença de que há menos acordo social relativo sobre valores, identidades escolhidas e formas de participação democrática do que é assumido pelo discurso cívico republicano (Foster, 1999, p. 258) (McLaughlin, 1992; Strike, 1994). Enquanto o discurso cívico republicano valoriza o bem comum das comunidades políticas, o liberalismo político prevê uma arena política mais limitada, com maior enfoque em procedimentos que assegurem uma deliberação justa e inclusiva sobre governação e política (Gutmann, 2000) "... os liberais querem que os estudantes pensem criticamente, que sejam capazes de detetar conflitos entre "os nossos ideais políticos inclusivos e ... as suas convicções morais e religiosas particulares" (Macedo, 2000, p. 238). O liberalismo político prevê uma cidadania que adote uma certa atitude crítica em relação a toda a autoridade, consistente com o seu foco na liberdade (Kymlicka, 1999b) (Abowitz e Harnish, 2016, pp. 661-664)".

Exemplos de excertos típicos da categoria acima na amostra grega:

> "Ao mesmo tempo, poderia haver um programa no qual os estudantes vindos de outros países ser-lhes ia ensinada a sua própria história de uma forma que não esquecessem a sua origem e raízes ..." (estudante grego 19).
> "É necessário que os refugiados que chegam ao nosso país sejam ensinados tanto sobre a nossa história como a sua própria história, não só para preservar as suas características culturais particulares, mas também para que sejam capazes de identificar as semelhanças entre os povos, as circunstâncias e os elementos que os moldaram, ..." (estudante grego 8)

E como disse um dos estudantes portugueses:

> "A história deve ser ensinada aos imigrantes e refugiados que vêm para o nosso país, para que não haja diferenças culturais. Do mesmo modo como eles devem conhecer a nossa história, nós também devemos conhecer a deles" (estudante português 18).

Republicanismo Cívico (categoria 3)

Se considerarmos a ênfase nas regras, nos pré-requisitos para a aquisição de direitos de cidadania num país, a história é necessária para que os refugiados se familiarizem com o país em que se vão instalar. As pessoas do estrangeiro que desejem permanecer no país devem adaptar-se de forma a que o próprio país de acolhimento permaneça homogéneo. O acima exposto poderia ser um eco das estratégias de "assimilação" e de " mistura de culturas" adotadas pelo governo dos EUA em relação aos imigrantes em diferentes períodos de tempo, como refere Foster (1999): "Nesta versão alternativa [do cadinho] a América foi retratada como o "cadinho de Deus", uma terra em que os melhores traços de vários grupos étnicos seriam fundidos para formar uma nova e celebrativa identidade americana" (Foster, 1999, p. 258).

Em relação à Grécia e ao papel da história neste processo, Christopoulos (2012) considera-o controverso: na reforma jurídica de 2010 em relação ao reconhecimento dos direitos de cidadania dos refugiados, o papel da história é descrito tanto em termos sociais como políticos. O conhecimento da história grega é considerado vantajoso do ponto de vista social, uma vez que permite aos imigrantes participar ou conhecer as celebrações públicas e geralmente torna a vida pública na Grécia significativa. O conhecimento da história grega é também identificado com princípios e valores políticos que são dominantes no país e possivelmente com a narrativa nacional oficial. Poder-se-ia responder à pergunta, "O que aconteceu na Guerra Civil Grega", sem formar uma interpretação (Christopoulos, 2012, p. 258).

Abowitz e Harnish, da sua parte, sustentam:

> "O discurso republicano civil exprime geralmente os valores do amor e da oferta à comunidade política (local, estatal e nacional)? em relação à integração dos cidadãos na comunidade política, a retórica relativa é caracterizada pela exclusividade [No que diz respeito aos alunos] esta razão sublinha a necessidade de uma melhor educação para a cidadania e a importância do pré-requisito do conhecimento político comum" (Abowitz e Harnish, 2016, p. 657).

Exemplos de excertos típicos desta categoria:

> "... é importante ensinar história para facilitar a sua assimilação no novo país ..." (estudante grego 11).
> "... é importante que os refugiados conheçam a história da Grécia, uma vez que estão prestes a permanecer por um período de tempo e têm de cumprir as regras e as circunstâncias ..." (estudante grego 20).

Há uma grande diferença entre os estudantes gregos e portugueses. Os estudantes portugueses superam em número os estudantes gregos no construto "republicana", na mesma medida que os estudantes gregos superam em número os estudantes gregos no construto "empatia". Uma hipótese que explicasse esta última discrepância referir-se-ia ao facto de a Grécia não ter tido a cidadania originada pelo "republicanismo cívico". Os teóricos mencionam que, na realidade, até 2010 a Grécia esteve fora do estado de justiça (Christopoulos, 2012, p. 41; Repoussi, 2016). A diferença nas experiências históricas e os acontecimentos traumáticos após 1922 para a Grécia podem também explicar a atual posição de apoio dos estudantes gregos em relação aos filhos dos refugiados. Para além dos números, um excerto típico português do construto 'republicana' parece ser bastante semelhante aos dos gregos:

> "Porque é importante que eles conheçam as nossas tradições e histórias para que se possam integrar" (estudante português 19)

Paternalismo (categoria 4)

Isto poderia recordar-nos a categoria de "empatia". Os estudantes que participam no estudo começam por contar o que os refugiados têm passado. Referindo-se à história que deve ser ensinada, acabam por enfatizar as realizações nacionais dos gregos, especialmente como os gregos superaram as suas próprias dificuldades quando se encontravam em situações passadas semelhantes. No final, utilizam o padrão de "resistência" da narrativa nacional grega: da mesma forma que os gregos ultrapassaram todos os tipos de obstáculos, os refugiados também ultrapassarão as suas dificuldades. Nesse sentido, foram os gregos que mostraram o caminho para a ação e formaram um "modelo". O discurso dos estudantes lembra-nos o comentário de Foster sobre a atitude anglo-saxónica nos Estados Unidos, o autor refere: "A primeira alternativa considerada foi despojar os recém-chegados da sua cultura nativa e obrigá-los a conformar-se às 'virtudes' das tradições anglo-saxónicas" (Foster, 1999, p. 258).

Exemplos de alguns excertos típicos desta categoria:

> "Assim, os refugiados que chegam ao nosso país, que vêm de uma cultura completamente diferente, depois de aprenderem a nossa história, podem muito bem ser capazes de homogeneizar ..." (estudante grego 38).
> "É essencial que os imigrantes e refugiados aprendam a história; conhecendo a nossa civilização e o que o helenismo tem oferecido até agora a nível internacional, os imigrantes

Categorias	Descritores	Portugal		Grécia	
		n.º	%	n.º	%
Empatia	Discurso voltado para os imigrantes mesmo quando se referem à história grega/portuguesa, ênfase no que os imigrantes passaram.	4	11,4	17	49
Tolerância, Pluralismo, Paradigma Liberal	Ênfase na cultura, "nossa" cultura, (cognitiva) a cultura "deles", aprende-se história para aprender sobre as culturas, a comparar as culturas das pessoas.	7	20	10	28
Assimilação, Republicanismo Cívico	Se vão estar na Grécia/Portugal devem aprender História Grega/Portuguesa	13	37,1	5	14
Paternalismo- "resistência"	Destaque para o que os gregos/portugueses têm feito, 'eles têm sorte de estar aqui'	11	31,4	3	3
Total		35	100	35	100

Tabela 2
Objetivos da História escolar para os jovens refugiados
Fonte: Elaboração das autoras.

desenvolverão um maior respeito pelo país que os acolhe. Seria melhor se lhes fosse inicialmente ensinada história grega antiga, sobre os grandes filósofos (Platão e Aristóteles), mas também história moderna, a fim de nos apercebermos de que somos um povo que até agora sofreu muito (ocupação otomana), por isso, empatizamos e percebemos aquilo por que eles próprios passaram "(estudante grego 62).
"Na minha opinião, devemos ensinar história aos imigrantes e refugiados que chegam ao nosso país, para que tenham um sentido da nossa cultura, costumes, ou da nossa história. É importante conhecer a história do país em que se encontra" (estudante português 16).
"Saber o que é o país (bases económicas e sociais) e a partir daí extrair padrões da sociedade. Nunca se deve ser "cego" quando se sai e entra num país, uma vez que cada país tem as suas características que são mais fáceis de compreender se se conhecer a sua história" (estudante português 3).

Tópicos selecionados: terceira tarefa

A última questão colocada aos estudantes gregos e portugueses foi sobre a indicação de temas e eventos que seriam mais apropriados para os jovens refugiados. Os estudantes gregos selecionaram principalmente as duas Guerras Mundiais, a Ditadura, a Guerra de Libertação de 1821 e a Guerra Civil de 1944-1949; a sua lógica era que essas situações são comparáveis às experiências atuais dos refugiados, como afirma um estudante:

> Porque estas situações ocorreram aqui (a Guerra de Libertação de 1821, a Guerra Civil, Ditadura), tiveram consequências imensas e serão muito interessantes para todas estas pessoas que estão a passar por experiências semelhantes (estudante grego 18).

Um exemplo específico da amostra grega é a Guerra Greco-Turca de 1918-1922 que terminou com a expulsão das populações gregas da Ásia Menor. Exemplo de um dos três excertos que se referem ao caso da Ásia Menor:

> Um assunto que poderia ser referido é o movimento de imigração das populações da Ásia Menor após a Catástrofe da Ásia Menor, penso que este seria o melhor assunto a ser analisado e comparado com várias ondas de imigração no nosso país hoje em dia e que contribuiria para lidar com o comportamento racista; os estudantes gregos apercebem-se de que o povo grego estava na mesma situação há anos atrás (estudante grego 3).

Os estudantes portugueses selecionaram sobretudo a história nacional relacionada com o início da nacionalidade, o período de descobertas, a expansão marítima e o império português, tópicos que podem de alguma forma evidenciar uma perspetiva nacionalista da história. Os estudantes parecem ter valorizado como momentos relevantes da história nacional os relacionados com as origens da nacionalidade e o período "áureo" da História de Portugal, mas também períodos de grande mudança política, tais como o a implantação da República (1910), a ditadura (1933-74), e a revolução de Abril de 1974 que pôs fim à ditadura e estabeleceu a democracia, e a integração de Portugal na União Europeia (1986).

O excerto seguinte, para além da abordagem "nacionalista", destaca também a Segunda Guerra Mundial como um dos marcos relevantes da história que, (segundo os estudantes portugueses), deve ser tido em conta para evitar a repetição dos mesmos erros.

> A formação de Portugal e os descobrimentos/expansão portuguesesa são importantes para ter em conta a nossa origem e a nossa importância no passado. A ditadura em Portugal (1933-74) serve para aprender que o nosso passado mais recente não foi bom e que superámos várias dificuldades, e que a revolução de Abril é um marco importante na compreensão do poder da democracia e da liberdade. A Segunda Guerra Mundial e a resistência contra o Eixo devem ser ensinadas a fim de compreender o passado europeu e os erros cometidos na Europa (estudante português 13).

A liberdade é um dos valores mais apontados pelos estudantes portugueses, quando a maioria deles indica a relevância de estudar a Revolução de 25 de Abril, como disse um dos estudantes:

> A Revolução de Abril (1974) foi um marco que trouxe a liberdade de direitos e deveres (ou responsabilidades dos cidadãos) do povo português até aos dias de hoje (estudante português 31).

Temas	Grécia		Temas	Portugal	
	n.º	%		n.º	%
I Guerra Mundial	14	40%	Formação de Portugal	26	73%
II Guerra Mundial	12	34%	Revolução de Abril (1974)	23	66%
Ditadura	11	31%	Descobrimentos / Expansão Portuguesa	22	63%
Guerra da Libertação de 1821	10	29%	Ditadura em Portugal	20	57%
Guerra Civil de 1940	9	26%	I Republica (Portugal)	16	46%
Crise de 1929	9	26%	Colonialismo / império colonial	8	23%
Post Ditadura	8	23%	II Guerra Mundial	8	22%
Descolonização	7	20%	Revolução Liberal 1820	7	20%
1789	5	14%	Guerra Colonial (1961-1974)	7	20%
Guerra Fria	5	14%	Descolonização	7	20%
Antiguidade (escravatura)	5	14%	I Guerra Mundial	6	17%
Antiguidade (modo de produção)	4		Renascimento	5	
1922 Catástrofe na Ásia Menor / refugiados Grego	3		Revolução Francesa	5	
Antiguidade (instituições)	3		Crise económica (1929)	5	
Domínio Ottomano (instituições)	2		Antiguidade (escravatura)	4	
Domínio Bizantino (instituições)	2		Império Romano	3	
Período das Luzes	2		Guerra Frio	3	
Holocausto	1		Antiguidade (modo de produção)	2	
Renascimento	1		Período das Luzes	2	
Total	113		**Total**	179	

Tabela 3
Tópicos e eventos que seriam mais apropriados para os refugiados
Fonte: Elaboração das autoras.

Discussão

A motivação para esta investigação comparativa, e para a escrita deste artigo, prendeu-se com a recente "crise" dos refugiados e as suas possíveis consequências educativas. Tanto a Grécia como Portugal são estados membros da União Europeia de dimensão semelhante e, na periferia da Europa, e passaram por uma crise económica semelhante nos últimos anos. Têm ambos histórias recentes de ditadura, mas com histórias diferentes de construção da nação, e ambos foram afetadas pela crise dos refugiados, embora de forma bem diferente.

A nossa questão de investigação procurou analisar as ideias dos nossos alunos, futuros professores, sobre o ensino da história e a disciplina da própria história a ser ensinada aos jovens refugiados.

Os nossos alunos foram informados sobre a evolução da didática da história a partir dos anos 70 e as mudanças operadas no campo académico nas últimas décadas do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI. Nos séculos XIX e XX a história escolar estava ao serviço de uma identidade coletiva – nacional. Desde o fim do processo de descolonização da II Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, a movimentação da população das ex-colónias para o mundo ocidental, contribuiu para criar aquilo a que Seixas chamou "um meio social fragmentado" (Seixas, 2002).

No entanto, as mudanças na Didática da História, como campo académico não significaram necessariamente a mudança no ensino da História nas salas de aula. Essa foi a razão pela qual procurámos averiguar se os nossos alunos – futuros professores estavam conscientes do papel político da história na construção da identidade nacional ou de outras identidades e a crítica a este papel pela Didática da História e como se desenvolveu a partir dos anos 70.

No que diz respeito à identidade, utilizamos o termo no sentido que Epstein o utiliza no seu artigo de 2016 sobre a relação entre a construção da narrativa e a identidade, "o sentido de identidade de uma pessoa e as comunidades a ela associadas, incluindo nacionalidade, género, étnia, orientação religiosa" (Epstein, 2016, p. 161). Além disso, nos termos de Straub, tendemos a adptar o "tipo reconstrutivo" da identidade coletiva, "que descreve a práxis dos sujeitos", bem como a auto-compreensão e a compreensão do mundo, a fim de chegar a uma descrição da identidade coletiva em termos de uma ciência reconstrutiva e interpretativa da sociedade e da cultura (Straub, 2002, p. 69). Noutro ponto Straub observa que as identidades são "construídas" em transição (Straub, 2002, p. 65), enquanto Rüsen vê as identidades como as respostas dos sujeitos individuais ou coletivos às crises (Rüsen, 2001, p. 255). Em geral, ao encorajar os nossos futuros professores, na Grécia e em Portugal, a optarem por objetivos e conteúdos de história escolar para os imigrantes, desafiámo-los a refletir sobre a sua própria "situacionalidade", também no que diz respeito aos refugiados – muitos serão os seus futuros alunos da escola. Procurámos averiguar se os futuros professores utilizariam o conhecimento da história como um instrumento para facilitar as relações entre eles e os jovens refugiados ou como um meio de exclusão e obrigações unilaterais dos recém-chegados para com os países de acolhimento.

Discutindo os dados, a tendência predominante entre os nossos estudantes e uma tendência comum era a categoria "Liberal e Cognitiva", dentro da qual os estudantes viam os refugiados como uma fonte de conhecimento, pelo que esperavam que os refugiados mantivessem as suas características culturais. Os estudantes portugueses variavam mais entre os tipos 'liberais' e os 'republicanos'. O tipo "republicano" tende a ser o dominante nos

países onde se espera um forte compromisso com a comunidade. Os estudantes gregos expressaram-se através da categoria 'Liberal e Cognitivo' e da categoria 'Empatia'. Esta última poderia ser identificada com aspetos do passado e da consciência histórica da Grécia: os estudantes parecem ver compaixão e alívio em circunstâncias comuns nas quais, o povo grego no passado, e atualmente os refugiados, se encontram. Epstein, numa apresentação inicial das entrevistas dos professores de história irlandeses em Belfast em relação ao ensino de imigrantes, refere o ponto de vista dos professores de que o passado de sectarismo irlandês poderia constituir um conhecimento útil para os jovens imigrantes na Irlanda (Epstein, 2017).

Além disso, notamos que tanto os gregos como os portugueses se referiam a períodos de tempo turbulentos ao sugerir tópicos de história relacionados com as Ditaduras ou as duas Guerras Mundiais. Os estudantes gregos também se referiram aos cinco anos da Guerra Civil Grega. Esta última tendência por parte de indivíduos ou coletividades para se referirem a eventos passados "obscuros", quase traumáticos, foi chamada de "consciência histórica negativa" (Kokkinos & Betrou, 2002, p. 201). Esta última consciência ou permanece como tal e os indivíduos ou coletividades voltam repetidamente a enfatizar eventos 'de luto', exigindo justiça, ou eventos dolorosos que são historiados, interpretados no seu contexto histórico (Liakos, 2012, p. 227).

No caso da historização de acontecimentos traumáticos forma-se uma identidade histórica 'estável' (Straub, 2002, p. 60), uma identidade que constitui uma resposta à crise anterior; uma identidade enquanto tal é uma identidade 'discutida' que também permite empatia para com o 'outro'. Não há fronteiras 'interiores', 'externas' (ibid: 69), não há processos de 'inclusão', 'exclusão' (Lorenz, 2001) há tolerância em relação às diferenças; "estruturas" comuns são criadas para permitir a compreensão e o cuidado com o "outro".

Os professores de história encorajam o processo de historização acima referido e a criação de um quadro comum para todos os estudantes. Como vimos na introdução, os temas transnacionais, ou internacionais nas aulas de história são uma prática sugerida de ensino de história para fugir ao etnocentrismo e enriquecer as perspetivas quando se discute um evento. Cole, na sua introdução ao livro sobre Educação Histórica e reconciliação, regista estratégias específicas para "aproximar" antigos inimigos: uma delas é o "retrato" de longos períodos de convivência social e enriquecimento mútuo ... os livros de história revistos podem promover narrativas históricas mais inclusivas, mesmo narrativas potencialmente múltiplas, para refletir sociedades mais heterogéneas e as variadas experiências das suas múltiplas comunidades" (Cole, 2007, pp. 20–21). Outra estratégia é a inclusão de inquéritos e interpretações para abordar questões contestadas

(Cole, 2007, p. 21). Estudantes de várias origens étnicas e religiosas não são inimigos, mas espera-se que tenham diferenças, e por isso, os temas escolhidos para serem ensinados devem ser relevantes para todos.

Embora, neste pequeno estudo, os nossos estudantes sugeriram que mesmo os temas típicos gregos ou portugueses, mas com semelhanças com a vida dos refugiados, poderiam ser mais apropriados. Estes foram os excertos que identificámos na categoria de "empatia"; os estudantes viram semelhanças entre o passado dos países de acolhimento e o presente dos imigrantes/refugiados; sugeriram que estas últimas semelhanças poderiam ser transformadas em "instrumentos" de ensino. Além disso, a empatia acima referida foi demonstrada por estudantes que na primeira parte do estudo optaram por "objetivos" que implicariam uma abordagem "tradicional" no que diz respeito ao ensino de história.

Por outro lado, enquanto os estudantes pareciam ter sido abertos e tolerantes, nas categorias 'liberais' e 'cognitivas', não podemos saber até que ponto estas últimas resultaram da sua formação de ensino de história, formação intercultural, ou das circunstâncias existentes em cada país. No entanto, acreditamos que este estudo se coordena com a literatura acima descrita sobre a importância da construção de quadros comuns entre pessoas de diferentes origens para uma melhor comunicação. A sala de aula, enquanto ambiente de troca de experiências e ideias entre estudantes de diferentes comunidades, parece ser uma forma importante e viável de fazer com que diferentes culturas se encontrem.

Notas

1. PAR (Plataforma de Apoio aos refugiados). *Os Refugiados em Portugal*. Disponível em WWW:<URL: http://www.refugiados.pt/refugiadosemportugal>.
2. Lei da Nacionalidade Portuguesa. Wikipédia. Disponível em WWW:<URL:https://en.wikipedia.org/wiki/Portuguese_nationality_law>.
3. Decreto-Lei n.º 55/2018. DGE (06-07-2018). Disponível em: WWW: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl_55_2018_afc.pdf>.
4. Decreto-Lei n.º 54/2018. D.R. I Série. 129 (06-07-2018) 2918 – 2928. Disponível em: WWW: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>.

Referências

Abowitz, Kathleen; Harnish, Jason – *Contemporary Discourses of Citizenship. Review of Education Research*. 76:4 (2016) 653–690.

Avraamidou, Maria *et al.* – *Migration in the Greek-Cypriot Press between 2011-2015, Visibility, Topics, Figures and the Debate the Debate between Pro-migrant and Anti-migrant Discourses,* 2009.

Barreto, António – *Refugiados e imigrantes: Portugal*. Diário de Notícias. (21/02/2016). Disponível em WWW:<URL: https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/antonio-barreto/interior/refugiados-e-imigrantes-portugal-5040292.html>.

Barreto, António. – *Globalização e Migrações*. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Barton, Keith & Levstik, Linda – *Teaching History for the Common Good*. London: Taylor & Francis, 2008.

Cajani, Luigi – Introduction. In Cajani, L. & Ross, A. (Eds.) – *History Teaching, Identities, Citizenship*. European Issues in Children's Identity and Citizenship, 2007.

Catarci, Marco; Gomes, Miguel; siqueira, Sávio – *Refugees, interculturalism and education*. Routledge, 2017.

Christopoulos, Dimitris – *Poios Einai o Ellinas Politis? [Who is the Greek Citizen?]*. Athens: Vivliorama, 2012.

Cohen, Louis; Manion, Lawrence; Morrison, Keith – *Research Methods in Education*. London: Routledge, 2000.

Cole, Elizabeth – Introduction. In Cole, E. (Ed.) – *Teaching the Violent Past*. Rowman & Littlefield Publishers, 2007. p. 1–28.

Consta, Eleftheria- 'Prosfyges, metanastes kai topikes kinonies' [Refugees, immigrants and local communities], comunicação apresentada no Seminário organizado por School for Judges in Thessaloniki, Metanastes-Prosfyges: I Adimetopisi tou Prosfatou Provlimatos apo tin Evropaiki Enosi kai to Elliniko Kratos, [Immigrants-Refugees. The Management of the Recent Problem by the European Union and the Greek State] 17-1-2017. WWW:<URL: http://esdi.gr/nex/images/stories/pdf/epimorfosi/2017/>.

Cowen, Robert – Ways of Knowing, Outcomes and 'Comparative Education': Be Careful What You Pray For. *Comparative Education*. 50:30 (2014) 282–301.

Decreto-Lei n.º55/2018. DGE (06-07-2018). Disponível em: WWW:<URL: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl_55_2018_afc.pdf>.

Decreto-Lei n.º 54/2018. D.R. I Série. 129 (06-07-2018) 2918 – 2928. Disponível em: WWW: <URL: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>.

Educação para a cidadania nas escolas da Europa: 2017. Comissão Europeia, Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, 2017.

Epstein, Terrie – The relation between narrative construction and identity in history education. *Educar em Revist*a. 60 (2016) 161–170.

Epstein, Terrie – *'There's no stepping backwards': Northern Irish teachers' perspectives on teaching history/citizenship to immigrant youth'*. Dublin: History Educators Research Network, 2017.

Ferreira, Susana; Rodrigues, Teresa – Portugal e a globalização das migrações. Desafios de segurança. *População e Sociedade CEPESE*. 22 (2014) 134–155.

Foster, Stuart – The struggle for American identity: Treatment of ethnic groups in United States history textbooks. *History of Education*. 28:3 (1999) 251–278.

Justino, David – Emigration from Portugal: Old Wine in new bottles? Transatlantic Council on Migration, 2016. Disponível em: WWW: <http://adapt.it/adapt-indice-a-z/d-justino-emigration-portugal-old-wine-new-bottles--washington-dc-migration-policy-institute-2016/>.

Kadianaki, Irini; Andreouli, Eleni – Essentialism in Social Representations of Citizenship: An Analysis of Greeks' and Migrants'. *Political Psychology*. 20:20 (2015).

Kokkinos, G. & Betrou, E. – 'The pathology of historical thinking and historical culture', in N. Polemikos, M. Kaila & Fr. Kalavasis (eds), *Educational, Family and Political Phychopathology Athens*, Atrapos, 2002.

Kontogiannopoulou-Polidorides, Geórgia; Kottoula, Maria; Dimopoulou, Kelly – Citizen Education: Silencing Crucial Issues. *Journal of Modern Greek Studies*. 18:2 (2000) 287–303.

Kotsiou, Ourania *et al.* – Impact of the Refugee Crisis on the Greek Healthcare System: A Long Road to Ithaca. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. (2018) 1–18.

Lei n.º 46/1986. D.R. I Série. 237 (14-10-1986) 3067 – 3081. Disponível em: WWW: < URL: https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>.

Liakos, Antonis – *How is the Past turned into History?* Athens: Polis, 2012.

Lorenz, C. – Towards a theoretical framework for comparing historiographies. In Seixas, P. (Ed.) – *Theorizing Historical Consciousness.* University of Toronto Press, 2004, 25 – 48. Disponível em WWW:<URL: https://www.cshc.ubc.ca/ >.

Lei da Nacionalidade Portuguesa. Wikipédia. Disponível em WWW:<URL:https://en.wikipedia.org/wiki/Portuguese_nationality_law>.

Oikonomou, Asp. et al.- *Synchronos Cosmos, Politis kai Dimokratia* [*The Modern World, Citizen and Democracy*], Diofados Institute of Computers Technology and Publishing, a textbook for the second class of Lyceum (a Greek edition), 2018.

PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados). *Os Refugiados em Portugal*. Disponível em WWW:<URL: http://www.refugiados.pt/refugiadosemportugal>.

Marados, P. - *Politiki Pedia* [*Political Education*], Diofados Institute of Computers Technology and Publishing, a textbook for the second class of Lyceum (a Greek edition), 2016.

Mccully, Alain; Montgomery, Alison – Knowledge, Skills & Dispositions: Educating History Teachers in a Divided Society. *I.J.H.L.T.R.* 8:2 (2009) 92–105.

Nóvoa, António; Mashal, Tali – Comparative Research in Education: A Mode of Governance or a Historical Journey? *Comparative Education*. 39:4 (2010) 423–438.

Repoussi, Maria – 'Ta orizodia politika revmata tis symorfosis stin politiki orthotita' [The horizontal political currents of conformity to political correctness] in P. Petsini & D. Christopoulos (eds), *I Logokrisia stin Ellada* [*Censorship in Greece*],

2016, pp. 235-242, Rosa Luxemburg Foundation (a Greek edition).

Rüsen, Jörn – Holocaust-Memory and German Identity. In *History: Narration, Interpretation, Orientation*. New York, Oxford: Berghahn Books, 2001, 189-204.

Rüsen, Jörn – *History: Narration, Interpretation, Orientation*. New York: Berghahn, 2005.

Rüsen, Jörn – *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento*. Brasília: Editora UNB, 2008.

Seixas, Peter – The purposes of teaching Canadian history. *Canadian Social Studies*. 36:2 (2002).

Stradling, Robert – *Multiperspectivity in History Teaching: a guide for teachers*. Council of Europe, 2003.

Straub, Jürgen – Personal and collective identity: a Conceptual Analysis. In FRIESE, H. (Ed.) – *Identities: Time, Difference and Boundaries*. New York-Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 56–76.

Straus, Anselm.; CORBIN, Juliet – *Basics of Qualitative Research*. London: Sage, 1998.

ANDREIA NUNES *

Do auxílio na guerra à participação militar: o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas (1990-2020)

*
Bolseira de Doutoramento
FCT e Lab2PT/In2Past

Resumo Esta pesquisa centra-se no estudo da participação militar da mulher nas Forças Armadas Portuguesas, procurando aferir o impacto dos estereótipos de género na carreira militar feminina. Assim, num primeiro momento, abordaremos o enquadramento histórico e legislativo da participação feminina na instituição militar portuguesa; num segundo momento, refletiremos sobre a construção social do género e o seu impacto na carreira militar da mulher; posteriormente, traçaremos a evolução do contingente militar feminino nos ramos militares, postos hierárquicos, especialidades e regimes de prestação de serviço; e, por último, pretendemos refletir sobre o uso público da história no que concerne ao nosso projeto de investigação. Pretendemos ainda aferir se os traços físicos e psicológicos da mulher, correspondentes ao modelo tradicional de feminilidade, correspondem ao ideal castrense em que assenta a instituição militar. Almejamos também identificar a possível existência de discrepâncias nas estruturas de poder, nas cadeias de comando e na representação numérica dos contingentes femininos. Por fim, propomo-nos averiguar se a posição das mulheres militares tende a reproduzir as hierarquias sexuais e de género existentes na sociedade civil.

Palavras-chave: género; estereótipos; mulher militar; desigualdade; Forças Armadas Portuguesas.

Abstract This research focuses on studying women's military participation in the Portuguese Armed Forces, measuring the impact of gender stereotypes in the feminine military career. Therefore, in the first moment, we will approach the historical and legislative framework of feminine participation in the Portuguese military institution. In a second moment, we will reflect on the social construction of gender and its impact on women's military careers. After that, we will trace the evolution of the feminine quota in the military branch, hierarchical positions, specialties and service provision regimes. Finally, we will reflect on the public use of history concerning our research project. Still, we intend to measure if a woman's physical and psychological traits, corresponding to the traditional model of femininity, coincide with the military ideal in which the institution settles. We also aim to identify the possible existence of discrepancies in the power structures, in the chains of command and the numerical representation of the female contingents. Lastly, we propose to verify if the position of military women tends to reproduce the sexual and gender hierarchies existing in civil society.

Keywords: gender; stereotypes; military women; inequality; Portuguese Armed Forces.

Introdução

Este trabalho insere-se num projeto em curso no âmbito de uma dissertação de mestrado acerca da integração das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas. O estudo desenvolve-se em torno de três grandes eixos: a abertura legal, em 1990, das Forças Armadas Portuguesas às mulheres, a extensão, em 2010, às jovens cidadãs da obrigação militar de participar no Dia da Defesa Nacional e a criação, em 2020, do Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional. O objetivo central deste trabalho é contribuir para o estudo das questões de género em contexto militar, procurando aferir o impacto da cultura no processo de construção social do género e a sua influência na carreira militar das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas.

Em relação a este artigo, procuramos realizar uma reflexão geral acerca do nosso objeto de estudo, que engloba uma contextualização histórica da participação militar feminina em Portugal, uma discussão em torno do impacto dos estereótipos de género na carreira militar da mulher e uma análise estatística e quantitativa da evolução dos efetivos militares femininos no universo militar português. Por outro lado, pretendemos produzir uma reflexão sobre o uso público da história no que concerne ao nosso projeto de investigação. Para tal, pretendemos abordar os desafios e as potencialidades da abordagem metodológica utilizada na análise aprofundada do objeto de estudo, refletir sobre a experiência de contacto com as Forças Armadas Portuguesas e analisar a importância que este estudo pode representar para a compreensão das questões de género no seio da instituição militar portuguesa e que eventuais consequências pode suscitar na forma como a comunidade científica, a população e as Forças Armadas encaram essas questões.

Sendo assim, no primeiro ponto, o enquadramento histórico da participação feminina nas Forças Armadas Portuguesas, procurou-se, através da análise de legislação sobre o serviço militar em Portugal, acompanhar o percurso e a transformação institucional que permitiu a entrada da mulher no universo militar português. Mais adiante, no segundo ponto, refletiu-se sobre os estereótipos de género e o seu impacto na carreira militar feminina. Posteriormente, através do estudo dos *Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (2003-2016)*, traçou-se a distribuição do contingente militar feminino pelos ramos militares, postos hierárquicos, especialidades e regimes de prestação de serviço. Por último, refletiu-se sobre o uso público da história em relação ao nosso objeto de estudo.

1. Contextualização histórica: a participação militar da mulher em Portugal

Até muito recentemente, o acesso às Forças Armadas foi vedado às mulheres. Considerava-se que o direito e a capacidade de combater e conduzir a guerra eram qualidades exclusivamente masculinas. Só em circunstâncias excecionais as mulheres eram recrutadas para combater, nomeadamente, em tempos de guerra (I e II Guerras Mundiais). Em todo o caso, ocupavam funções de apoio à atividade militar (funções na área da saúde e de apoio administrativo), possibilitando uma maior disponibilidade dos homens para as tarefas de combate efetivo (Alves, 1999, p. 74). Por outro lado, a nível interno, as mulheres foram essenciais na

produção, ocupando os lugares deixados vagos pelos homens. Não se trata, de facto, da participação nos teatros de operações, mas consubstancia, ainda assim, uma inserção no esforço de guerra por parte das mulheres.

Vários estudos têm vindo a chamar a atenção para a importância dos papéis de suporte ao combate desempenhados pelas mulheres, não apenas nos períodos mais recentes, mas também durante os séculos XIX e XX na Europa (Carreiras, 1997a, p. 15). Com efeito, Helena Carreiras descreve que ao longo da história as mulheres seguiam e acompanhavam os exércitos, desempenhando funções variadas de apoio à atividade militar:

> na sua maior parte viúvas, esposas ou amantes dos soldados, estas mulheres desempenhavam tarefas como cozinheiras, lavadeiras e cantineiras, mas também como ajudantes de campo e enfermeiras, dando de beber aos feridos e removendo-os da frente de combate, ou ainda como prostitutas (Carreiras, 1997a, p. 16).

Apesar da exclusão das mulheres da instituição militar, a sua participação em funções de apoio aos esforços de guerra foi constante ao longo da história. Contudo, somente na segunda metade do século XX as mulheres começaram a ser recrutadas em tempos de paz. É precisamente na década de 1970 que a inclusão das mulheres se realiza na maioria das Forças Armadas das democracias ocidentais (Carreiras, 1999).

Em Portugal, a primeira aparição das mulheres em contexto militar remonta à Primeira Guerra Mundial, em 1918, em apoio ao Corpo Expedicionário Português (CEP), em França. Este contou com mais de dez voluntárias em funções na área da saúde, após a conclusão de um curso de primeiros socorros no Hospital Militar de Belém (Alves, 1999). Na sequência da participação da mulher no apoio ao CEP, o Governo da República advogou "a necessidade de preparar a mulher para desempenhar condignamente o papel de enfermeira militar e de criar a enfermagem feminina nos hospitais do país, nos campos de batalha e noutros estabelecimentos congéneres" (Alves, 1999, p. 75).

Mais adiante, entre 1961 e 1973, a Força Aérea Portuguesa criou o quadro de enfermeiras paraquedistas (Alves, 1999). As mulheres demonstraram grande eficácia no decorrer da Guerra Colonial (1961-1974), facto que encorajou a Força Aérea Portuguesa a não deixar de admitir mulheres nos seus quadros após o fim do conflito. Desta forma, a Força Aérea foi o ramo pioneiro na inclusão de mulheres nas suas fileiras (Monte, 2020, p. 39).

Durante a Guerra Colonial, em 1968, foi promulgada a lei do serviço militar (Lei n° 2135/1968) que, através do artigo 2º, conferiu a possibilidade aos "cidadãos do sexo feminino [...] [de] ser admitidos a prestar serviço militar voluntário". Contudo,

no artigo 31º, impunham-se restrições formais relativamente às funções que a mulher poderia desempenhar "como pessoal militar feminino das categorias e funções designadas especialmente na lei para pessoas deste sexo". Portanto, as mulheres possuíam abertura legal para ingressar nas Forças Armadas, todavia, estavam condicionadas às funções coincidentes com o modelo tradicional de feminilidade. As funções militares que as mulheres podiam desempenhar assemelhavam-se às funções sociais construídas em torno da mulher (esposa, dona-de-casa e mãe), isto é, atividades relacionadas com os cuidados e o apoio, tais como: apoio administrativo/serviços – secretariado ou abastecimento – e saúde – enfermeiras, médicas ou farmacêuticas (Carreiras, 1999, p. 102).

No seguimento desta lei, em 1972, a Portaria n.º 439 declarou a admissão de "pessoal feminino voluntário para o desempenho das funções de médicas e farmacêuticas em qualquer dos ramos das Forças Armadas". Definia também o período mínimo de um ano de prestação de serviço, com possibilidade de prolongamento e prevendo a sua graduação até tenente-coronel ou capitão-de-fragata, conforme o ramo (Alves, 1999, p. 76). Contudo, nos anos seguintes, só a Força Aérea admitiu mulheres em funções de saúde na categoria de Oficiais (Alves, 1999).

Em 1975, depois do derrube do Estado Novo e do fim da Guerra Colonial, foi desenvolvida outra tentativa de inclusão das mulheres na vida militar. O Exército permitiu a admissão de mulheres a cursos de farmácia, estomatologia e veterinária, promovidos pela Academia Militar do Exército. Porém, o evoluir dos acontecimentos políticos da época impediu a concretização desta iniciativa (Carreiras, 1997a, p. 83).

O contexto de instabilidade que se abateu sobre o país após o derrube do Estado Novo justifica a interrupção desta experiência. Após o sucesso da revolução em Portugal, sucederam-se seis Governos Provisórios de orientação política divergente. O Movimento das Forças Armadas foi mantido durante o processo de transição democrática e deu lugar à criação de uma Comissão – a Comissão Coordenadora do MFA – e à criação de um programa político para o país (Machado, 2014, p. 76). Contudo, a divergência ideológica que existia no seio do MFA agitou a cena política portuguesa, "a movimentação dos spinolistas procurava explorar as divisões no seio do MFA, [...] opunham-se à crescente influência da Esquerda Militar" (Noronha, 2016, p. 4). Posto isto, o ano de 1975 foi particularmente agitado, identificam-se uma série de acontecimentos que atestam a agitação e a convulsão sociais que caracterizaram esse período: o golpe spinolista de 11 março, as manifestações do "Verão Quente" e o confronto militar de 25 de novembro (Machado, 2014; Noronha, 2016).

> O fracasso [do 11 de março de 1975] contribuiu para uma ulterior radicalização do processo revolucionário português e para o reforço das posições da Esquerda Militar e do PCP, removendo definitivamente os spinolistas e os seus aliados da cena política, dando lugar a outras clivagens e confrontos, que se manifestariam abertamente no verão e atingiriam o seu ponto culminante no outono de 1975 (Noronha, 2016, p. 21).

O interesse por esta questão apenas foi reativado, em 1987, por ocasião da publicação de uma nova lei do serviço militar (lei n.º 30/87) que estabelecia que "a defesa da Pátria é dever e direito fundamental de todos os portugueses", no entanto, o artigo 42º indica que "os cidadãos do sexo feminino são dispensados das obrigações militares", ficando salvaguardada a sua prestação sob a forma de regime voluntário.

Somente na década de 1990 foram criadas as condições que permitiram o acesso definitivo das mulheres às fileiras das Forças Armadas Portuguesas. A nova lei do serviço militar de 1991 instituiu a possibilidade das cidadãs do sexo feminino e dos cidadãos do sexo masculino poderem prestar serviço militar em regime efetivo normal por um período de 3 a 4 meses, após o qual homens e mulheres poderiam servir por um tempo mínimo de 24 meses e máximo de 8 anos, em regime de contrato, antecedido de um período de voluntariado, até 18 meses (Alves, 1999). A lei autorizava ainda o ingresso de mulheres nas Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos para o desempenho de funções nos quadros permanentes das Forças Armadas (Alves, 1999, p. 77).

Apesar desta abertura formal, a discussão acerca das especialidades que as mulheres poderiam desempenhar foi complexa. Num primeiro momento, as mulheres prestaram serviços em especialidades e funções tidas como femininas: funções administrativas, logísticas e de serviços, ficando, desde logo, excluídas das funções mais operacionais e ligadas ao combate armado (Monte, 2020, pp. 41-42). De facto, só em 1996, se levantaram às mulheres todas as restrições relativamente às especialidades de armas.

Em 1999, entrou em vigor uma nova lei do serviço militar que colocou fim à conscrição obrigatória: "em tempo de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado". Ou seja, o serviço militar passou a ser realizado de forma exclusivamente voluntária, quer para homens, quer para mulheres. Em 2004, após o final do período transitório, assistiu-se à "voluntarização" plena do serviço militar (Monte, 2020, p. 42). Simultaneamente, implementou-se o Dia da Defesa Nacional, cuja participação passou a ser uma obrigação militar para todos os cidadãos do sexo masculino que completassem 18 anos de idade. Em 2010, esta obrigação estendeu-se também às jovens cidadãs.

Em 2008, no Despacho n.º 101/MDN/2008, foram abolidas as restrições impostas às mulheres no acesso a determinadas

classes e especialidades operacionais. Nele determina-se que "nos concursos de admissão às Forças Armadas se respeite o princípio da igualdade de género no acesso a todas as classes e especialidades".

Atualmente, as Forças Armadas Portuguesas, permitem a incorporação voluntária de homens e de mulheres em todas as dimensões institucionais: no campo militar em geral, nos diferentes ramos, postos hierárquicos, especialidades e regimes de prestação de serviço, pois foram sendo eliminadas todas as restrições ao acesso das mulheres ao serviço militar (Monte, 2020, p. 43). Contudo, apesar da eliminação das barreiras formais e legais, as desigualdades de género ainda persistem: as mulheres apresentam "níveis limitados de representação hierárquica e encontram-se afastadas das principais posições de poder no sistema militar; [e] nem sempre são aceites" (Carreiras, 2004, p. 92).

Sendo assim, a seguinte reflexão em torno da construção social do género e do seu impacto na participação militar da mulher, bem como, a posterior recolha de dados quantitativos referentes à participação das mulheres no campo militar português (distribuição por ramos, postos hierárquicos, especialidades e situação contratual), é essencial para compreender as eventuais desigualdades que a mulher militar possa ainda enfrentar nas Forças Armadas Portuguesas.

2. A construção social do género e o seu impacto na carreira militar feminina

Apesar da tendência para uma progressiva eliminação das normas e práticas discriminatórias entre militares de ambos os sexos, subsiste ainda um conjunto de constrangimentos que impedem a plena integração da mulher no universo militar. As dinâmicas sociais que rodeiam o processo de integração feminina numa instituição predominantemente masculina são essenciais para compreender as discrepâncias na estrutura de oportunidades, no acesso a hierarquias de comando e na reduzida representação numérica (Carreiras, 2004, p. 91).

A construção social do género tem influência na participação militar da mulher, uma vez que a perspetiva culturalmente dominante sobre o género "diferencia os modelos de pessoa masculina e feminina e as funções sociais dos dois sexos na sociedade" (Amâncio, 1994, p. 15). A desconstrução do género veio evidenciar todas as diferenças, socialmente estabelecidas, entre mulheres e homens. Sendo assim, torna-se essencial apresentar dois conceitos centrais: sexo e género.

Segundo uma definição tradicional e sob a influência dos textos de Simone de Beauvoir, em particular da sua obra *O Segundo Sexo* (1949), o sexo refere-se à identidade biológica (masculino ou feminino) e diferencia-se por características físicas inatas. Por sua vez, o género corresponde a comportamentos e expectativas, construídos e assimilados socialmente, que se atribuem a determinada pessoa com base no seu sexo biológico. Assim, os ideais de feminilidade e masculinidade são construções culturais: nascer homem ou mulher não implica uma identificação automática com o género feminino ou masculino. Como afirmou a autora, "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 2009).

Nesta obra, Beauvoir menciona também o "mito da feminilidade", isto é, a identidade feminina criada em torno de modelos de comportamento e pensamento elaborados por homens. Nesta definição patriarcal, as mulheres são o "Outro", isto significa que a construção da mulher é feita a partir da auto-caracterização masculina. Assim, a feminilidade é concebida como um negativo da masculinidade. Ou seja, a mulher (género) não se afirma pelo que ela é, mas sim pelo que a sociedade patriarcal considera que ela deve ser. A mulher é esposa, dona-de-casa e mãe porque não deve ser solteira e independente. A mulher deve limitar-se a discutir assuntos domésticos porque não deve – porque não tem capacidade, interesse ou predisposição – discutir política ou economia. As diferenças de cariz biológico influenciaram a construção de estereótipos de género que conduziram à subalternização da mulher.

Estes estereótipos genéricos e padronizados ditam comportamentos e normas que a mulher deve seguir e que a sociedade em geral espera que ela reproduza: a mulher tipicamente emotiva, passiva, delicada e voltada para a maternidade e o casamento é uma construção cultural e não um imperativo biológico. Pelo contrário, o homem é ensinado a ser destemido, curioso, agressivo, competitivo, independente e ativo. Não só é ensinado, como a sociedade espera que ele se comporte dessa maneira. "Não haveria, portanto, para Beauvoir um modo de ser essencialmente feminino ou masculino, mas esses modos são criados culturalmente, por uma sociedade androcêntrica" (Castro, 2017, p. 115), sendo esta entendida como uma visão do mundo centrada nas experiências e vivências masculinas.

Da mesma forma, Pierre Bourdieu adverte-nos para a construção social dos corpos, isto é, a influência das diferenças biológicas na divisão entre os sexos:

> o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão [ ] [a] diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, pode assim

> ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os géneros (Bourdieu, 2002, pp. 11–12).

Deste modo, é socialmente expectável que a mulher seja fisicamente mais frágil e pequena, ao passo que o homem deve ser fisicamente mais robusto, poderoso e enérgico. Tais características estereotipadas inerentes à fragilidade corporal das mulheres, bem como com a robustez e agressividade física dos homens, evidenciam e reforçam a representação assimétrica e tradicional dos géneros (Monte, 2020, p. 14).

Na mesma linha, Lígia Amâncio dedicou-se ao estudo, à reflexão e à caracterização da diferença social entre as conceções do "ser homem" e do "ser mulher". A autora identificou que "as características físicas e psicológicas do sexo feminino eram a determinante, necessária e suficiente, da sua própria condição social" (Amâncio, 1994, p. 19). Isto é, as diferenças biológicas, personificadas em capacidades intelectuais, perfis de personalidade e níveis de desempenho físico distintos, justificam e legitimam a ordem social estabelecida. No geral, os estereótipos de género associam ao homem a estabilidade emocional, a agressividade, a dominância e a racionalidade, enquanto à mulher se faz corresponder a instabilidade emocional, a passividade e a submissão (Amâncio, 1994, p. 50).

A autora sublinhou que os diferentes papéis atribuídos e desempenhados por homens e mulheres são interiorizados por via da socialização (Amâncio, 1994, pp. 21–22). Assim, a construção da identidade de género é um processo que acontece ao longo do tempo e na interação com outras pessoas, que se realiza por meio dos agentes socializadores (família, escola, grupo de amigos, entre outros), sendo, desse modo, assegurado o funcionamento e a reprodução da realidade em causa.

Posto isto, averiguou-se que existia uma dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada, verificando-se uma associação da primeira ao homem e da segunda à mulher. A mulher estava confinada ao espaço privado. O seu papel e as suas funções cumpriam-se dentro de casa, cuidando do marido, do lar e dos filhos. Estava completamente excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores. Estes destinavam-se aos homens, concretizando assim o espírito da sociedade patriarcal. Nesta, o homem exerce um poder total e arbitrário sobre a mulher, a família e a sociedade, ao passo que a mulher desempenha um papel secundário e invisível ou semi-invisível. Assim, é evidente que as mulheres foram sempre representadas como portadoras de competências apenas adequadas à dimensão privada da vida, algo associado às suas características biológicas (Amâncio, 1994; Bourdieu, 2002).

O entendimento destes estereótipos é particularmente crucial para compreender que os traços de personalidade da mulher,

bem como as suas características físicas, são encarados como indesejáveis à profissão militar (Monte, 2020, p. 13). De facto, o ideal castrense é marcado por uma série de características masculinas: agressividade, força física, equilíbrio emocional e racionalidade. A mulher, por sua vez, era vista como emocional, frágil e instável. Portanto, a profissão militar era exclusivamente masculina (Monte, 2020).

Tradicionalmente, aliás, aquando do serviço militar obrigatório, a instituição militar assumia-se quase que como um "rito de passagem à vida adulta dos homens, mas também como um 'ritual de diferenciação entre as categorias de masculino e feminino'" (Monte, 2020, p. 32). Efetivamente,

> no plano simbólico-cultural, as Forças Armadas têm secularmente funcionado como um campo social produtor de referências sobre papéis sexuais, e, em particular, de uma conceção normativa da masculinidade [ ] os valores associados à força física e ao ideal da virilidade representam, nesta perspetiva, o pré-requisito da masculinidade (Carreiras, 1997a, p. 45).

A figura do homem-guerreiro, que aqui se apresenta, não existe isoladamente. Ela encontra sentido no âmbito de um sistema de representações sociais e relações de género. Isto porque, geralmente, acredita-se que a mulher é contra a guerra e o militarismo. Pode afirmar-se que nessa conceção simbólica, feminilidade e paz estão frequentemente associadas (Carreiras, 1997a, p. 47). Contudo, em circunstâncias excecionais as mulheres foram recrutadas para combater, nomeadamente no contexto da I e da II Guerras Mundiais e, no caso português, também durante a Guerra Colonial. Segundo bell hooks,

> quando chamadas a lutar em situação de combate, em tempos de crise nacional, as mulheres fazem-no e não se opõem necessariamente à guerra. Não podemos esquecer também que a guerra não é somente luta e que o esforço das mulheres no âmbito interno ou fora das linhas da frente ajudou a fazer a guerra (hooks, 2020, p. 102).

Ou seja, as mulheres eram integradas nos exércitos, sobretudo, para exercerem funções de serviços de apoio à atividade militar, possibilitando uma maior disponibilidade dos homens para a função guerreira. A nível interno, as mulheres foram essenciais na produção agrícola e industrial, ocupando os lugares deixados vagos pelos homens mobilizados para a frente de combate. Acreditamos que bell hooks procura, com este exemplo, evidenciar que a mulher não é inerentemente mais moral e ética do que o

homem. É essencial reconhecer que as mulheres também agem violentamente ao aceitarem e desculparem a violência.

Adicionalmente, é possível dizer que a abertura da instituição militar às mulheres atenuou o peso dos padrões tradicionais baseados no físico e na virilidade, mas continua a ser um universo de relações marcado pela construção assimétrica de género (Monte, 2020, p. 33).

Posto isto, Helena Carreiras adverte para as dificuldades que as mulheres encontram ao ingressar em ocupações antes exclusivamente masculinas, a autora recorre a um fenómeno – *tokenismo* – para refletir acerca das desigualdades entre os sexos em contexto militar. Este caracteriza-se por um esforço superficial ou simbólico em incluir a mulher na instituição militar, concedendo-lhes uma falsa ideia de igualdade. Embora a mulher disponha de enquadramento legal para ingressar nas Forças Armadas, as desigualdades nas estruturas de poder, nas cadeias de comando, nas oportunidades e na representação numérica permanecem (Carreiras, 2004, pp. 92–93).

As mulheres militares constituem um grupo numericamente reduzido quando comparado com o dos seus colegas homens. De acordo com Carreiras:

> os desequilíbrios de representação numérica entre sexos explicam em larga medida os efeitos negativos sentidos pelas mulheres em situação de *token:* pressões no desempenho devido à sua elevada visibilidade, isolamento social resultante do exagero da sua diferença pelo grupo dominante e, ainda, fruto de um processo de estereotipização, assimilação da pessoa ao papel que desempenha (Carreiras, 2004, p. 93).

De facto, as mulheres ficam sujeitas a uma elevada pressão na medida em que as pessoas têm dificuldade em reconhecerem-lhes o mérito e em acreditarem que desempenham devidamente as suas funções, o que faz com que elas acabem por trabalhar arduamente. Assim, "o *token* não tem que esforçar-se para fazer notar a sua presença, tem que fazê-lo para que os resultados que alcança o sejam" (Carreiras, 2004, p. 94). Por diversas vezes, paradoxalmente, as mulheres procuram tornar-se invisíveis para evitarem retaliações dos seus colegas homens (Carreiras, 2004, p. 94).

Por outro lado, a reduzida representação numérica pode também traduzir o exagero das diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, que "determinados elementos partilhados da cultura dominante (por exemplo, no caso da masculinidade, exibições de potência e agressividade) são enfatizados em contraste com o *token*" (Carreiras, 2004, p. 94). Isto é, os estereótipos de género recorrentemente deterioram a imagem das mulheres (vistas como o sexo frágil), o que faz com que elas se tornem "*insiders* [...]

virando-se contra a sua própria categoria" (Carreiras, 2004, p. 94). Por último, as características das mulheres são habitualmente distorcidas para se adequarem a generalizações, fenómeno que Carreiras caracteriza como encapsulação. Para a autora, "'aceitar a encapsulação e aceitar limitar as demonstrações de competência pode contribuir para manter baixo o número de mulheres nos escalões mais elevados das hierarquias organizacionais'" (Carreiras, 2004, p. 95).

Um outro aspeto levantado por Carreiras está relacionado com o conflito entre a total dedicação requerida pelas exigências profissionais e as responsabilidades familiares. Embora o papel da mulher esteja em constante mutação e se verifique uma alteração no padrão das relações conjugais, que implicam uma maior equidade na repartição das obrigações familiares entre sexos, a verdade é que a família impõe exigências mais significativas à mulher (Carreiras, 1997b).

Efetivamente, existe uma relação conflituosa entre a instituição militar e a família. As exigências da profissão são significativas e, em diversas circunstâncias, pouco compatíveis com a vida familiar, sobretudo, no que concerne

> a uma acentuada mobilidade geográfica, separação da família devido a treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte, colidem com as necessidades e solicitações que a vida familiar e a maternidade impõem à mulher (Carreiras, 1997b).

Esta questão influencia as estratégias e opções de carreira das mulheres militares, de facto, a maternidade é a principal causa para o abandono da profissão e, por outro lado, pela adoção de atividades profissionais que exigem menor mobilidade e com menos constrangimentos à vida pessoal e familiar. Carreiras (1997b) e Ramos (2012) classificam esta alteração no padrão profissional das mulheres militares como "carreira a duas velocidades":

> antes da maternidade haveria convívio com os pares, haveria tarefas mais "perigosas", haveria oportunidades várias aproveitadas, haveria horários diversos, haveria missões. Depois da maternidade a disponibilidade para a profissão é outra, procurando-se tarefas "mais calmas" e abdicando-se de experiências profissionais novas, sendo que o papel de mãe parece sobrepor-se ao papel da profissional (Ramos, 2012, p. 165).

Paralelamente, as políticas destinadas à maternidade, nomeadamente, licenças de maternidade ou horários flexíveis para a amamentação são recorrentemente encaradas com negatividade. No geral, as mulheres sentem algum desconforto, por parte dos colegas homens, pelo facto de fazer uso destas políticas (Ramos, 2012, p. 175).

Para além disto, haveria também o receio de que famílias monoparentais ou casamentos entre militares pudessem potencialmente agudizar o conflito entre a instituição militar e a família. De facto, o casamento colocaria sérias dificuldades à instituição, no que toca, essencialmente, à mobilização e colocação geográfica, na atribuição de férias, horários e dispensas (Carreiras, 1997b; Ramos, 2012). Nem sempre a instituição militar consegue dar resposta positiva a estas situações, uma vez que os serviços e especialidades que cada membro do casal desempenha podem ser distintas e, como tal, desempenhados em diferentes locais (Carreiras, 1997b).

Sob outra perspetiva, no caso do casal se manter geograficamente próximo, na maioria das vezes, uma das carreiras é penalizada. Isto porque a responsabilidade das tarefas domésticas continua a ser vista como feminina. Atualmente, embora se verifique a partilha de tarefas com os maridos esta poderá não ser totalmente equitativa – "relativamente a estratégias de funcionamento dentro de casa [...] podemos perceber que [as mulheres militares] centram em si o estereótipo de cuidadora do lar e, embora [tenham] a 'ajuda' dos maridos, tentam de alguma forma não os sobrecarregar" (Ramos, 2012, p. 175).

Não obstante, Helena Carreiras (1997b) concluiu que a progressão de carreira das mulheres militares é mais fácil no caso do seu marido ser, igualmente, militar. Aparentemente, esta circunstância enriquece o esforço e a diligência face ao estilo de vida do casal. De facto, no caso das mulheres que mantêm relacionamentos com indivíduos que não são militares, a reação perante o alistamento é normalmente negativa. A ideia do distanciamento, a incompatibilidade de horários e instabilidade da profissão causam algumas dificuldades nas relações das jovens com os seus parceiros, sendo este um dos principais motivos para o abandono da profissão (Carreiras, 1997b).

Por outro lado, no caso das famílias monoparentais a situação é ainda mais delicada. Por exemplo, as mães solteiras não possuem uma rede de apoio familiar que lhes permita dedicar-se à profissão. Sendo assim, é urgente realizar alguns ajustes para que as mulheres consigam conciliar as suas diversas responsabilidades ao nível familiar e laboral. Por exemplo, criar estruturas dentro das instalações dos locais de trabalho, como creches e jardins de infância (Ramos, 2012, p. 175). Dado que são as mulheres que se ajustam para conciliar a vida profissional e familiar, "fazem troca de serviços para estarem disponíveis se necessário, trocam folgas

e contam com a 'boa vontade' dos camaradas neste processo" (Ramos, 2012, p. 175).

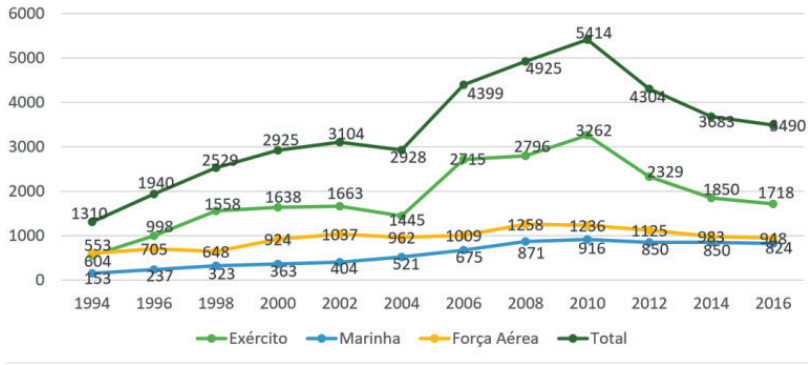
Em suma, a mulher possui abertura legal para ingressar na instituição militar portuguesa. No entanto, continua a ser um universo marcado pela construção assimétrica de género, tendo em conta que a história dos princípios organizativos das Forças Armadas foi ela própria construída com base na masculinidade (Monte, 2020). Efetivamente, é possível identificar um desencontro entre o ser mulher e o ser militar. Assim, a análise estatística da participação militar feminina por ramo, especialidade, posto hierárquico e situação contratual, que passaremos a apresentar, revela-se essencial.

3. Distribuição e evolução dos efetivos militares femininos nas Forças Armadas Portuguesas

As Forças Armadas Portuguesas começaram a admitir mulheres nas suas fileiras na última década do século XX. Assim, é essencial analisar a evolução dos contingentes de mulheres militares no nosso país. Naturalmente, qualquer análise deste género impõe algumas reservas. Por um lado, dada a fase precoce desta investigação, não foi possível ter acesso a dados estatísticos em bruto, nomeadamente em relação aos anos de 1992 a 2002. A partir de 2016 apenas houve acesso a dados já trabalhados, pois só foram encontrados disponíveis os *Anuários Estatísticos da Defesa Nacional* de 2003 a 2016. Por outro lado, os dados disponíveis não permitem aferir determinados valores, particularmente a distribuição das mulheres militares por especialidade e posto hierárquico nas Forças Armadas Portuguesas.

Uma outra precaução prende-se com o facto de que a análise da evolução dos contingentes femininos nada revela sobre a dimensão qualitativa do processo de incorporação, ou seja, sobre a situação, papéis ou perspetivas profissionais das mulheres recrutadas – dimensão que só seria compreendida através da aplicação de metodologias qualitativas. Efetivamente, com o aprofundamento da dissertação de mestrado em curso, planeia-se realizar entrevistas e implementar um inquérito por questionário a mulheres militares das Forças Armadas Portuguesas. A recolha desses testemunhos e dessas experiências pessoais, permitirá discutir mais aprofundadamente o impacto dos estereótipos de género na carreira militar da mulher, procurando compreender o contexto que as mulheres encontram ao ingressarem no universo militar português.

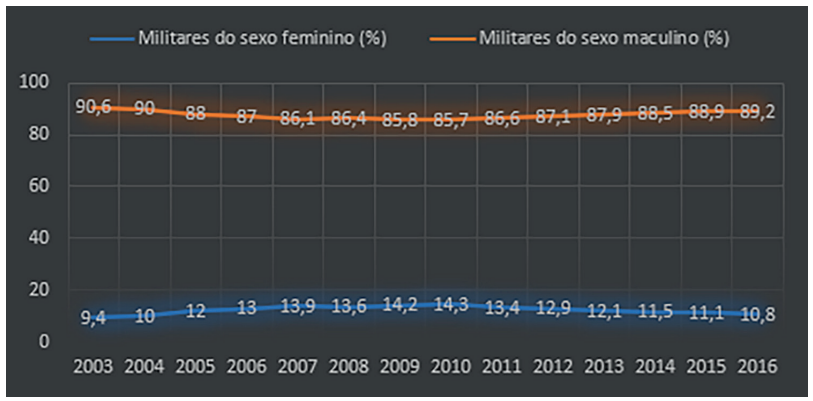
Gráfico 1
Evolução dos efetivos militares femininos por ramo e na totalidade (1994-2016)
From: Desigualdades de Género nas Instituições Militares: O Caso Português em Perspetiva Comparada, p. 245 (Carreiras 2018)



Em termos gerais, como é possível verificar através do gráfico 1, entre os anos de 1994 e 1998 registou-se um crescimento significativo do número de mulheres militares. Este aumento é tido como normal e expectável, dado corresponder à fase inicial do processo de recrutamento feminino (Carreiras, 1999, p. 94). No que concerne a períodos de crescimento considerável, é ainda importante salientar o aumento dos efetivos militares femininos após 2004. Este foi o ano em que a profissionalização da instituição militar ficou completa, ou seja, a conscrição obrigatória foi definitivamente abolida e o acesso à instituição, por parte de ambos os sexos, começou a ser realizado de forma exclusivamente voluntária (Monte, 2020, p. 43). Deste modo, o aumento da participação militar feminina neste período é encarado como natural (Monte, 2020, p. 44).

A partir de 2010, porém, o número de mulheres militares tem vindo a sofrer um decréscimo acentuado (gráfico 1). A diminuição do número de mulheres é acompanhada por uma evolução semelhante no número de homens. Contudo, percebe-se que a participação dos homens continua incomparavelmente superior à participação das mulheres, conforme é visível no gráfico 2. Esta redução é encarada como consequência direta da crise económica portuguesa, que significou uma grande redução de efetivos militares, ao penalizar "os regimes de prestação de serviço não

Gráfico 2
Efetivos militares dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas por sexo (%): 2003-2016
From: Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (2003-2016)



permanentes, de voluntariado e de contrato, e o posto de Praça, setores onde as mulheres mais se concentram" (Monte, 2020, p. 45).

Paralelamente, em 2017, a taxa de participação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas era de cerca de 11%. Os dados mais recentes, relativos a 2021, indicam que a percentagem de mulheres militares em Portugal é de 13%.

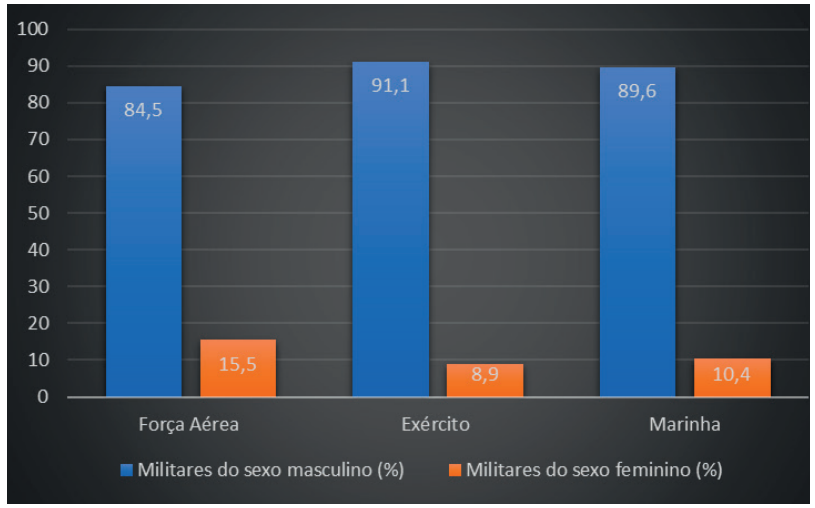
Posto isto, apresentarei de seguida uma análise estatística da participação militar feminina por ramo, especialidade, posto hierárquico e situação contratual – dados que permitem ilustrar as desigualdades que a mulher militar enfrenta nas Forças Armadas Portuguesas.

3.1. Evolução dos efetivos militares femininos por ramo

No que se refere à evolução geral do contingente militar feminino podemos observar um percurso de oscilação entre períodos de crescimento e de retração. A participação militar das mulheres apresenta, igualmente, uma distribuição desigual nos diferentes ramos das Forças Armadas: o Exército é o ramo com menor presença de mulheres (10,4%), seguido da Marinha (10,4%) e, finalmente, da Força Aérea, que é o ramo com maior quantidade de mulheres militares (15,5%).

Estas assimetrias no recrutamento resultam de um conjunto de fatores, nomeadamente as "características específicas de cada um dos ramos do ponto de vista das suas necessidades em termos de efetivos e correspondentes políticas de recrutamento" (Carreiras, 1999, p. 95). De facto, os vários ramos "distinguem-se em função do ambiente e do contexto em que operam, mas também pelas suas diferentes formas de atuação e manuseamento operacional" (Monte, 2020, p. 45).

Gráfico 3
Efetivos militares das Forças Armadas Portuguesas por ramo (%): 2016
From: Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (2003-2016)



O Exército é, provavelmente, o ramo "que incorpora mais mulheres nas suas fileiras, o ramo onde o decréscimo de mulheres militares mais se acentua e o ramo onde a discrepância entre sexos mais se faz sentir" (Monte, 2020, p. 46). De facto, os dados de 2016, indicam que o Exército possuía um contingente militar feminino de 1191 efetivos, superior ao número de efetivos femininos da Força Aérea (921) e da Marinha (769). Contudo, esta foi a área da instituição militar que ofereceu maior resistência à incorporação da mulher, uma vez que os seus traços de personalidade, bem como as suas características físicas, eram encaradas como indesejáveis à área. Isto porque o Exército é o ramo primordialmente terrestre e operacional (ligado ao combate e à utilização de armas), "onde os 'homens e as mulheres atuam utilizando máquinas'" (Monte, 2020, p. 45). Desta forma, tendiam a justificar resistência à incorporação feminina com estereótipos que identificavam a mulher como um ser frágil, emocionalmente instável e de reduzida capacidade e força física (Monte, 2020).

Por outro lado, a Força Aérea, enquanto ramo pioneiro na abertura das Forças Armadas à mulher, manteve um crescimento estável, ainda que lento, ao passo que a Marinha apresenta um valor bastante modesto. Ao contrário do Exército, a Força Aérea e a Marinha são definidas como áreas em que "as máquinas atuam manobradas por homens e mulheres" (Monte, 2020, p. 45). Por conseguinte, concluiu-se que as desigualdades de género nos diferentes ramos das Forças Armadas estão relacionadas com as necessidades, o ambiente e o contexto em que estas se inserem e pelas suas diferentes formas de atuação operacional.

Posto isto, para além da comparação quantitativa por ramo, importa explorar as diferenças no interior destas distribuições, designadamente a representação feminina por categoria hierárquica.

3.2. Evolução dos efetivos militares femininos por posto hierárquico

A instituição militar é uma estrutura altamente hierarquizada. Apesar de existirem várias subcategorias hierárquicas, identificam-se três postos transversais a todos os ramos das Forças Armadas: praça, sargente e oficial (Monte, 2020, pp. 47–48). O posto de praça é hierarquicamente o mais baixo e o menos bem remunerado. Em termos de funções é uma posição versátil: "as Praças [...] desempenham, devidamente enquadradas, funções de natureza executiva e atividades de âmbito técnico e administrativo" (Monte, 2020, p. 48). Por sua vez, o posto de sargento é o "posto intermédio da hierarquia militar, 'destina-se, de acordo com os respetivos quadros especiais e postos, ao exercício de funções de comando e chefia, de natureza executiva, de caráter técnico,

administrativo, logístico e de instrução'" (Monte, 2020, p. 48). Por fim, o posto de oficial é o mais alto e mais bem remunerado da hierarquia militar, "destina-se ao exercício de funções de comando, direção ou chefia, estado-maior e execução que requeiram elevado grau de conhecimentos de natureza científico-técnica e de qualificação" (Monte, 2020, p. 48).

Embora não tenhamos tido acesso a números em bruto, foi possível consultar dados já trabalhados. Estes demonstram que a maioria das mulheres militares ocupa posições menos bem remuneradas e menos valorizadas, sobretudo, o posto de praça (Carreiras, 1999, p. 97). De facto, as mulheres representam ainda baixos valores percentuais no que toca a cargos de liderança e de chefia. Com efeito, poucas são as mulheres que ocupam os postos de sargento e de oficial (Monte, 2020, p. 48). Aliás, a Força Aérea, ramo pioneiro da incorporação das mulheres nas suas fileiras, apenas recentemente, em 2018, promoveu a primeira mulher ao posto de Oficial General, a Coronel Médica Regina Maria de Jesus Ramos Mateus, que coordena atualmente o Hospital das Forças Armadas.

Deste modo, os dados disponíveis permitem concluir pela pouca representatividade feminina no topo da estrutura hierárquica: a mulher tem um acesso muito reduzido a cargos de chefia, correspondendo a maior percentagem de incorporação a posições hierarquicamente mais baixas. Como se depreende do que acabámos de expor, a representação masculina nas categorias de oficiais e sargentos é bastante superior à feminina (Carreiras, 1999, p. 97).

3.3. Evolução dos efetivos militares femininos por especialidade

Relativamente às especialidades que as mulheres desempenham nas Forças Armadas Portuguesas, também não foi possível aceder a valores em bruto, mas apenas a dados e percentagens já trabalhados. A partir da análise destes dados, a seleção das especialidades parece seguir o modelo tradicional de feminilidade, isto é, as funções de serviços direcionadas para as funções administrativas e de apoio logístico, nomeadamente, "serviços gerais; secretariado; material; [...] transmissões; administração militar e saúde" (Monte, 2020, p. 50). Ou seja, funções que, à luz dos estereótipos de género, não oferecem dúvidas quanto ao desempenho das mulheres. Efetivamente, as especialidades de pendor mais operacional apresentam números reduzidos de efetivos femininos. Assim, embora não existam restrições legais de acesso às especialidades operacionais e de maior prestígio militar e social, o número de mulheres nessas áreas é ainda bastante limitado (Monte, 2020, pp. 50–51). Deste modo, a maioria das

mulheres militares está concentrada nas especialidades, pouco valorizadas, dos serviços e de apoio (Monte, 2020, p. 51).

3.4. Evolução dos efetivos militares femininos por situação contratual

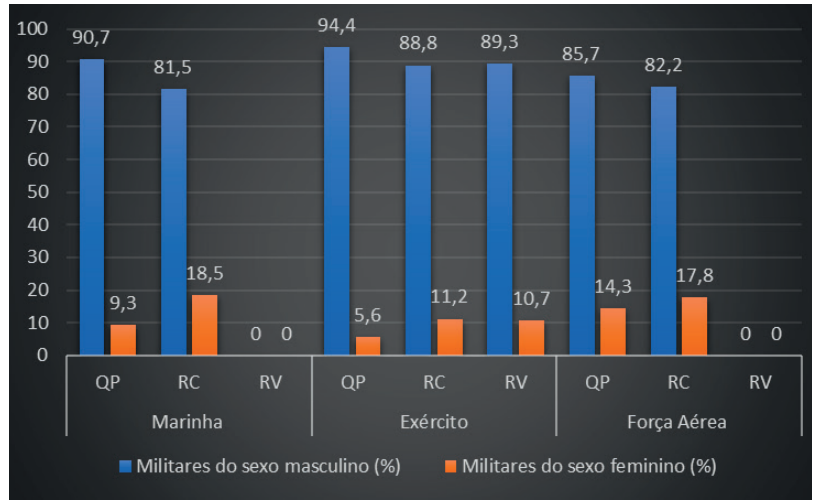
Relativamente aos regimes de prestação de serviços, identificam-se três modalidades: quadro permanente (QP), regime de contrato (RC) e regime de voluntariado (RV). Sumariamente, o regime de voluntariado corresponde a uma incorporação voluntária nas Forças Armadas por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, sendo que, posteriormente, o militar poderá ingressar no serviço efetivo em regime de contrato (Monte, 2020, p. 51). O regime de contrato é realizado sob incorporação voluntária na carreira militar, por um período mínimo de 2 anos e um máximo de 6, com possibilidade de ingresso nos quadros permanentes (Monte, 2020, p. 51). Por sua vez, o quadro permanente "corresponde à prestação de serviço pelos cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontrem vinculados às Forças Armadas com carácter de permanência" (Monte, 2020, p. 52).

Em comparação com os regimes de contrato e de voluntariado, que estão ao acesso dos militares de todos os postos hierárquicos do Exército português. Nos quadros permanentes apenas ingressam os militares em funções de sargento e de oficial, assim, é um regime de prestação de serviço não aplicável ao posto de praça (o mais comum entre as mulheres militares) e, como tal, uma condição de difícil acesso às mulheres (Monte, 2020, p. 52).

Relativamente à participação militar feminina por situação contratual, os dados mais recentes, referentes a 2016, indicam que nos diferentes ramos das Forças Armadas Portuguesas a percentagem de mulheres que desempenha funções nos quadros permanentes é reduzida. Na Força Aérea são cerca de 14,3%, na Marinha 9,3% e, por fim, no Exército 5,6% (gráfico 4). As mulheres têm uma expressão mais significativa no regime de contrato. No regime de voluntariado a sua participação é quase inexistente, com exceção do Exército, onde representam cerca de 10,7% do contingente militar em regime de voluntariado (gráfico 4).

De facto, comparativamente ao contingente militar masculino, que apresenta uma forte representação em todas as modalidades de regime de prestação de serviços, ultrapassando a barreira dos 80% em todos os ramos (gráfico 4), a participação feminina continua a ser pouco significativa quase 30 anos depois da abertura da instituição militar à mulher. Posto isto, podemos concluir que o facto da maioria das mulheres militares estar concentrada nos regimes de contrato e de voluntariado é encarado como natural, uma vez que a maioria destas desempenha funções no posto de

Gráfico 4
Efetivos militares dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas por situação contratual (%): 2016
From: Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (2003-2016)



praça, o qual não contempla o regime contratual de permanência (Monte, 2020, p. 53).

Posto isto, procuramos, em seguida, produzir uma reflexão sobre o uso público da história no que concerne ao nosso projeto de investigação. Para tal, pretendemos abordar os desafios e as potencialidades da abordagem metodológica utilizada na análise aprofundada do objeto de estudo, refletir sobre a experiência de contacto com as Forças Armadas Portuguesas e analisar a importância que este estudo pode representar para a compreensão das questões de género no seio das Forças Armadas e que eventuais consequências pode suscitar na forma como a comunidade científica, a instituição militar portuguesa e a população encaram essas questões.

4. Estudos de género nas Forças Armadas Portuguesas: um exercício voltado para o uso público da história

No que concerne à reflexão sobre o uso público da história em relação ao nosso objeto de estudo. Em primeiro lugar, importa analisar os desafios e as potencialidades das opções metodológicas utilizadas na análise aprofundada do objeto de estudo. Para estudar as mulheres nas Forças Armadas Portuguesas pretende-se, num primeiro momento e com a análise de documentação oficial (leis e projetos-lei) e a recolha de fontes hemerográficas, abordar o enquadramento histórico e legislativo da participação feminina na instituição militar portuguesa nos três principais recortes temporais. Por outro lado, através do estudo dos debates parlamentares, almejamos escrutinar as reações e os

posicionamentos políticos dos vários partidos com representação parlamentar nos três recortes temporais selecionados.

Posteriormente, planeia-se implementar um inquérito por questionário e realizar entrevistas a mulheres militares das Forças Armadas Portuguesas. A recolha desses testemunhos e dessas experiências pessoais, permitirá discutir mais aprofundadamente o impacto dos estereótipos de género na carreira militar da mulher e compreender o contexto e a realidade que as mulheres encontram ao ingressarem no universo militar português. Por último, através do estudo dos *Anuários Estatísticos da Defesa Nacional* (2003-2016) e do recurso a bibliografia, traçou-se, no terceiro ponto, o quadro estatístico da participação feminina em contexto militar, refletindo e quantificando sobre a distribuição do contingente militar feminino pelos ramos militares, postos hierárquicos, especialidades e regimes de prestação de serviço.

Deste modo, o diálogo entre uma abordagem quantitativa e qualitativa demonstra-se crucial à análise aprofundada do objeto de estudo, uma vez que, mais do que uma apresentação estatística e quantitativa dos resultados da investigação, importa, acima de tudo, compreender as dinâmicas sociais que rodeiam o processo de incorporação feminina nas Forças Armadas Portuguesas. Isto porque a análise da evolução dos efetivos femininos nada revela sobre a dimensão qualitativa do processo de incorporação, ou seja, sobre a situação, os papéis ou as perspetivas profissionais das mulheres recrutadas – dimensão que só seria compreendida através da aplicação de metodologias qualitativas. Efetivamente, a metodologia qualitativa é essencial para o entendimento quer das oportunidades e das perspetivas quer dos eventuais constrangimentos, desigualdades e dificuldades de integração que as mulheres experienciam ao ingressar em ocupações, até aí, exclusivamente masculinas – "por vezes [...] pode ser útil, depois de um inquérito quantitativo, realizar uma fase qualitativa complementar para, por exemplo, ajudar a interpretar certos resultados" (Ghiglione e Matalon, 1997, p. 106).

Por sua vez, em relação à importância que este estudo pode representar na forma como a comunidade científica, a instituição militar portuguesa e a população encaram as questões de género, é possível enumerar alguns aspetos. Em primeiro lugar, este estudo apresenta uma elevada relevância e pertinência social, na medida em que é essencial consciencializar a sociedade para a subalternização da mulher, compreender as limitações e restrições que lhe foram impostas pelo modelo tradicional de feminilidade. Algo que exige que se realizem trabalhos sobre esta temática, de maneira que se criem condições para uma mudança de mentalidades.

Em segundo lugar, a nível académico, a história tradicional ocupava-se principalmente da política (uma atividade reservada ao homem), narrava os feitos dos grandes homens (governantes e

militares), enquanto a contribuição feminina foi constantemente diminuída e muitas vezes completamente esquecida e apagada. A década de 1970 é marcada por uma rutura historiográfica promovida pela *Nouvelle Histoire*, associada à *École des Annales*, que começou a interessar-se por novos domínios da vida social que, até aí, vinham sendo desconsiderados. Sobretudo, dando voz àqueles que haviam sido silenciados, como, por exemplo, as mulheres, os pobres e os operários:

> foi a partir dos anos citados que novas formas de fazer e escrever história encontraram espaço na historiografia mundial: a história da memória, a história cultural, a história do quotidiano, a história das mulheres, a história vista de baixo, a história oral e a história do tempo presente (Allier Montaño, 2018, p. 102).

Deste modo, a *Nouvelle Histoire* foi fulcral para o desenvolvimento da história das mulheres. O estudo sobre a problemática das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas ganhou destaque nos últimos anos. Na produção bibliográfica existente tem-se privilegiado uma abordagem de cariz descritivo, estatístico e com um enfoque marcadamente político, refletindo posições ideológicas quanto à necessidade do recrutamento feminino e uma análise quantitativa da evolução dos efetivos femininos na instituição militar portuguesa. Sendo assim, são escassos os estudos com uma abordagem que privilegia uma reflexão em torno das questões de género no processo de recrutamento feminino.

Desta forma, o presente estudo procura explorar e desconstruir os estereótipos de género existentes na sociedade civil e na instituição militar, de forma a compreender as limitações e restrições que foram impostas à mulher pelo modelo tradicional de feminilidade. Ao mesmo tempo, pretende analisar os constrangimentos sentidos pelas mulheres na instituição militar portuguesa e compreender se as políticas destinadas a promover a igualdade formal têm surtido efeitos, a curto, médio e longo prazo, em termos de integração social. Desta forma, procuraremos explorar os obstáculos e dificuldades sentidos pelas mulheres quando inseridas em contextos de hegemonia e dominação masculina: i) relações entre os homens e as mulheres militares; ii) diferenças na forma de tratamento (sobretudo a nível físico – discriminação positiva); iii) relações hierárquicas (como é a postura dos chefes perante as mulheres); iv) atitudes paternalistas; v) aspetos como o assédio sexual (um tema delicado e pouco explorado); vi) as dinâmicas de conciliação entre a instituição militar, a vida familiar e a maternidade.

Por último, quanto à experiência de contacto com as Forças Armadas Portuguesas, dadas as especificidades da instituição

militar, extremamente hierárquica, com uma linguagem, um modelo organizacional e uma forma de funcionamento particulares, a comunicação tem-se revelado complexa.

Com o propósito de compreender o contexto, a realidade e as perspetivas de integração que as mulheres encontram ao ingressarem nas Forças Armadas Portuguesas, procuramos implementar um inquérito por questionário e realizar entrevistas a mulheres militares da instituição. No que toca à seleção e contacto com as participantes no estudo, é essencial ter presente que a realização das entrevistas e a aplicação do inquérito depende da autorização e disponibilidade da instituição militar portuguesa. O processo de comunicação com a instituição foi estabelecido pelo orientador científico do projeto, uma vez que a organização definiu que o contacto apenas poderia ocorrer a nível institucional e com um professor responsável. Por outro lado, a instituição recorreu à validação prévia do questionário e guião de entrevista, aspeto que coloca um conjunto de limitações ao aprofundamento do estudo. Pois, a exigência de aprovação institucional poderá influenciar e definir os contornos dos assuntos a investigar.

Considerações finais

Na década de 1990 foram reunidas as condições e as vontades que permitiram o acesso definitivo das mulheres às Forças Armadas Portuguesas. Contudo, este foi um processo longo, complexo e marcado por avanços e retrocessos. A mulher possui abertura legal para incorporar a instituição militar portuguesa, no entanto, permanecem uma série de desigualdades e barreiras que impedem a plena integração feminina. Efetivamente, a instituição militar é, ainda, um setor onde a assimetria de género é bastante evidente.

O principal objetivo que presidiu à realização desta pesquisa foi o de aferir o impacto da cultura no processo de construção social do género e a sua influência na carreira militar das mulheres. Concluiu-se que o posicionamento das mulheres militares reproduz as hierarquias sexuais e de género existentes na sociedade civil: o trabalho feminino é considerado inferior, menos qualificado e pior remunerado.

Ou seja, a construção social do género definiu características, comportamentos e expectativas associadas à mulher, elaboradas a partir de critérios biológicos, que a mesma devia seguir e que a sociedade em geral esperava que ela reproduzisse. Os estereótipos sexuais associam ao sexo feminino traços de passividade, submissão, dependência, fragilidade e emotividade. Sendo assim, é percetível que os traços físicos e psicológicos da mulher não correspondem ao ideal castrense em que assenta a instituição militar. Este, é marcado por uma série de características associadas ao homem: agressividade, força física, equilíbrio emocional e

racionalidade. Deste modo, parece existir um certo desencontro entre o ser mulher e o ser militar.

Este aspeto parece acentuar-se particularmente nos postos hierarquicamente mais elevados. As mulheres são praticamente excluídas das posições de liderança, uma vez que há um conjunto de preconceitos e juízos de valor acerca das suas capacidades e qualidades profissionais, menosprezadas face à perceção da capacidade de liderança masculina promovida pela sociedade patriarcal. De facto, os cargos de liderança parecem ser quase exclusivamente atribuídos a homens porque, embora tal nunca seja afirmado pela instituição militar, os valores e as tradições culturais ditam que as mulheres não reúnem as qualidades necessárias para os ocupar.

Por outro lado, as especialidades que as mulheres militares ocupam seguem, geralmente, o modelo tradicional de feminilidade. Isto é, as funções de serviços direcionadas para as funções administrativas e de apoio logístico (por exemplo, enfermeiras, médicas, farmacêuticas, secretárias, entre outras). Em relação à situação contratual, é notório que as mulheres têm uma representatividade percentual muito pouco significativa nos quadros permanentes. Isto porque nos quadros permanentes apenas ingressam os militares em funções de sargento e de oficial, assim, é um regime de prestação de serviço não aplicável ao posto de praça (o mais comum entre as mulheres militares) e, como tal, uma condição de difícil acesso às mulheres.

Em suma, a participação feminina continua a ser pouco significativa quase 30 anos após a abertura da instituição militar à mulher. Os dados mais recentes, relativos a 2021, indicam que as mulheres representam apenas 13% do total de efetivos das Forças Armadas Portuguesas. Acreditamos que a construção social do género tem um impacto significativo na carreira militar da mulher. O conjunto de estereótipos e preconceitos acerca das suas capacidades e qualidades profissionais, promovem as assimetrias de género no universo militar português. Assim, as mulheres ocupam os postos mais baixos, as especialidades mais pacíficas dos serviços e os regimes de prestação de serviço que não envolvem um vínculo permanente com a instituição, menos bem remunerados e menos prestigiados.

Notas

1. Mestrado em História pela Universidade do Minho. Título da dissertação: Debates e representações da mulher nas Forças Armadas Portuguesas: da abertura à criação do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (1990-2020).
2. Lei n.º 2135/1968. D.R. I Série. 163 (11-07-1968). Disponível em: WWW: <https://dre.tretas.org/dre/33078/lei-2135-de-11-de-julho>.
3. Idem.
4. Portaria n.º 439/1972. D.R. Série I. 184 (08-08-1972). Disponível em: WWW:

<https://dre.tretas.org/dre/236273/portaria-439-72-de-8-de-agosto>.

5. Lei n.º 30/1987. D.R. I Série. 153 (07-07-1987). Disponível em: WWW: <https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/LEI_030_87.htm>.

6. Idem.

7. Lei n.º 174/1999. D.R. I Série. 221 (21-09-1999) 6541-6550. Disponível em: WWW: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/174-1999-558204>.

8. Ministério da Defesa Nacional. Ministro da Defesa Nacional aprova promoção da primeira general. (consultado a: 2021, dezembro). Disponível em: WWW: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/defesa-nacional/informacao-adicional/dia-da-defesa-nacional.aspx>.

9. Ministério da Defesa Nacional. Em Portugal o serviço militar já foi obrigatório. (consultado: 2021, dezembro). Disponível em: WWW: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=ministro-da-defesa-nacional-aprova-promocao-da-primeira-general>.

10. Percentagem de mulheres sobe de 12 para 13 nas Forças Armadas. *Público*. (08-03-2021). Disponível em: WWW: <https://www.publico.pt/2021/03/08/politica/noticia/numero-mulheres-sobe-12-13-forcas-armadas-1953478>.

11. Idem.

12. Primeira general em funções... mas ainda sem estrelas. *Diário de Notícias*. (29-07-2018). Disponível em: WWW: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-jul-2018/primeira-general-esta-em-funcoes-mas-ainda-sem-estrelas-9642277.html>.

Referências

Allier Montaño, Eugenia – Balance de la historia del tiempo presente: creación y consolidación de un campo historiográfico. *Revista de Estudios Sociales*. 65 (2018) 100–112. Disponível em WWW: <URL: https://journals.openedition.org/revestudsoc/10356>.

Alves, José Hermínio Estevão – A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas. *Nação e Defesa*. 88:2 (1999) 71-80. Disponível em WWW: <URL: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1524>.

Amâncio, Lígia – Masculino e feminino: a construção social da diferença. Edições Afrontamento, 1994.

Beauvoir, Simone – *O Segundo Sexo*. Nova Fronteira S.A, 2009.

Bourdieu, Pierre – *A Dominação Masculina*. Bertrand Brasil, 2002.

Carreiras, Helena – *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997a.

Carreiras, Helena – Família, Maternidade e Profissão Militar. *Estudos Feministas*. 5 (1997b) 69–71. Disponível em WWW: <URL: https://www.jstor.org/stable/24327239>.

Carreiras, Helena – Mulheres Militares em Portugal (1992-1998): Politicas, Processos e Protagonistas. *Nação e Defesa*. 88:2 (1999) 81–111. Disponível em WWW: <URL: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1521>.

Carreiras, Helena – Mulheres Militares em Portugal (1992-1998): Politicas, Processos e Protagonistas. *Nação e Defesa*. 88:2 (1999) 81–111. Disponível em WWW: <URL: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1521>.

Carreiras, Helena – Mulheres em Contextos Atípicos: Lógicas de Exclusão e Estratégias de Integração Feminina nas Forças Armadas. *Etnográfica*. 8 (2004) 91–115. Disponível em WWW: <URL: https://journals.openedition.org/etnografica/4467>.

Castro, Susana – Os impasses do feminismo contemporâneo: identidade e diferença. *Journal of Studies in Citizenship and Sustainability*. 2 (2017) 114–122. Disponível em WWW: <URL: https://civemorum.com.pt/artigos/1/JSCS.2_SCastro_p113.122.pdf >.

Fontes

Ghiglione, Rodolphe; MATALON, Benjamin – *O Inquérito: Teoria e Prática*. Celta, 1997.

Hooks, Bell – *Teoria feminista: da margem ao centro*. Orfeu Negro, 2020.

Machado, Francisco Domingos Garcia Falcão – *Reflexo do "Verão Quente" de 1975 nos Processos de Transição Democrática de Portugal e Espanha*. Universidade Católica Portuguesa, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em WWW: <URL: https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/17309>.

Monte, Ana Margarida Luís – *Género e o Exército Português: O Impacto da Socialização de Género nas Escolhas e Gestão de Carreira Militar das Mulheres Militares Portuguesas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2020. Dissertação de Mestrado. Disponível em WWW: <URL: https://run.unl.pt/handle/10362/111200?locale=en>.

Noronha, Ricardo – Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975. *Ler História*. 69 (2016) 71–87. Disponível em WWW: <URL: https://journals.openedition.org/lerhistoria/2487>.

Ramos, Maria Isabel De Sousa – *Ser militar na primeira pessoa: Perceções de mulheres militares sobre um contexto profissional de hegemonia (ainda) masculina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em WWW: <URL: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23258>.

Legislação

Portaria n.º 439/1972. D.R. Série I. 184 (08-08-1972). Disponível em: WWW: <https://dre.tretas.org/dre/236273/portaria-439-72-de-8-de-agosto>.

Anuário

República Portuguesa: Defesa Nacional – *Anuários Estatísticos da Defesa Nacional 2003-2016*. Ministério da Defesa Nacional. Disponível em: WWW: <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn >.

Fontes Hemerográficas

Percentagem de mulheres sobe de 12 para 13 nas Forças Armadas. *Público*. (08-03-2021). Disponível em: WWW: <https://www.publico.pt/2021/03/08/politica/noticia/numero-mulheres-sobe-12-13-forcas-armadas-1953478>.

Primeira general em funções... mas ainda sem estrelas. *Diário de Notícias*. (29-07-2018). Disponível em: WWW: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-jul-2018/primeira-general-esta-em-funcoes-mas-ainda-sem-estrelas-9642277.html>.

Ministério da Defesa Nacional. Ministro da Defesa Nacional aprova promoção da primeira general. (consultado a: 2021, dezembro). Disponível em: WWW: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/defesa-nacional/informacao-adicional/dia-da-defesa-nacional.aspx>.

Ministério da Defesa Nacional. Em Portugal o serviço militar já foi obrigatório. (consultado: 2021, dezembro). Disponível em: WWW: < https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=ministro--da-defesa-nacional-aprova-promocao--da-primeira-general>.

ÁLVARO DOMINGUES * | DUARTE BELO **

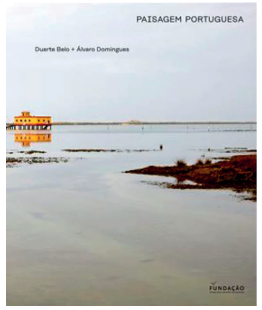
Paisagem Portuguesa Portugal Possível sobre dois livros em torno do espaço português

*
Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto

**
Licenciado em Arquitetura

Resumo Todo o mundo é composto de mudança. Assim escreveu Luís Vaz de Camões, que a este propósito podia até estar a referir-se às paisagens do seu tempo. Apesar das imagens que teimam em persistir, a paisagem é em grande parte produto das mudanças sociais e dos modos de olhar para essa mudança.
No prefácio do livro Paisagens Portuguesas, diz-se:
"Vivemos tempos de identidades múltiplas, circulação rápida de referentes globais, pluralismo, metamorfoses tecnológicas e rupturas velozes e drásticas, dissipações e simultaneidades de contrários. Essa dissemelhança do mundo, paradoxalmente aliada de tudo o que é banalizado e padronizado (e é tanto), provoca um efeito dissolvente de quase tudo aquilo que antes era considerado sólido e permanente. Ao mesmo tempo, o temor criado por essa grande dissolução desperta a necessidade de um reconhecimento próprio e de um reconhecimento dos outros, diferentes ou mesmo inimigos. O sulco da identidade está sempre disponível para ser preenchido por novos materiais, sobretudo por materiais compósitos e mutantes, cuja variedade e plasticidade se adapta melhor à grande agitação dos tempos.
Assim também as paisagens — de registo codificado e revelador de marcas perenes, tempos lentos e traços das origens, transformam-se, como diria Pedro Almodóvar, num verdadeiro ataque de nervos. São virtualmente ilimitadas as possibilidades de representação da paisagem pela fotografia; são ilimitadas as paisagens do mosaico diverso e contrastado de Portugal; e são ilimitados os processos de transformação e as marcas que vão deixando e que acrescentam, combinam, transformam ou obliteram o que antes estava e era. Visto desta agitação, o passado foi ficando cada vez mais problemático no seu poder de resposta para aquilo que o impulso identitário demanda, o presente move-se demasiado rápido e só produz instantâneos e o futuro está quase opaco."

Portugal Possível é uma ideia que remonta a 2016. Num documento digital partilhado, Álvaro Domingues colocava uma, ou um conjunto de fotografias sem uma ordem pré-determinada. De uma seleção prévia a partir do meu arquivo fotográfico, eu selecionava imagens em resposta àquelas. O processo era simples e o conceito do diálogo também. A uma fotografia saturada com elementos de um povoamento humano denso, eu respondia com uma imagem onde estivessem tendencialmente ausentes vestígios de presença humana. Procurar no território português estes extremos, aparentemente contraditórios, do que é atualmente a paisagem que habitamos. Praticamente não existe, não apenas em Portugal, mas mesmo a nível planetário, se excluirmos os maiores desertos correspondentes aos extremos climáticos, uma Natureza intacta, no sentido de espaço anterior ao povoamento humano. O jogo de partida foi este, construir dípticos a partir das contradições de um território comum. O olhar de Rui Lage, expresso em prosa e em verso, veio acrescentar uma outra dimensão de sentido ao conjunto das fotografias. Simultaneamente foram definidos com mais clareza os objetivos deste retrato do Portugal contemporâneo, mas, em sentido oposto, também se abriu mais o leque de possíveis interpretações para as fotografias e para o questionar sobre que espaço comum é este e que país estamos a construir.



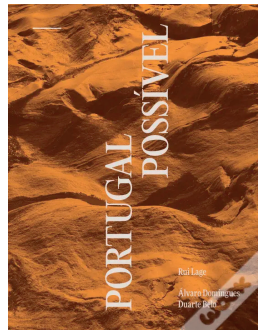
Paisagem Portuguesa,
edição Fundação Francisco Manuel dos Santos

Os pressupostos de partida do livro *Paisagem Portuguesa* são muito diferentes do *Portugal Possível*. O desafio partiu de uma proposta de António Araújo, diretor de publicações da Fundação Francisco Manuel dos Santos, para fazer um livro sobre Portugal, para a coleção *Retratos*. Rapidamente definimos com maior precisão o tema concreto: a paisagem portuguesa num conjunto de 80 fotografias. Mais tarde foi decidido fazer um livro maior e passar das 80 imagens para 141. Este número não é arbitrário. De forma a cobrir todo o espaço português, num mapa dividi o território, tendo como base um cartograma do Instituto Geográfico do Exército, em retângulos correspondentes a 32×30 quilómetros. Para cada unidade espacial escolhia uma fotografia do meu arquivo. Pontualmente senti a necessidade de voltar ao terreno e visitar alguns locais para atualizar o arquivo e cobrir temas que tinha em falta. Esses temas relacionavam-se com questões que defini como relevantes na caracterização, pela fotografia, da dimensão geológica do solo bem como do coberto vegetal e a cobertura de todo o tempo do povoamento humano no território hoje Portugal, da pré-história aos nossos dias. Foi-me proposto trabalhar com o Álvaro Domingues, que imediatamente acedi. Ao contrário do *Portugal Possível*, foi eu que dei o mote de partida: selecionada uma fotografia, era enviada para o Álvaro Domingues para escrever um pequeno texto. Em boa verdade a ideia inicial foi a de escrever um texto introdutório, mas o Álvaro avançou para a escrita sobre cada imagem, o que acabou por fazer do projeto um conjunto de dípticos, entre imagem e texto.

Portugal é um enorme labirinto de contradições, de fragmentos de ordem numa paisagem entrópica. São virtualmente ilimitadas as possibilidades de abordar este território. Por coincidência, dois livros, com os mesmos autores, ficaram prontos a mesma altura, no final do ano 2022. Foram duas propostas de leitura a partir de trabalhos independentes sobre estes temas do território, da geografia e da arquitetura, assentes em trabalhos individuais desenvolvidos ao longo de mais de três décadas. São obras que não fazem juízos de valor nem propõem formas de intervenção. São leituras, interpretações abertas, de um solo, uma casa comum; olhar reflexivo sobre um retrato coletivo esquivo e indeterminado.

Paisagem Portuguesa – começa assim este livro, com um texto cujo título é Afloramentos *de uma identidade plural*:

> *Do século XIX herdamos convicções firmes acerca da necessidade de fazer coincidir uma nação, um estado, uma língua, uma cultura, um território, uma religião, um povo, uma «raça» ... com uma identidade própria que a História e a Geografia também tratariam de dar corpo e legitimar. Realizada essa função por uma pequena elite enredada na malha do poder, não havia mais que fazer do que simplificar as narrativas e as imagens identitárias do nacionalismo e pô-las*



Portugal Possível,
edição Museu da Paisagem

> *a circular até constituírem um adquirido, uma memória colectiva que depois se reproduzia por todos os dispositivos de comunicação: imprensa, livros escolares, tertúlias, acções de propaganda, postais, guias de viagem, congressos, festividades, celebrações e depressões colectivas como a que assolou Portugal aquando do Ultimato britânico de 1890 e a bancarrota logo a seguir. Mais importante do que os conteúdos definidores da identidade, eram as razões de tal invocação — as razões e, claro, as intenções de quem usava tais substâncias activas. De crise em crise e, sobretudo, do longo tempo de duração da Ditadura de Salazar, ficou uma herança desmedida de excesso de identidade, mitos, lendas, narrativas, imagens do país à beira-mar plantado, pobre e feliz, descalço e trabalhador, habitando a terra abençoada dos egrégios avós. (...)*

De tudo isto e do depois veio, ficaram narrativas – textos e imagens. A paisagem – pintura, fotografia, literatura, cinema, etc. – tem um largo cadastro enquanto veículo e descritor de identidades nacionalistas, regionalismos, localismos, estados de alma, manifestos ou celebrações. O romantismo europeu de finais do séc. XVIII e por todo o século seguinte, instituiu a paisagem (e, por essa via, a manifestação da natureza) como um modo de existência e de comunicação de absoluta importância.

John Constable (1776-1837) o mais influente criador e divulgador da cena campestre jurava que pintar era apenas uma outra palavra para querer transmitir o que se sentia – a paisagem não é uma materialidade, aquilo que está na frente dos nossos olhos; é um estado de espírito. Para uns, é contemplação, fundo de cenário próprio para introspecção, para outros como Caspar David Friedrich (1774-1849) é um tumulto, a tragédia do humano face ao poder avassalador da natureza e de outros abismos. Em tempos de Instagram, a paisagem é apenas um instantâneo para a fervura das redes sociais – *landscape for likes*.

Sem cair em extremos, podemos ensaiar umas palavras acerca das fotografias que o Duarte Belo escolheu, tentando ultrapassar aquele dito que *uma imagem vale mais do que mil palavras*, ou que *numa palavra* se pode sintetizar o que quer que seja.

Vai em estilo epistolar:



Serra da Padrela

Queridos pedregulhos outros que não nós,
Estivemos eternidades aqui depositados em forma de pedregulho imenso adormecido por baixo da terra. Não havia nada para contar – o silêncio geológico depois do fogo ardente do magma que arrefeceu para nos gerar.
Agora é uma alegria – de coisa natural passamos a recurso natural, muitas máquinas, dinheiro para as mover, muita pedra partida e muita outra aqui deixada para grande alegria dos coelhos e outras bichezas que nos habitam. Lá ao fundo estão os moinhos de vento do Quixote. Sabeis porquê? Porque o vento também é recurso natural e produz energia eléctrica que os humanos consomem em doses vertiginosas. É tudo por agora. A julgar pelas nuvens, vem aí uma trovoada. Ou há de ser pólvora para explodir a pedreira, ou este ribombar dos céus que nos estremece. Um desassossego.



Vale Douro Miranda

Olá prima rapina!
Já não te lembrarás do nosso último encontro, por certo. Eu era aquele grifo do Douro que falou contigo durante o pic-nic das Arribas do Douro em que comemos aquela pá de vaca velha que o talhante arremessou pela encosta abaixo. Lembraste? Nunca mais nos vimos. Eu continuo a esvoaçar por aqui entre estes ermos e Miranda do Douro que vista aqui de cima é como se fosse de drone. Há comida, gente a fotografar, barcos no rio e muita rapina como nós. A última rapina de que falam é de um negócio de barragens que devia ter deixado grossa maquia cá na terra e que não deixou. Aqui nunca medrou muita coisa. Agora chama-se interior e quem cá estava ou está não tem outro remédio senão ir para o exterior. Adeus, adeus que vem aí a carrinha do homem do talho com qualquer coisa. Aparece!



Vertice geodésico, Tabuaço

Meu Tenente,
Espero que se encontre bem e que não falta nada no quartel. Aproveito a ocasião para lhe mostrar como é que a bandeira ficou hasteada. Soprando vento, não está mal; não é seda natural, mas o nylon também brilha e dá aquele efeito e um drapejar intenso. Isto, meu Tenente, faz-me lembrar o nosso passado glorioso! As atalaias no cimo dos castelos roqueiros!, o inimigo temeroso a observar de longe, montanhas sobre montanhas sob o nosso domínio! Passou agora mesmo uma lebre com uma orelha a meia haste!!!. Vou cortar a parte do pau que sobra! *Brade a Europa à terra inteira: Portugal não pereceu!* (ainda).
Respeitosos cumprimentos desta praça. Viva Portugal!



Querida tia,
Coimbra!, finalmente. É tudo aquilo que vê no apinhado de casas até não caber mais nada na fotografia; é o rio Mondego que aqui faz uma poça de água que não corre nem para um lado nem para o outro. Não sei que mais lhe diga. Em estrangeiro, o Chat GPT diz que Coimbra is a city in central Portugal, located on the banks of the Mondego River. It is the third-largest city in Portugal, after Lisbon and Porto, and is home to one of the oldest universities in Europe, the University of Coimbra. The university was founded in 1290 and is located on a hill overlooking the city. Coimbra has a rich history, and there are many historic buildings and monuments to see, including the Romanesque Old Cathedral, the Baroque New Cathedral, and the Gothic Monastery of Santa Clara-a-Velha. The city is also known for its traditional fado music and its lively nightlife. Nightlife é uma coisa que dá muita despesa... Não se esqueça da mesada! Beijinhos do sobrinho querido quase doutor engenheiro.



My dear love,
My love for you is like a never-ending flame, etc. vou escrever-te em português para veres como já estou tão bem encaixado nesta terra como aquelas árvores espichadas na esplanada. Está muito calor. Fritam-se-me os miolos. O mar é muito longe e há muita casa junta de várias alturas e feitios. No tempo antigo das lendas de reis e mouros, havia uma moura desencantada apaixonada por um cristão que lhe rezava ladainhas assim como eu a ti my dear love, a never-ending flame. O jovem era do exército invasor e convenceu-a a que lhe abrisse a porta da cidade de Faro e ela abriu e foi o que foi e por isso lhe cortaram a cabeça à desgraçada. Isto está muito esquecido e o tema tem pouca saída nos tempos que correm: as cidades não têm portas, entra e sai gente de todo o lado e o turismo sofre muito com cenas de violência e falta de água. My heart is ready to break, and my eyes are drowned in tears, regressarei a Londres assim que me passe a verborreia, verbiage and so on.



Piquinho, Ilha do Pico, Açores.

Caro Stromboli,
Um homem muito antigo, Gaspar Frutuoso, que por aqui andou ou mandou saber notícias porque tinha saudades da terra, escreveu que *no cimo deste pico está(va) uma boca aberta, de grande concavidade, em que se não acha nem se sabe fundo, por onde arrebentou em tempo antigo, de que não há notícia, antes de a ilha ser achada*. Sou eu, agora de boca fechada! De ti, vou tendo notícias do impulso explosivo que sempre te conheci. Por cá, horizonte calmo, vacas e vinho e muito mar em volta, baleias, cachalotes e golfinhos, outras ilhas e passarada de um lado para o outro, o canal, o Nemésio e o mau tempo. Turva-se-me a cabeça com nuvens durante a maior parte dos dias em que me acho impregnado de humidades. Hoje não! Parece o azul mediterrânico das tuas berças, mas sinto muito a falta que me rebente uma boa escoada lávica e de uma alma que me contenha,
Dei um ai entre dois picos,
Ouviram-me dois penedos ;
Se tu me não foras falsa,
Contára-te os meus segredos

CIDÁLIA F. SILVA* | MARIANA CARVALHO** | GABRIELA TREVISAN***

O Palácio-Processo, no Bairro da Emboladoura, Guimarães

O trabalho desenvolvido pelo ProChild CoLAB foi apoiado por: (i) NORTE-06-3559-FSE-000044, integrado no convite NORTE-59-2018-41, visando a contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional Programa Norte 2020, área temática de Competitividade e Emprego, através do Fundo Social Europeu (FSE) e (ii) Programa de Interface de Missão do Plano de Resiliência e Recuperação, edital n.º 01/C05-i02/2022, visando garantir financiamento para reforço da rede de instituições de interface, conforme definido no regime jurídico em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n. 63/2019, de 16 de maio, bem como na sua 1ª revisão sobre 'Centros de Tecnologia e Inovação – CTI' e 'Laboratórios Colaborativos – CoLABs', aprovados pelo Decreto-Lei n. 126-B/2021, de 31 de dezembro.

*
Escola de Arquitetura, Arte e Design, Lab2PT, Universidade do Minho

**
Prochild CoLAB

***
Prochild CoLAB

Resumo

O Palácio da Imaginação resultou de um processo de co-construção com a comunidade residente do Bairro da Emboladoura, Gondar, Guimarães, onde se incluem adultos e crianças, que pretendeu responder a necessidades identificadas pelos mesmos relativamente ao espaço que habitam. A proposta apresentada surgiu de um trabalho no terreno que procurou escutar a população, com particular enfoque nas suas perspetivas sobre o espaço público, promovendo a participação das crianças e jovens ao longo do processo. Desta lógica resultaram diferentes inciativas de auscultação, de mapeamento e de co-decisão sobre o lugar de implantação das estruturas que compõem o Palácio da Imaginação. A par destas estruturas, o processo compreendeu diferentes atividades pensadas a partir desse diagnóstico prévio, que permitiu um conhecimento aprofundado sobre o espaço, seus modos de apropriação, locais que carecem de melhoria/reconstrução para uma melhor qualidade de vida dos residentes. Este artigo pretende relatar, de modo necessariamente breve, esse Palácio-processo, refletindo sobre os seus ganhos e dificuldades e sobre o impacto que resulta para a comunidade em questão.

Palavras-chave: bairro da Emboladoura, Palácio da Imaginação, participação comunitária

Abstract

The Palace of Imagination (PI) resulted from a co-construction process with the resident community of Bairro da Emboladoura, Gondar, Guimarães, which includes adults and children, and sought to respond to their needs regarding the space they inhabit. The proposal emerged from field work that sought to listen to the population, with particular focus on their perspectives on public space, promoting the participation of children and young people throughout the process. This logic resulted in different initiatives of consultation, mapping and co-decision on the place of implantation of the structures that make up the Palace of Imagination. Alongside these structures, the process comprised different activities designed from this previous diagnosis, which allowed for in-depth knowledge about the space, its modes of appropriation, places that need improvement/reconstruction for a better quality of life for residents. This article intends to report, in a necessarily short way, this Palace-process, reflecting on its gains and difficulties and on the impact for the community in question.

O Processo

O "Palácio da Imaginação" (PI) é simultaneamente um processo e uma série de pequenas estruturas multifuncionais e espaços coletivos que foram construídos para responder às necessidades dos residentes do Bairro da Emboladoura. Tendo sido negligenciados durante décadas pelas instituições oficiais responsáveis, estes moradores – com um especial enfoque nas crianças e jovens – foram envolvidos num processo que visa melhorar a sua vida coletiva e o seu sentido de pertença ao lugar. Ao questionar o que é um "Palácio", não como um Objeto, mas como um Processo, mantendo o seu carácter extraordinário, pretende-se tornar a vulnerabilidade socioespacial no seu movimento transformador: para que cada "ser" e "todos" possam ampliar o imaginário e, assim, transpor as opressões externas e autoimpostas.

O Bairro, sito na Urbanização da Emboladoura, no limite oeste do concelho de Guimarães, foi construído em 1980 pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE, atualmente denominado IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e está identificado com o n.º 1135. Trata-se de um conjunto habitacional constituído por 231 frações habitacionais e 18 frações não habitacionais, com condições habitacionais muito precárias e a necessitar de uma intervenção urgente, tanto ao nível da recuperação dos blocos habitacionais, como do sistema de espaços coletivos. Este bairro foi selecionado como um lugar prioritário de intervenção devido aos elevados níveis de pobreza desta comunidade e, consequentemente, das famílias e das suas crianças.

Com financiamento do programa governamental Bairros Saudáveis, no valor de 50 000 euros, o PI tornou-se uma realidade através da formalização de 18 atividades que pretenderam colmatar o fosso entre o Individual e o Coletivo, explorando a empatia perante o "outro" como um instrumento de diálogo e atenuação de tensões existentes, que nem sempre são fáceis de gerir nas relações interpessoais. Estas atividades, como se referiu, foram possíveis de concretizar devido aos parceiros do projeto, a diferentes apoios que foram acontecendo ao longo do processo e da participação de membros da própria comunidade que tornaram possível, por exemplo, a construção de protótipos em madeira, a costura das almofadas para as boxes e estudo, entre outros.

Do surgir da ideia

A ideia de intervir neste bairro surgiu dentro dos projetos de investigação-ação em desenvolvimento no eixo da Participação Social, no âmbito do ProChild CoLAB, um laboratório colaborativo cujo objetivo central é combater a pobreza e a exclusão infantil. Tendo como objetivos centrais, entre outros, promover o conhecimento científico sobre participação social, cidadania e igualdade de género das crianças, com base numa abordagem interdisciplinar e multinível; e construir práticas sociais integradas com base territorial para promover a participação social das crianças e o seu bem-estar, este eixo privilegia os níveis de multi e interdisciplinaridade para a promoção de uma cultura comunitária promotora dos direitos da criança. A sua área de intervenção é o território de Pevidém, onde o Bairro da Emboladoura está inserido, esta é uma região afetada por todas as crises da indústria têxtil, com desemprego cíclico, uma elevada taxa de emigração e precariedade das condições de trabalho, para além de graves ameaças à qualidade do ambiente familiar, bem como ao desenvolvimento e ao bem-estar da criança.

Para compreender os problemas deste bairro extremamente desfavorecido, a equipa do ProChild CoLAB juntou esforços com a Fraterna, convidando este Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social de Guimarães, já enraizado na comunidade a partir de intervenções integradas no Programa Escolhas, com o Projeto Porta 7, a ser o promotor do Palácio da Imaginação e mediador efetivo junto da população.

Da metodologia

O labor transdisciplinar cruza o campo da arquitetura com os campos da sociologia e artes plásticas, contribuindo para tornar este Palácio da Imaginação uma realidade através do envolvimento persistente da equipa com as crianças do bairro, num ritmo semanal, cultivado ao longo de um ano.

O tipo de intervenção que aqui se defende deverá ter um caráter endógeno, partindo das comunidades e das pessoas que as habitam, e procurando a resolução de problemas concretos a partir de intervenções emancipatórias (Trevisan, Bento, Carvalho, Silva, Sarmento, 2022, p.44).

A metodologia do processo participativo aplica 4 verbos-ações que concretizam os objetivos do Palácio da Imaginação. No âmbito de cada ação-verbo, foram planeadas diferentes atividades para responder a necessidades específicas. No plano do "Interdialogar", foram desenvolvidos *workshops* com a comunidade para identificar as necessidades existentes e discutir os objetivos para a construção do Palácio da Imaginação, nomeadamente a sua localização e a necessidade de um local coberto para usufruto da comunidade. Na esfera do "Recriar", trabalhou-se a atividade de estudo, através da construção de seis estruturas de madeira (box de madeira), para que as crianças e jovens possam utilizar com maior conforto e privacidade; recriou-se a parede, o chão e o teto para construir as estruturas coletivas do Palácio e, finalmente, tentou-se recriar o diálogo entre todos os envolvidos. No plano do "Habitar" o meu bairro, foram realizadas ações de reconhecimento do bairro e respetivo mapeamento; no "Habitar" o estudo, as crianças passaram a usar as estruturas de madeira construídas pelo projeto para fazerem os seus trabalhos de casa, melhorando assim substancialmente as suas condições de concentração; no "Habitar" a comida, foram realizadas oficinas de fabrico de pão e de cozinha vegetariana, promovendo-se os princípios de uma alimentação mais saudável e equilibrada; no "Habitar" a saúde física e mental, foram realizadas sessões gratuitas com uma pediatra e uma psicóloga, dirigidas a crianças, jovens e profissionais de outras áreas; no "Habitar" o tecido, reutilizaram-se desperdícios da indústria têxtil, cedidos por empresas locais, na construção das estruturas coletivas e em várias outras atividades, como é o caso

da celebração com a comunidade do Dia Internacional do Brincar. No âmbito do verbo-ação "Ativar", ativou-se a prevenção universal e a promoção do bem-estar com a realização de sessões com um psiquiatra sobre prevenção do abuso de substâncias psicoativas, sobre hábitos de alimentação saudável e os benefícios do exercício físico; no "Ativar" a troca, realizou-se o mercado comunitário, com residentes locais e pessoas externas ao bairro; no "Ativar" o ambiente, foram empreendidas ações de sensibilização ambiental; e finalmente, no "Ativar" o céu, disseminou-se o projeto Palácio da Imaginação nas redes sociais, por via de exposições e de apresentações públicas em vários fóruns.

Da participação

Considerando quão desfavorecida e isolada esta comunidade se encontra, cuidámos da inclusão, interagindo com a comunidade, incluindo tanto as crianças e jovens como os idosos, assim como pessoas que enfrentam uma série de dificuldades, tais como a dependência, erradicando o medo que impede qualquer aproximação. Trata-se de "pôr-se à disposição daquilo que era difícil de compreender, vencer receios e complexos para encontrar a serenidade de não julgar, de não querer determinar e de não criar certezas" (Careri, 2017, p. 32).

A participação da comunidade, onde se incluem as crianças e jovens, é um ponto central da metodologia adotada no trabalho desenvolvido neste território. Tal como afirmamos anteriormente, os processos participativos comunitários deverão partir dos sujeitos a quem se destinam, onde os diferentes parceiros procuram, em conjunto, a melhoria das suas condições de vida. Esse é um dos motivos principais para a promoção de ações como os cafés comunitários, os exercícios de mapeamento coletivo, entre outros.

Os residentes que assim desejaram, ou aqueles que, apesar das nossas limitações conseguimos atrair, tiveram a oportunidade de se envolver em todas as fases do processo por via das seguintes atividades: A) Um inquérito realizado com crianças em plena pandemia de COVID-19 forneceu uma análise preliminar que permitiu avaliar qual deveria ser o foco do projeto. As necessidades mais críticas dos habitantes estavam todas relacionadas não só com a inexistência de um espaço abrigado da chuva e do sol polivalente (lazer, convívio, atividades desportivas, brincar, iniciativas culturais, etc.), mas também com o objetivo de melhorar as condições de estudo para as crianças. B) Através das ações "interdialogar" e "Habitar o meu bairro", aprendemos sobre as competências dos residentes, como gostariam de participar no Palácio da Imaginação e onde é que a estrutura a construir deveria ser implantada. C) Tanto as crianças como os adultos

Figura 1
Estruturas de madeira polivalentes (box)



participaram na cocriação das estruturas de madeira para "recriar o estudo". Como resultado, as crianças descobriram as suas próprias capacidades artesanais, assim como o prazer da experiência "do fazer". Longe de dar respostas a todas necessidades da comunidade, este projeto, apesar do seu orçamento muito reduzido, conseguiu não só desenvolver as 18 atividades ao longo de um ano, mas também construir as estruturas de base para melhorar as condições desfavoráveis identificadas pela população residente, nomeadamente através da construção de 6 estruturas flexíveis de madeira, dedicadas ao estudo e a outras apropriações imaginadas pelas crianças (Figura 1); um espaço coberto, de 7,5 x 15 metros, capaz de acomodar os usos listados no processo de diagnóstico realizado com a comunidade; e, junto a este espaço, o *Imaginarium*. Obviamente que, como é usual em Portugal, estes resultados foram apenas possíveis pela dedicação e por imensas horas de trabalho pro-bono por parte das investigadoras e de tantos outros elementos que generosamente dispuseram o seu tempo e dos seus talentos para trazer um pouco mais de alegria a um lugar humano e físico profundamente abandonado, esquecido e estigmatizado.

Da estética

A ideia de uma estética distinta que incorpora a qualidade visual e textual foi considerada crucial para ajudar a dissipar as perceções negativas em relação a este lugar negligenciado. Assim, destaca-se a importância que o Projeto conferiu desde o início à qualidade estética em todas as suas vertentes: textual, visual e projetual. A escrita foi burilada através da elaboração de uma linguagem fiel à poesia da imaginação. As crianças estiveram diretamente envolvidas neste processo, que incluiu atividades como a criação



Figura 2
Estrutura do Palácio e Imaginarium

de um vídeo promocional para angariação de fundos. Uma cuidadosa seleção de cores e padrões realizada com crianças e jovens criou a linguagem visual do Palácio da Imaginação em todas as peças de comunicação (logotipos, vídeos, panfletos, etc.).

Quanto às estruturas projetadas, dois pontos devem ser ressaltados: a) as estruturas de madeira são fáceis de montar, permitindo que o projeto se concentre no objetivo "fazer com as crianças"; são igualmente fáceis de desmontar e de deslocar para outros locais, além de serem flexíveis e estimularem a apropriação livre e lúdica por parte das crianças; b) os usos polivalentes da estrutura do Palácio (Figura 2) implantada sobre o vale do rio Ave devolvem o bairro ao rio, favorecendo o deleite e o usufruto desta paisagem agrícola. A escolha da cor vermelha, também usada no centro histórico de Guimarães (Património da Unesco), é uma declaração simbólica e ética, relembrando os 99% de território que também precisa do nosso cuidado e atenção urgente.

Da replicabilidade

Este é um projeto não conformista, feito a partir de um lugar específico e com residentes locais. No entanto, dada a sua natureza e âmbito, pode ser facilmente replicado noutros territórios. A ética adotada é o primeiro princípio a ser infinitamente repetido: recriar uma e outra vez um projeto utópico que aborda as necessidades e as potencialidades das pessoas e do lugar, sem preconceito, através da aceitação e da empatia – ponto de partida basilar para uma mudança comprometida com a construção de lugares de liberdade.

O projeto pode ser replicado de acordo com quatro pontos. A) Por via da metodologia estruturada em cinco verbos-ações,



Figura 3
Estruturas de madeira a criarem um espaço coletivo protegido do sol. Concerto dos Quatro e Meia, no qual, para além da população do bairro, foram convidados os professores e crianças que frequentam a escola EB 1 de Gondar. Bairro da Emboladoura, 11 de novembro de 2022.

como já foi referido: "Interdialogar", "Recriar", "Habitar" e "Ativar". B) A estrutura de madeira da *box* de estudo é um protótipo que pode ser repetido de forma modular; pode ser apropriada de múltiplas formas, proporcionando tanto um espaço íntimo para a criança se sentir em casa enquanto lê pacificamente um livro num espaço partilhado e comum, como um espaço coletivo, em que as crianças podem brincar com os módulos para criar um lugar de maiores dimensões, protegido do sol e da chuva (Figura 3). C) O *Imaginarium* é uma pequena peça triangular, provida de um "óculo" para olhar o céu, expandindo a nossa sensação de infinito e de pertença a um universo muito maior, e de uma pequena abertura ao nível do chão, que pode ser usada pelas crianças para brincar, num entra-e-sai constante. A não função do *Imaginarium* é a infinita liberdade de imaginar e de estar vivo. D) E, finalmente, o lema do projeto: "Imaginação" como a capacidade de comunicação integral de cada ser e de todos.

A inauguração que teimava em não chegar

A 16 de junho de 2023, o Palácio da Imaginação foi finalmente inaugurado. Este é o rito que todavia faltava, o que deixou esta estrutura no limbo, entre 6 de dezembro 2022 – dia da finalização da construção da estrutura coberta do Palácio e do *Imaginarium* – e 16 de junho de 2023. Uma espera-transição que do ponto de vista da inserção no lugar-comunidade é claramente contra vantajosa. Os ritos, como todos sabemos, têm o potencial de criar um sentimento de pertença entre a comunidade e o espaço.



Figura 4
Inauguração do Palácio da Imaginação, 16 de junho de 2023.

Todos foram convidados, para ali se juntarem, a olhar o rio, a sentir o sol. Mais uma vez foram as crianças a juntarem-se a nós em toda a preparação daquele momento formal. Dissemos: aqui o teto que tantas vezes repetiram ser necessário. Para se reunirem, para brincarem, para fazerem churrascos, ou festas comunitárias, celebrar o São João, com Sardinhas e bebida a rigor. Neste Palácio não vai ser necessário pedir autorização a ninguém para o usar, ao contrário do Ringue do Bairro, para o qual é preciso pedir autorização ao IRHU. Sem portas, nem barreiras, assim é: só um chão com teto, de livre uso aberto à apropriação livre da população. Esperamos que pequenos e graúdos assim o façam. A D. Carla Ferreira, que nos acompanhou desde o início, e que vive no prédio mesmo em frente, exclamou entusiasmada: "já tenho um sítio onde fazer a minha festa de aniversário"; a alegria tocou-nos. É isso, é isso que desejamos nesta projeto-processo. Um convite em aberto à imaginação de todos.

Palavras finais

Este texto resulta do convite feito pela Professora Fátima Moura Ferreira, o qual muito agradecemos, para participamos no "Seminário de Práticas Comunitárias e História Pública", realizado na Universidade do Minho em Braga a 19 de janeiro 2023. A apresentação que fizemos sobre o Palácio da Imaginação, precedeu a de Bruno Madeira, o qual referiu não nos lembrando em concreto das suas palavras que após "uma sessão plena de alegria, a sua iria ser bastante mais pessimista". Reconhecemos que apresentamos talvez uma versão demasiado celebrativa do processo de co-criação do "Palácio". Um ano de experiência

imersiva entre a nossa equipa e as crianças do Bairro. Foi um ano intenso, vivido entre extremos emocionais. Entre alegria contagiante, e tristeza também; numa constante sensação de impotência, sobre a possiblidade incerta do vir a tornar possível. Assim, deixamos umas palavras finais sobre a dificuldade invisível, mas vivida constantemente, de concretização desta (im)possível prática comunitária, se assim se lhe pode chamar dentro do contexto em que este livro nasce. As instituições, cada uma com as suas regras e temporalidades entram em choque permanente, dificultando a concretização dos projetos dentro do tempo linear limitado do financiamento do projeto. Talvez seja mesmo um fenómeno digno de celebração, o facto que as coisas cheguem a ser concretizadas, com tantas linhas do tempo opostas; ritmos que impedem a engrenagem de se mover. Neste, acresceu a contingência da Pandemia do Covid 19.

Neste processo-movimento existiram mais que muitos contra-movimentos, explícitos e implícitos também. Nas janelas do tempo abertas, sim foi possível concretizar as 18 atividades previstas, organizadas nos quatro verbos-ação já referidos, "interdialogar", "recriar", "habitar" e "ativar." Co-criámos e construímos 6 estruturas de madeira para as crianças não só terem melhores condições de estudo, mas permitindo pela sua flexibilidade, usos polivalentes. Construímos uma estrutura coberta de 15mx7,5m e um *Imaginarium*, um pequeno volume triangular coberto, implantadas com vista bonita para o vale do rio Ave. Estas são as estruturas físicas que o projeto concretizou. Pretendem dar resposta às necessidades identificadas pelos moradores, nas diversas ações de participação que fizemos com a comunidade.

Mas entre o que fizemos, parece-nos que é muito mais o que não se atinge que é também relevante. Este projeto melhora parcamente as condições precárias nas quais esta população vive. Mais do que uma vez, testemunhamos a impotência de contribuir para uma transformação real, vendo as crianças e adolescentes aprisionadas no ciclo de pobreza, onde o desiquilíbrio de género, é mais do que evidente.

O ProChild CoLAB tem uma equipa multinível, mas que não foi possível mobilizar para este bairro. Para além da sociologia da infância, arquitetura e artes plásticas, tivemos uma psicóloga e um psiquiatra envolvidos, mas a sua intervenção no projeto foi pontual e não é consequente com uma mudança estrutural que apenas se poderá atingir numa intervenção continua. O que fazer para quebrar padrões de pobreza, agrilhoamento em rituais de iniciação sexual e substâncias aditivas, o poder de dizer 'não' quando se quer fazer parte da tribo e não se tem em casa uma família estruturada? Podemos dizer, não sei, não é da nossa área disciplinar, mas isso não nos deixa mais tranquilas, muito menos em paz. No momento em que nos envolvemos com estas crianças e adolescentes e elas



Figura 5
Capa do "Jornal de Guimarães em Revista", com uma peça sobre o processo do Palácio da Imaginação, Junho de 2023, da autoria de Tiago Mendes Dias

passam a fazer parte da nossa vida é humanamente impossível, o refúgio na área disciplinar.

No final deste processo, soubemos que 5 crianças iriam ser separadas, uma a uma, pelos seus respetivos pais. Face a tudo isto, o Palácio-processo é uma semente, que quanto muito trouxe momentos de alegria durante o ano de envolvimento real com estas crianças, semana a semana. Mas de resto, o que fica, é muito pouco. No limite, talvez seja como o Álvaro Domingues diz, não há comunidade e estes projetos são muito atrativos para os arquitetos e estudantes de arquitetura, mas inconsequentes. Talvez ele tenha razão. E a mudança seja mesmo impossível. No entanto, ainda não o pensamos assim. Todavia o tempo nos faz caminhar "adelante". Não chega semear, iniciar o processo, é preciso cultivar, e esse é o maior desafio.

Notas

1. As obras de reabilitação nos edifícios do Bairro deram início no segundo trimestre de 2023, após anos de espera por parte dos moradores.
2. Disponível em https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=472.
3. O Eixo da Participação Social pretende construir o Modelo de Território de Aprendizagem por meio de uma intervenção integrada nas áreas social, educacional, planeamento urbano, proteção e saúde, voltada para crianças e adultos em comunidades socialmente desfavorecidas. Disponível em https://prochildcolab.pt/areas-e-projetos/participacao-social-2/.
4. Para um aprofundamento do conceito e pressupostos do Território de Aprendizagem, consultar: TREVISAN, Gabriela; BENTO, Gabriela; CARVALHO, Mariana; SILVA, Cidália; Sarmento, Manuel Jacinto. Infância, espaço público e participação: a abordagem do Território de Aprendizagem. In GOBBI, Márcia Aparecida; ANJOS; Cleriston; SEIXAS, Eunice; TOMÁS, Catarina (orgs.). *O direito das crianças à cidade. Perspetivas desde o Brasil e Portugal* [em linha]. São Paulo: FE-USP, 2022 [30 de junho de 2023]. P. 35-58. Disponível em https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/804. ISBN 978-65-87047-31-7
5. Comentário de Álvaro Domingues na aula de Territórios: Desafios e Representações, CEAT, Curso de Estudos Avançados em Território, FAUP, 24 de fevereiro de 2023, Porto.

Referências

CARERI, Francesco. *Caminhar e Parar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2017. ISBN 9788584520909

TREVISAN, Gabriela; BENTO, Gabriela; CARVALHO, Mariana; SILVA, Cidália; Sarmento, Manuel Jacinto. Infância, espaço público e participação: a abordagem do Território de Aprendizagem. In GOBBI, Márcia Aparecida; ANJOS; Cleriston; SEIXAS, Eunice; TOMÁS, Catarina (orgs.). *O direito das crianças à cidade. Perspetivas desde o Brasil e Portugal* [em linha]. São Paulo: FE-USP, 2022 [30 de junho de 2023]. P. 35-58. Disponível em https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/804. ISBN 978-65-87047-31-7

Epílogo

As sombras permanecem sobre solo fértil, impossibilitando a flor de brotar

Amamos o fazer, e o voltar a fazer,
nada é pura repetição,
sempre imaginação.

Do amor
Nas mãos na matéria
Do fazer com as crianças
caminhada conjunta
que ainda ecoa
ritmadamente na nossa alma.

Por vezes, talvez demasiadas,
perdidas no bosque cerrado nos quedamos,
aguardando por algo que teima em não acontecer.
Não acontecer.

Esperamos inquietas
É urgente fazer, é urgente fazer.
Mas, mentes bradam:
“Não é esse o procedimento!”

Qual é então?
Por favor, digam-nos?
Gratidão.

Criámos e recriámos estratégias para tentar.
Temos que o fazer,
dissemos que o íamos fazer.

Resistir com alento
É um compromisso da alma.
Alegria enervante para esses seres ternos,
mas por vezes abatidos
pelos constrangimentos do querer fazer bem.

Não pode ser, assim não pode ser.
Continuam a clamar.

Nas instituições sobra de boas intenções o que falta de compromisso.
Do saber sobre o real:
Seja sobre as pessoas,

Seja sobre o lugar,
Seja sobre o espaço
O tempo,
a natureza complexa dos processos.

Da inexistência de quem saiba
ou esteja disponível para o fazer.

Da ausência de materiais:
fomos três vezes a Cabeceiras de Basto
para comprar a madeira para as estruturas modulares “do recriar o estudo.”
Uma vez, tentaram vender-nos madeira verde,
afirmando ser seca,
“está apenas molhada”,
vociferava o madeireiro.
Saímos dizendo, “quando estiver seca, telefone-nos para a virmos buscar.”
Passou mais de um ano.
O telefone nunca tocou.

Contingências de um Palácio-processo

Uns ficam parados,
enquanto outros tentam se mover em direção à concretização.
Fascinante o apego ao cobertor burocrático,
Tão quente no inverno
quanto eficiente no congelamento do progresso dos que ousam tentar avançar.
É o espírito dos bons propósitos.
E por isso só nos resta rir.

Incrível tragédia da impossibilidade
Intransigência, inegavelmente amarrada à paralisia dominante,
se não se avança, retrocede-se.
E o melhor de tudo é que cansa, cansa muito,
extenuando aqueles que se atrevem a tentar fazer algo.
Por isso, caímos a dormir.
E rimos.

O Não, não compromete, já o sabemos.
O Sim, sim.

Boas intenções esfumam-se no céu pesadamente nublado.
Chove intensamente, chove intensamente.
Tudo fica molhado e progressivamente a madeira apodrece.

Ação, reação, inação

Ciclo perpétuo.
Seis meses, é a duração
da nossa espera paciente:
falta o tratamento do chão
onde está implantada a estrutura do Palácio.

Desta vez, a nossa equipa, parou.
Deixou que as instituições responsáveis dessem tempo ao seu tempo.

Olho pelo retrovisor e vejo o passo p(e)assado deste
Palácio-processo
que se projeta no presente constante da (in)eficiência.
É pena, como notava Gianni Vattimo.

E assim, as sombras permanecem.
A flor, essa, já caiu no esquecimento
antes mesmo de nascer.

Cidália F. Silva

Guimarães, 30 de junho de 2023

Notas Biográficas

Alberto Berzosa

Es Doctor Europeo en Historia y Teoría del Arte. Es autor de los libros, entre otros, de los libros Materiales para una utopía ecologista. Cartografía de archivos del movimiento ecologista (Icaria, 2023), Cine y sexopolítica (Brumaria, 2020) y Cámara en mano contra el franquismo (Al Margen, 2009). Ha comisariado varias exposiciones y programas cinematográficos. Actualmente trabaja es miembro del poryecto "Estética Fósil" (CSIC).

Álvaro Domingues

É geógrafo, doutorado em Geografia Humana, docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. Entre outras obras, é autor de Paisagem Portuguesa (com Duarte Belo, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022), Portugal Possível (com Duarte Belo e Rui Lage, Lisboa: Museu da Paisagem, 2022), Paisagens Transgénicas (Museu da Paisagem 2021), Volta a Portugal (Contraponto, Lisboa, 2017), A Rua da Estrada (Dafne, Porto, 2010), Vida no Campo (Dafne, Porto, 2012) e Políticas Urbanas I e II (com N. Portas e J. Cabral, F.C. Gulbenkian, Lisboa, 2003 e 2011).

Andreia Nunes

Licenciada em História pela Universidade do Minho. Mestre em História pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho com a tese "Debates e representações da mulher nas Forças Armadas Portuguesas: da abertura à criação do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (1990-2020)". Contacto eletrónico: andreiadj2000@gmail.com.

Bruno Madeira

É doutorado em história, professor auxiliar no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado no Lab2PT.

Cidália F. Silva

Arquiteta, Professora Associada da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho (EAAD) e investigadora do Laboratório de Paisagem, Património e Território, Lab2PT. Licenciada em Arquitetura (FCTUC-Darq, 2000), e Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano (FAUP, 2006). Completou o seu doutoramento na EAUM (2014), com a investigação intitulada "See(d)(k)ing Time: an Approach to How to Design as Research". Diretora do Doutoramento em Arquitetura da EAAD (2018-2021). Coordenadora científica do eixo da participação social – o Extraordinário do Ordinário (2017-2023), ProChild CoLAB. Professora Visitante na Universidade SRH de Heidelberg, com uma bolsa do DAAD (2021-2022).

Duarte Belo

É licenciado em Arquitetura. O trabalho de mapeamento fotográfico do espaço português deu origem a um arquivo fotográfico de mais de 1 970 000 imagens. Da obra publicada destacam-se: Portugal – O Sabor da Terra (1997-1998), Portugal Património (2007-2008), Portugal Luz e Sombra (2012), a trilogia composta por Caminhar Oblíquo, Depois da Estrada e Viagem Maior (2020) e Paisagem Portuguesa e Portugal Possível (2022). Tem trabalhado sobre nomes relevantes da cultura portuguesa, como Mário de Cesariny, Ruy Belo, Maria Gabriela Llansol ou Miguel Torga. É editor do blog Cidade Infinita. Expõe desde 1987 e participa regularmente em conferências.

Eleni Apostolidou

É Assistant Professor do Departamento de "History didactics at the Primary Education", da Universidade de Ioannina (Grécia) e membro adjunto da Hellenic Open University no MA program of Public History. Dr. Apostolidou estudou Cássicas e História em Atenas, com MA de Estudos Internacionais da Universidade de Leeds em Inglaterra, tendo realizado o seu Doutoramento, 'The Historical Consciousness of 15-year-old students in Greece', no Instituto de Educação de Londres, entre os anos 2002-2006. Áreas principais de investigação: Ensino de História no ensino primário e secundário; Consciência Histórica, Cultura Histórica, História da Historiografia, Teoria da História, História Pública, Ensinar História nos Museus. Publicou em várias revistas da especialidade Scopus e Web of Science. Contactos: apostolidouxx@hotmail.com and elaposto@cc.uoi.gr

Fernando Bessa Ribeiro

Professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador do CICS.Nova. É atualmente diretor do Departamento de Sociologia. Foi pesquisador-visitante do CNPq na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo também lecionado em diversas universidades do Estado espanhol e do Brasil. Capitalismo, cidades e pobreza são alguns dos seus interesses de investigação. "Capitalismo e devastazione ambientale: Il contributo di Marx e Engels", publicado na revista italiana *La Critica Sociologica*, e a tradução e prefácio da biografia sobre Friedrich Engels de Michael Krätke, em coautoria com Manuel Carlos Silva, são alguns dos seus trabalhos mais recentes.

Filipa Santos

Licenciada em Turismo, Território e Patrimónios pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Património Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho com a tese 'Entre a Terra e o Mar: uma etnografia visual da cultura do sargaço na comunidade piscatória de Angeiras, Matosinhos'. Co-autora do artigo *O Colonialismo filtrado pelo olhar: visibilidade e invisibilidade na fotografia de Agostiniano de Oliveira* (2021), publicado no n.º 4 da Revista 2i: Estudos de Identidade e Intermedialidade. Participação, enquanto palestrante e membro da comissão organizadora, em conferências e seminários no âmbito do Património Cultural e da História Contemporânea.

Gabriela Trevisan

É licenciada em Sociologia das Organizações, pela Universidade do Minho. Foi animadora sóciocultural na Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, Porto (1998-2001). Foi Professora Adjunta na ESE de Paula Frassinetti (2001-2019). É Mestre em Sociologia da Infância (IE/UM) e Doutorada em Estudos da Criança, especialidade Sociologia da Infância.

Membro de redes profissionais da sociologia da Infância. Coordenadora da Secção Temática Sociologia da Infância, da APS (dezembro de 2018 a Abril de 2023). É investigadora do ProChild CoLAB, em Guimarães, desde dezembro de 2019.

Glória Solé

É Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão (DEILDS), do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Diretora do Mestrado em Ensino de História no 3.º CEB e no Ensino Secundário. Membro do Centro de Investigação em Educação (CIEd). Membro dos grupos de investigação HEIRNET, IRAHSSE, Associação Ibero-Americana (Cutitiba) e da APH. Mestre em História Moderna e Contemporânea. Doutorada em Estudos da Criança pela UMinho com a tese: "A História no 1.º CEB: a concepção do tempo e a compreensão histórica das crianças e os contextos para o seu desenvolvimento. Coordenadora científica da Revista Estudos Regionais. Áreas principais de investigação: Educação Histórica e Patrimonial; Cognição histórica; Consciência histórica; Manuais escolares. Tem mais de 100 artigos, capítulos de livros e livros publicados, entre os quais, duas dezenas de artigos Scopus e Web of Science.
Contactos: email gsole@ie.uminho.pt

Mariana Carvalho

Mestre em arquitectura (FAUP) e licenciada em Artes Plásticas (FBAUP) pela Universidade do Porto. Pós-graduada pelo Curso de Estudos Avançados em Património Arquitectónico (CEAPA-FAUP). Doutorada em Arquitectura pelo Programa de Doutoramento em Arquitectura, Perfil Património Arquitectónico (PDA-FAUP). Membro colaborador do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FAUP). Professora convidada na Escola de Arquitetura, Arte de Design (EAAD) da Universidade do Minho (2022-2023). Atualmente é investigadora no ProChild CoLAB, em Guimarães, desde Janeiro de 2020, onde integra o eixo da Participação Social.

Marília Gago

Doutora em Educação, Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais, pela Universidade do Minho, em 2007; mestre em Educação, Supervisão Pedagógica e Metodologia do ensino de História, pela Universidade do Minho, em 2001; e licenciada em História e Ciências Sociais (ensino de), pela Universidade do Minho, em 1998.
Desde 2018, Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade do Minho e Investigadora integrada no Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde 2016. Autora de várias publicações e comunicações nacionais e internacionais, formadora de professores e autora de manuais escolares.

Ficha técnica

História Pública e Práticas Comunitárias

Coordenação: Fátima Moura Ferreira, Bruno Madeira, Andreia Nunes

Design da coleção: Studio Maria João Macedo
Design e paginação: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Créditos Fotográficos / Photo credits: Autores

Editado por: Lab2PT
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research
ISBN: 978-989-9251-18-2

Lab2PT
www.lab2pt.net

Instituto de Ciências Sociais / Institute of Social Sciences
Universidade do Minho / University of Minho
Campus de Gualtar, 4710–057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design /
School of Architecture, Art and Design
Universidade do Minho / University of Minho
Campus de Azurém
4800–058 Guimarães

© 2026, Lab2PT e autores

lab2pt Laboratory of Landscapes, Heritage and Territory

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Esta iniciativa é apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.ª UID/04509: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/UM), financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES./ This initiative was supported through the Multiannual Funding of the Landscape, Heritage and Territory Laboratory (Lab2PT), Ref. UID/04509: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/UM), financed by national funds (PIDDAC) through the FCT/MCTES.

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Os textos apresentados neste volume propõem uma abordagem multidisciplinar às problemáticas relacionadas com a história pública e as práticas comunitárias realizada a partir do campo científico. Assentando em objetos de estudo e ângulos de análise plurais, pretendem mobilizar os olhares para a relação dialógica que a ciência deve procurar criar com a comunidade.

A Coleção Paisagens, Património e Território promove a publicação de textos nas linhas Investigação, Ensaios e Catálogos, sob a chancela do Lab2PT com objetivo de auxiliar à circulação e divulgação de produção científica de excelência dentro das áreas abrangidas pela unidade de I&D – Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Geografia, Geologia, História e Artes Visuais.